

"A cada dia, o número de seres humanos que nascem supera em 200.000 o número dos que morrem, aumentando a população em 6 milhões por mês."

(O CORREIO DA UNESCO, jul/74, ano 2, nº7, pág.4)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO-DIREITO

POLÍTICA DEMOGRÁFICA

Dissertação submetida à banca examinadora
para obtenção do grau de Mestre em Ciências
Humanas - Especialidade: Direito.

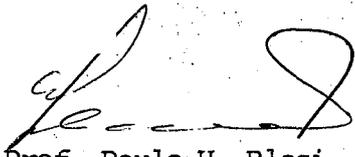
Mestrando: Luiz Henrique Gouvêa

1977/1978

Esta dissertação foi julgada para a obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS-Especialidade: Direito. APROVADA em sua fase final pelo Programa de Pós-Graduação.



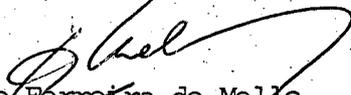
Orientador-Prof. Osvaldo F. de Mello



Integrador-Prof. Paulo H. Blasi

-0-

Apresentada perante a banca examinadora composta dos professores



Osvaldo Ferreira de Mello



Osvaldo de Medeiros Regis



Sílvio Coelho dos Santos

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, por acompanhar de perto todo o curso e tanto me ajudar a superar dificuldades.

Ao amigo João José Ramos Schaefer, que me entusiasmou para o prosseguimento da dissertação e ajudou a municiar minha biblioteca.

Ao professor Osvaldo Ferreira de Mello, que em me orientando com sabida proficiência me estendeu seu conhecimento científico e sua compreensão, minimizando minhas extremas limitações.

DEDICATÓRIA

À memória de Francisco Gouvêa, meu pai.

POLÍTICA DEMOGRÁFICA

RESUMO

Nos países em desenvolvimento, o crescimento econômico favorece o destaque de latentes implicações, entre elas o problema demográfico. Tantas são as mudanças e tão velozmente elas ocorrem que não é incomum dedicar-se atenção a fatores-resultado sem atentar seriamente para os fatores-causa.

2. A Natureza e a História dotaram o Brasil de um território exuberante e o ufanismo tomou de tal forma conta do povo, que se torna difícil convencer um brasileiro a poupar espaço físico ou energia; a idéia é crescer sempre. A obrigatoriedade da lei pode evitar excessos.

3. Com espírito expansionista, os nossos representantes enviados à Conferência do Ano da População votaram pela não mundialização da questão demográfica. No entanto, nosso governo levou recentemente a público o programa de prevenção contra a gravidez de alto risco, o qual se a um tempo previne contra carência de saúde, por outro continua favorecendo a expansão, pois diminui, em números absolutos, a taxa de mortalidade. À nossa ótica, o assunto merece tratamento mais profundo, já que não estamos tão distantes do advento de uma crise energética sem precedentes e, no entanto, permanecemos construindo um parque industrial que precisará de muita energia; além disto, tal evento pode determinar altas taxas de desemprego. Estamos em que se deva reestudar o quadro de 4 bilhões de pessoas que estão se multiplicando enquanto se exaurem suas fontes de sustentação.

4. Iniciamos por considerar os aspectos éticos de uma possível política que pretenda mudar comportamentos de pessoas sobre um assunto que parece ser de exclusiva competência da família. Deduzimos que só em tempo de tranquilidade se levará em conta qualquer preceito de ordem ética, já que nos momentos de urgência ou comoção, não há outro caminho senão a intervenção, dura e direta. Por isto, se abordado, o problema terá que ter ação ampla e planejada. Para chegar a esta dedução, procedemos a uma passagem pelas principais religiões, registrando como cada uma delas encara os métodos anti-conceptivos e como têm se ajustado às diretrizes políticas internas.

5. Por outro lado, a economia tem sido a mola mestra de muitas conquistas da humanidade, mas o crescimento traz também sérias implicações. Entendemos que a mais nítida delas se traduz na dualidade industrialização/urbanização, gerando vantagens de conforto e desconforto de perspectivas. Sendo assim, colocamos em realce os fatores que nos pareceram estar mais diretamente relacionados com uma população que se multiplica a taxas inaceitáveis. Expusemos, igualmente, o pensamento latino-americano e o dos países que se fizeram presentes à Conferência de Bucarest a qual visava unificar linhas políticas, na área.

6. Decorrência do desenvolvimento, coisas básicas que mantêm o homem vivo estão sendo por ele próprio agredidas com incrível violência, recomendando um desaquecimento. Registramos depoimentos e notícias que estão se repetindo a cada dia, para mostrar que é necessário proceder-se logo ao controle político efetivo do meio-ambiente.

7. Cabia-nos, então, verificar se pode o Estado intervir e deduzimos que não apenas pode, mas deve. Talvez o melhor caminho seja o do planejamento familiar, já praticado em tantos países; esta ou qualquer outra solução, estará forçosamente ligada à educação e terá de ser orientada em sua direção. Com a finalidade de ganhar tempo sem ferir direitos humanos, deverá receber a supervisão e o regramento do Direito.

DEMOGRAPHIC POLITICS

SUMMARY

In the developing countries, the economic increase enables outstanding implications in the spot, among them the demographic matter. So many are the changes and so swiftly they happen, that it's not unusual if one gives attention to the effect-factors without serious attention to the cause-factors.

2. Nature and History endowed Brazil with an exuberant territory, and pride so much influenced people, that it becomes very difficult to persuade a Brazilian to save physical space or energy; the main idea is to grow constantly. The enforcement of the law can avoid intemperance.

3. With the expansionist willing, our representatives delegated to the Conference of the Population Year, voted against the universality of the demographic matter. However, our government recently published the program for the prevention against the high risky pregnancy which although on one hand prevents against lack of health, on the other hand continues to favor expansion, since it decreases the mortality rate in large numbers. As we can see the problem, it deserves a deeper treatment, as we're not so far to the advent of an energy crisis like we never had and, nevertheless, we keep on building an industrial park which needs a lot of energy; besides, such event can determinate high rates of unemployment. We think we have to re-study the picture on which four billion persons are becoming more and more numerous while themselves put till exhaustion their livelihood sources.

4. We begin by considering the ethic aspects of a possible politics which intends to change people behavior about a subject that seems to be exclusively due to the family decision. We deduced that only during peace time any ethic precept will be taken into account, because during social commotion or urgent opportunities there's no other way but the straight and hard state intervention. Thereafter, if approached, the problem shall have a large and anticipated planned action. To get this

conclusion, we briefly studied the principal religions, making the register of how they have settled on the internal politic lines.

5. On the other hand, economy has been the main spring for many conquests of mankind, but the economics increase still brings serious implications. We think that the neater of all, appears in the duality industrialization/urbanization, producing advantages of comfort and discomfort of perspectives. So, we put in relief the factors that seems to us to be the more directly connected with a population that is multiplying itself under unacceptable rates. We show, also, the latin-american thought and that of the countries that were at the Bucarest Conference which intends to unify politics of the same area.

6. Because of development, some of the basic things that keep man alive are being attacked by man itself with an incredible violence and begging for slowing down. We registered statements and news which are being repeated every day, to demonstrate the necessity to proceed as soon as posible to the real political control of the environment.

7. Then, it was our duty to check if the State may intervene' in this matter and we infered that not only it may, but it must. Maybe the best way to do it is the familiar planning politics, used already in many countries; this or any other solution it will be mightly engaged to education and will have to be orientated into its direction. In order to gain time avoiding to ofend human rights, it will receive the supervision of the Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
I - ASPECTOS ÉTICO-RELIGIOSOS	
I.1- Variações dos preceitos éticos.....	3
I.1.1- Velocidade das mudanças éticas.....	5
I.2- Óticas religiosas do problema demográfico	
I.2.1- As grandes religiões.....	9
I.2.1.1- Religião e planejamento familiar.....	10
I.2.2- A Encíclica "Humanae Vitae".....	16
I.2.3- Religião e decisão política.....	20
Resumo desta parte.....	22
II - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS	
II.1- Preponderância do fator econômico.....	24
II.1.1- Planejamento.....	26
II.2- Desenvolvimento e mudanças.....	27
II.2.1- Terceiro Mundo e Subdesenvolvimento.....	30
II.3- Crescimento demográfico.....	37
II.3.1- Industrialização e Urbanização.....	42
II.3.2- Os autores e a metrópole.....	44
II.3.3- Patologia da cidade.....	47
II.4- Duas óticas político-econômicas.....	49
II.5- A Conferência de Bucarest.....	50
II.6- Distribuição e falsa explosão.....	52
II.7- O problema, na América Latina.....	59
II.8- O caso específico do Brasil.....	60
Resumo desta parte.....	62

III - ASPECTOS ECOLÓGICO-POLÍTICOS

III.1- As agressões a um mundo finito.....	64
III.2- A responsabilidade brasileira.....	66
III.3- Poluição do ar e do mar.....	68
III.4- Profundas mudanças climáticas.....	72
III.5- População, clima, fome e energia.....	74
III.6- Controle político do meio-ambiente.....	78
Resumo desta parte.....	80

IV - ASPECTOS POLÍTICO-JURÍDICOS

IV.1 - Intervenção estatal.....	81
IV.2 - Prós e contras a intervenção.....	84
IV.3 - O binômio Política-Direito.....	86
IV.4 - Lei política.....	87
IV.5 - Planejamento familiar, como política.....	91
IV.6 - O concurso do Direito.....	98
Resumo desta parte.....	101

CONCLUSÕES.....	103
-----------------	-----

BIBLIOGRAFIA	107
--------------------	-----

QUADROS E FIGURAS

1 - página 32 - Terceiro Mundo
2 - página 53 - Distribuição das populações
3 - página 55 - Brasil: Áreas e Populações
4 - página 93 - Planejamento familiar: países

INTRODUÇÃO

Em alguns países, o problema demográfico se apresenta como um drama aparentemente insolúvel. Em outros, nem se cogita de enfrentá-lo. No Brasil, despontam requisitos para que logo tenhamos de buscar soluções para resolvê-lo. Na verdade, tão próxima está a eclosão de tais requisitos, que não foi surpresa para nós quando o governo, no decorrer deste estudo, veio a anunciar medidas na área médico-sanitária da questão, dando-nos a certeza de que não tratávamos de um fato de forma alguma obsoleto na sociedade em desenvolvimento; possibilitou-nos, igualmente, a chance de tecer algumas breves críticas às importantes medidas tomadas, a nosso ver, entretanto, ao arrepio de considerações que poderiam ser mais consistentes.

Impossível falar em política demográfica sem o alcance do Estado ou falar em Estado sem a presença do Direito, estamos em que nenhuma política no sentido de controlar, para mais ou para menos, o crescimento das populações, possa ser traçada sem que se realce antes alguns dos meandros por onde navega a questão e que podem levar os governos a editar normas de conduta sobre um assunto que se tem constituído em constante preocupação de muitas nações, tanto na relação interna que têm para com seus próprios governados, como na relação mundial que têm umas para com as outras. É nosso parecer que o fenômeno populacional deva ser olhado mundialmente.

Para que alcançássemos os propósitos de demonstrar que o Estado e o Direito devem caminhar juntos dentro da problemática pertinente e para que se enfatize essa dupla preeminência sobre um comportamento que à primeira vista parece apenas interessar à intimidade da família, achamos convenientes as abordagens de prismas correlatos, embora que estivéssemos, assim, correndo os riscos de abrir flancos por onde caberiam contendações. Em termos de discussão do assunto, elas são válidas.

A nosso ver infenso a críticas que entre estes ditos prismas estejam os que se referem à Ética, à Ecologia e ao Desenvolvimento e que, verdadeiramente, sejam os que tocam de perto a um país do porte do Brasil na sua atual fase cultural, expressamos nesta dissertação o nosso pensamento a respeito do valor dos desafios que se apresentam e quais variáveis devemos apreciar e realçar para entender a sua generalidade e estabelecer as estratégias de ação recomendáveis.

Esclarecemos que o enfoque deste trabalho não se dirige à população presente como efeito, mas sim como causa. Especificamente, é dirigido às gerações que nos sucedem, já nascidas ou que ainda nascerão, tencionando alertá-las para a elas mesmas garantir sobrevivência digna.

No que se refere à Ética, pesquisamos no sentido de deduzir se a decisão política é ou não é influenciada pelos preceitos morais quando estabelece diretrizes coercitivas para o comportamento familiar.

No que tange à Ecologia, externamos nossas apreensões a respeito das agressões do homem ao meio-ambiente, com impensada velocidade.

No que alude ao Desenvolvimento, registramos algumas de suas mais importantes implicações sócio-políticas.

No que respeita à Política propriamente dita, procuramos anotar pensamentos que pretendem ajudar os que um dia terão poder decisório, a considerar não somente um ângulo do miriângono social, mas pelo menos os mais relevantes deles.

Quanto à metodologia seguida para esta dissertação, utilizamos basicamente fichas de leitura dos textos registrados na Bibliografia. Dividido o trabalho em quatro módulos conforme se vê do Sumário, sintetizamos em resumos cada aspecto estudado e, com eles, construímos o esboço de nossas Conclusões. Socorremo-nos de alguns dados estatísticos; tudo foi exposto descritivamente.

I - ASPECTOS ÉTICO-RELIGIOSOS

I - ASPECTOS ÉTICO-RELIGIOSOS

I.1- Variações dos preceitos éticos

O primeiro passo a dar em direção à problemática da demografia, que neste trabalho receberá ao final a ótica política, é chamar a atenção para os valores éticos no que quaisquer ações pertinentes possam ou devam suscitar. ⁽¹⁾

Parece-nos fundamental admitir neste vestibulo a idéia básica de que a Moral tem na Religião a fonte primeira de todos os seus preceitos. Discussões em torno desta bem possível basilaridade, competem a teólogos e a filósofos, nunca a nós; menos ainda nesta oportunidade. Limitamo-nos a lembrar que a Moral teve os seus mais conhecidos e sólidos dogmas trazidos à sociedade, principalmente, através dos códigos religioso-legais de Hamurabi e de Moisés e que os ideais de Moral se resumem em procedimentos que levem à felicidade, momento em que lembramos também que o comportamento social é vincadamente influenciado pelo Direito, fazendo desta forma um primeiro registro específico, qual seja o de que no prisma ético-religioso da questão demográfica, papel relevante há que ser entregue à ciência jurídica.

É também de assinalar, notadamente de referência ao Ocidente, o marco do Cristianismo, divisor da história da Moral em dois períodos bem distintos, o primeiro que se iniciaria com Sócrates, Platão e Aristóteles ⁽²⁾, expoentes do saber humano que tiveram seguidores do calibre de Diógenes, de Zenon e tantos outros moralistas, e o segundo que teve seu advento com a doutrina de Jesus Cristo.

Nos tempos modernos, entre outros, Locke com o epicurismo ⁽³⁾ à sua moda ou Voltaire com a moral natural, não foram tão marcantes nesta área.

(1) - Nos propósitos desta dissertação sem cunho filosófico, *Ética e Moral* têm idêntico significado.

(2) - Sócrates identificava a Moral com a Virtude; Platão, com a felicidade; Aristóteles, com a retidão de espírito.

(3) - No epicurismo, o bem maior é o que poderíamos hoje chamar de bem-estar físico e espiritual, ao mesmo tempo (sob o ponto de vista moral).

Leve destaque a Kant, com a figura do "imperativo categórico"⁽⁴⁾, que poderíamos hoje denominar remorso, pois tratou de auto-condenação consciente por atos moralmente condenáveis ao comportamento costumeiro.

Com apenas estas breves e gerais citações, fugimos das minúcias de caráter filosófico. Deixamos, entretanto, anotado o fato de que reputamos importantes os aspectos éticos para os nossos propósitos de estabelecer um razoavelmente abrangente raciocínio sobre os problemas demográficos e suas implicações, razão porque se constituem em prisma que teríamos forçosamente de enfocar nesta dissertação.

Cuidam as políticas demográficas, em tese, de traçar diretrizes a respeito do comportamento das pessoas frente à autoridade do Estado e, mais especificamente, sobre o comportamento até mesmo íntimo de muitas famílias no regramento de fatos que parecem estar muito mais próximos da divindade e da natureza em si do que do poder estatal. É nossa intenção situar até que ponto as decisões de caráter político podem ser influenciadas pelas religiões, vale dizer, até que limites tais decisões seriam eticamente aceitáveis.

Na tentativa de localizarmos essa fronteira, utilizemos como ponte um dilema: Será mais ético não enfrentar o problema demográfico, deixando que o tempo simplesmente venha a demonstrar os efeitos de tal inércia, ou será mais lógico, mais inteligente e moralmente mais aceitável que se o fronteirize, exercendo controle sobre o fenômeno? Adite-se a informação de que, no caso do Brasil, podemos levar em conta os números que colocam o nosso país na linha tendencial da explosão demográfica e, mesmo, no parâmetro latino-americano, nas proximidades do pico da curva.⁽⁵⁾

Ora, o mais pobre e ingênuo dos raciocínios nos induz a votar na segunda premissa, já que a primeira se afigura coerente ape-

(4) - Segundo David José Perez, com sua participação intitulada "A Moral e sua Evolução", in *Moralistas Espanhóis*, Rio, Jackson, s/d, vol. XI, p.9, Emmanuel Kant, em sua "Crítica da Razão Prática", explica que o imperativo categórico ocorre quando a consciência, sem apoiar-se no interesse, ordena que a pessoa responda a si mesma os porquês das ações, numa ordem absoluta, sem evasivas.

(5) - HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*, SP, Atlas, 1973, p.42.

nas com uma atitude passiva e sã condizente com a ultrapassada filosofia do "laissez-passer", em completo desuso. E a resposta, convenhamos, implica em futuro.

Além disto, numa época como esta em que vivemos, em que a comunicação é um fato, milhares de pessoas já dispõem de informação suficiente para saber com certeza que desejam melhor qualidade de vida e pretendem normas de conduta que lhes possibilitem viver com integridade e conforto num mundo que se torna um ambiente hostil a tal ponto, que a cada dia que se vive se obtém uma vitória sobre o meio. E integridade e conforto, assim como dignidade e bem-estar, não se ganha fácil. Conquista-se. E conquista-se com responsabilidade, com ação e não com uma cômoda passividade contemplativa.

Ao se cuidar da quantificação dos contingentes populacionais, nada mais se está fazendo do que cumprir a obrigação de legar estas mesmas prerrogativas de dignidade e de bem-estar, de integridade e de conforto, às gerações subseqüentes.

Não se trata aqui, de limitar liberdades. Nem de longe. Fala-se, isto sim, de paternidade e de maternidade responsáveis. E de uma responsabilidade até mesmo temporal, ao alcance da dignidade e do bem-estar daquelas gerações que virão nascidas de nós. Esta responsabilidade, enfatizamos, está longe de ser anti-ética. Ela está, mesmo, preñe de moralidade, principalmente porque pode ou deve ser produzida, provocada, dirigida ou induzida pelo Estado, através da lei, lei esta que trará no seu bôjo conhecimentos de ciência política. A Ciência Política é formada de acervos eminentemente éticos. Aos que se adiantarem contestando que a ciência em si é amoral⁽⁶⁾, queremos relembrar que a Política, como o Direito, é produto da sociedade, portanto do homem e, por simples consequência, essencialmente ética.

I.1.1 - Velocidade das mudanças éticas

No que alude à Moral, notamos que as mudanças se processam em velocidades diferentes das dos outros usos e costumes, dependendo do lugar e do tempo em que ocorrem. Observa-se, algumas vezes, uma excessiva morosidade, uma quase ausência de simbiose cultural tal a len-

(6) - NEVES, J. Madeira. Ciência e Demografia. Florianópolis. 1954, opúsculo que transitou na U.F.S.C., não publicado, em nosso poder.

tidão com que se processam tais mudanças e, em outros casos, amplas modificações ocorridas rapidamente demais. Tão grande é o valor da religião sobre a moral social que, frisamos na repetição, pode-se afirmar que ela determina quase todas as regras de Moral.

Ora, a religião é forjada em cânones muito herméticos, tradicionalistas, sendo as suas modificações lentas, muito lentas, não seguindo de forma alguma a velocidade das mudanças do restante da cultura do "mundo exterior", o que provoca seguidas variações de conceitos em todas as sociedades, quanto a fatos que ela considerava perenes.

Quando os interesses de uma sociedade conflitam com preceitos morais consolidados, estes nascidos dos ensinamentos religiosos e cada qual - interesses e preceitos - defendendo bem os seus propósitos, uma das duas pontas do cabo-de-guerra então formado acaba por ceder. Como é difícil demais estabelecer-se qual ponta estaria certa ou errada, faz-se necessária uma força maior, dirimente ou medidora e é nesta oportunidade que surge a figura do Estado, intervindo na contenda para harmonizar situações e garantir sobrevivências, inclusive a sua própria, mesmo que para isso deva muitas vezes lapidar alguns estratificados conceitos éticos. O Estado não cria regalias para si; ele regula as dos seus súditos. É verdade que todo Estado é dirigido por minorias e estas, detendo o poder, detêm igualmente certos privilégios; este aspecto de falha humana na questão política, entretanto, não invalida o princípio.

Éticos são os fenômenos qualificáveis segundo os conceitos de bem e de mal, de certo e de errado; que são, igualmente, os motivos nucleares de todas as religiões e de todo o Direito. Admitindo-se como pacífico que os homens na sua quase totalidade seguem ensinamentos de linhas religiosas, é intuitivo deduzir que os seus comportamentos variem conforme os conceitos éticos ensinados pelas religiões. Ou, então, que venham a se modificar frente a normas de Direito, ditadas pela coerção estatal.

O homem é fundamentalmente ético, pois a Moral é um dos traços que mais o singularizam dentre os outros grupos viventes. Os animais irracionais se associam e até mesmo algumas plantas vivem melhor em presença de vegetação homogênea, mas poderíamos dizer que a característica essencial do homem, o seu substrato social, distintivo em toda a sociedade, é a Moral, já que nenhuma outra categoria terrena se agrupa com essa característica.

Entretanto, as prescrições da Moral são relativas a cada associação, sofrendo alterações consoante os grupos mantenham maior ou menor contacto entre si, como o são também relativas à época e ao lugar em que são aceitas e praticadas, pelo que vale aqui repetir, para fi xa r, que a Moral varia segundo o tempo, o lugar e a cultura. Bastante ci ta r, como respaldo para a primeira das variáveis apontadas, à guisa de exemplo, o período medieval da história da civilização. De lá para cá, profundas modificações se notaram no comportamento não só dos homens, mas das suas instituições. Um tribunal de inquisição seria, hoje, ridículo; no entanto, quantas e quantas pessoas os relatos históricos nos informam haver sido sacrificadas em nome da Moral ou da Religião, por atos ou fatos hodiernamente admitidos como perfeitamente normais, corriqueiros e muitas vezes até aplaudidos.

O extraordinário progresso no campo das comunicações sem dúvida tem aumentado a velocidade das mudanças de preceitos éticos em relação ao apontado trinômio de condicionantes - o tempo, o lugar, a cultura. Tenha-se, para a variável lugar, a ocidentalização do oriente distante ocorrida após a segunda grande guerra, quando a influência dos aliados vencedores injetou, no para nós então longínquo Japão, uma enorme quantidade de modernismos ou modismos do nosso hemisfério, aos quais não estava acostumada a grande maioria dos nipões. O outrora místico Japão dos quimonos e gueixas, das casas-de-chá com seu lírico e silencioso cerimonial, ou do alto sentimento de honra e crença no transcendental a ponto de exteriorizar o suicídio altruísta no hara-kiri ou na morte violenta praticada pelos aviadores kamikazes, está, nos dias de hoje, visivelmente mudado. Não é o mesmo Japão. Em comparação com seu passado de tantas tradições, acha-se quase irreconhecível às pessoas que viveram antes de 1945. Como tributo de tal invasão ocidental de novos hábitos, suas defesas morais se enfraqueceram e se alteraram os costumes, passando a admitir idéias e princípios que não lhes foram legados pelos seus venerá ve i s ancestrais.

Mudanças deste tipo se processam e se promovem, em muitos lugares.

Observe-se, por exemplo, como o conceito liberal da moral nórdica, lá dos gelados fiordes, ou a moda francesa, influenciaram e influenciam o mundo todo, a tal ponto e valor que, na linha do recatado pudor latino de alguns anos atrás, a exposição da nudez, que se cir -

cunscrevia ou a mostras de arte ou era arrolada entre as coisas julgadas "indecentes", passou, muito de repente, a ser apenas uma verdade, um pragmatismo isento de preconceitos. Aceitou a sociedade, mais facilmente do que se poderia imaginar, a quebra de alguns sólidos mitos e tabús. Em apenas uma ou duas gerações, mudaram-se muitos dos padrões de comportamento.

Registramos também o fato de que dentro de uma mesma sociedade, mesmo lugar e mesma época, a Moral pode ter conotações variadas a partir da prática de determinados pequenos grupos. Isto é interessante frisar para levar ao raciocínio de como algumas células sociais permanecem mais fechadas às inovações e aos avanços da "moralidade" sobre o comportamento humano. É que estas células estão colocadas, sempre, numa razão muito direta da prática religiosa mais próxima. Atente-se para um fato concreto, uma realidade existente também no Brasil, país de muitas seitas, cultos, mitos e religiões, onde uma delas, denominada Assembleia de Deus, procura seguir bem ao pé-da-letra os ensinamentos bíblicos, sem situá-los na dinâmica do tempo em que vivem. Para os olhos bem mais atentos dos sociólogos, esta religião por certo tem "mores" próprios que a grande massa de adeptos de outras religiões já aboliu ou repudiou, em face das exigências vivenciais modernas. As mulheres, por exemplo, não cortam seus cabelos ou os arrumam conforme as modas e não se vestem com roupas coquetes, ou se pintam; os homens se afastam dos vícios mais suportados pela sociedade. Esses padrões - não entrando aqui na discussão de se estão certos ou errados - nos permite classificá-los como sendo práticas morais bem diferenciadas das da grande massa, versão paralela, diríamos, ao comportamento austero dos "quakers" ingleses, face ao hermetismo do grupo. É como que uma estratificação, uma parada no tempo, em época distante décadas da presente. Esses mores assim rígidos e tão fechados nos ajudam a exemplificar que a Moral varia segundo a cultura grupal, em lugar e tempo iguais ao da cultura global.

Infere-se destas considerações que a Moral não é universal, mas localizada segundo os grupos societários e que é muito fluída, variando ora com muita rapidez, ora muito lentamente, dedução que nos faz dizer que a cada grupo social que venha a sofrer pressões populacionais e mereça uma política de contenção, tal política deverá conter a média dos padrões morais dos grupos. Porque sendo a Moral não universal, mas sócio-grupal, qualquer política aplicável ao grande grupo nacional deve ser coerente com os princípios morais aceitos pela média. Não se

pode traçar política populacional apenas copiando esquemas de outros povos que enfrentam problemas análogos mas detenham padrões morais opostos.

Como qualquer política é sempre traduzida em leis, cabe neste ponto buscarmos o socorro do sempre válido pensamento de Montesquieu ⁽⁷⁾ de que as leis devam ser de acordo com a natureza das coisas, para afirmar que as diretrizes políticas devem ser condicionadas às práticas éticas de um determinado povo sobre o qual elas sejam externadas e se apliquem. Mas, destacamos, isto só poderá acontecer durante um clima social de grande tranquilidade, pois nas ocasiões de emergência, é de se notar, muitas decisões abominam a moralidade e se fixam na praticabilidade imediata.

I.2- Óticas religiosas do problema demográfico

I.2.1- As grandes religiões

Uma visão de planície nos revelaria uma enorme quantidade de seitas, cultos e religiões espalhados por toda a Tera. Mas uma cosmovisão nos coloca diante de pelo menos onze maiores. Leve-se em conta que os dados numéricos aqui nunca são exatos, pois além de muito difíceis de obter, há, dentro das próprias religiões, intermináveis discussões paralelas para conceituar e caracterizar os fiéis como seus efetivos adeptos. Apenas citando as onze maiores religiões:

- Catolicismo
- Protestantismo
- Ortodoxismo

(Nota: Estas três primeiras compõem o Cristianismo e representam aproximadamente 30% do total do mundo religioso).

- Islamismo, também chamada Mulçumanismo
- Bramanismo ou Hinduísmo
- Budismo
- Hebraísmo ou Judaísmo
- Xintoísmo
- Taoísmo

(7) - *SECONDAT, Charles (Montesquieu). O Espírito das Leis. São Paulo, Editora Abril, 1973 - Capítulo I do Livro nº 29.*

- Animismo
- Confucionismo

Tenha-se que outras religiões vivem de certa forma agregadas a estas, ora veladamente, ora apenas separadas por pontos de vista e ritos, mas de qualquer forma sem um controle estatístico razoavelmente satisfatório.

I.2.1.1- Religião e planejamento familiar

A visão religiosa do problema demográfico se envolve em uma nebulosa quantidade de documentos de difícil acesso aos leigos, não sendo possível dar detalhes sobre os efetivos posicionamentos atuais em relação ao controle de populações por parte de todas elas. No entanto, o planejamento familiar é assunto que tem sido abordado e preocupado quase todas, pelo que se pode trazer ao espaço aberto alguns elementos muito significativos que nos ajudarão a melhor situar o enfoque final deste módulo.

Assim é que registra Bonnefous⁽⁸⁾ em muito bem elaborada síntese, que o ISLAMISMO⁽⁹⁾ - ainda que não proibindo o "familiar planning", tanto que é praticado por seus adeptos há mais de 800 anos conforme os sólidos ensinamentos de seus grandes teólogos entre os quais destaca o mulçumano Al Ghazalli (1058/1111) - não aprova métodos anti-concepcionais não naturais, mesmo que tal negativa ético-religiosa pareça não satisfazer aos seus quase 500 milhões de adeptos.

Tratando da ética sexual do Alcorão, enfatiza o Padre Lestapis⁽¹⁰⁾, em foco a família patriarcal mulçumana, que "as numerosas crianças sempre foram sinais de riqueza e de bênção divina para os homens". Isto não implica necessariamente, porém, em abolição ou falta de controle, pois só os ricos senhores podem ter muitas esposas e muitos filhos.

(8) - BONNEFOUS, Édouard. El Mundo Superpoblado. Barcelona, Labor, 1973, (114/118).

(9) - É a religião que pretende ligar-se diretamente ao monoteísmo do patriarca Abraão. Islão significa submissão à vontade divina. A moral matrimonial mulçumana é poligâmica, daí a dualidade de nomenclatura.

(10)- LESTAPIS, Stanislas de. La Limitation des Naissances. Paris, Spes, 1958, p.41.

O PROTESTANTISMO⁽¹¹⁾, de alguns anos para cá, passou a admitir métodos artificiais anti-conceptivos, mas já propugnou, durante longo tempo, apenas pela continência periódica. Segundo a filosofia desta religião de muitas seitas entre as quais se destacam os Luteranos, os Metodistas, os Anglicanos, os Presbiterianos, os Batistas e os Adventistas, o fiel, diante de Deus, só é julgado por sua própria consciência, conforme, aliás, bem o relata o citado Lestapis. Influíram nesta nova posição mais aberta, ao que pudemos depreender, além de uma positiva conscientização da realidade do fenômeno demográfico, as palavras do Pastor André Dumas, ex-professor de Ética da Faculdade de Teologia Protestante de Paris, segundo as quais seria impossível deduzir, tanto dos textos bíblicos em si como das tradições cristãs, uma posição definitiva favorável ou não sobre a regulação⁽¹²⁾ de nascimentos. E como tal possibilidade não existe, impossível é ignorar racionalmente uma verdade que hoje nos cerca de forma tão evidente.

A ótica do JUDAÍSMO⁽¹³⁾ teria sido definida pelo rabino Gugenheim, professor do Seminário Israelita da França. Ainda que a família numerosa seja considerada, também em Israel, uma benção dos céus, a igreja judaica prega pela adoção de um número ótimo de filhos (que seria no caso um casal), com a recomendação de que em tempo de fome e de guerra os esposos se abstenham de buscar gravidez. Estas recomendações religiosas, de cunho nitidamente filosófico, não foram, todavia, transformadas em política governamental positiva.

O XINTOÍSMO⁽¹⁴⁾ é um caso à parte, bem especial. Viuse de repente suplantado pela necessidade do Estado japonês, que apresentava índices por demais rápidos de desenvolvimento, estando a reduzir-se em número surpreendente a taxa de mortalidade enquanto a natalidade crescia vertiginosamente a ponto de representar um grande risco para a nação, pois embora o país já viesse praticando moderadamente o controle de natalidade, a perda de suas colônias fez com que muitos japoneses retornassem ao Japão. O controle teve de ser acelerado. Por isso, em 1948, ainda

(11) - *Como se viu, é uma forma de Cristianismo.*

(12) - *Expressão atribuída a PIO XII, segundo autores católicos.*

(13) - *A moral do Hebraísmo (ou Judaísmo) sublima a dignidade da mulher.*

(14) - *O Xintoísmo é a religião oficial da nação japonesa. Xinto significa "caminho dos deuses". Dependência absoluta da autoridade. Também é chamado Kami-no-michi.*

sob os traumáticos efeitos das responsabilidades bélicas da guerra de 1945, a Dieta japonesa votava a lei de proteção eugênica que autorizava o aborto e a esterilização, esta obrigatória para os casos em que houvesse enfermidade hereditária ou deformação da mulher, no pavoroso eco de Hiroshima/Nagasaki. Esta legislação tanto influenciou o povo do país do sol nascente, que se verificou ainda há poucos anos, nos tribunais, uma enorme quantidade de petições postulando autorização para esterilização voluntária. Por evidente, os anti-concepcionais são adotados como medida profilática preventiva, enquanto não se tenha um substitutivo eficiente mundialmente aprovado. A natalidade japonesa, em menos de 10 anos, caiu de 36 para 17 por mil. O governo mantém um grande número de estabelecimentos sanitários e enfermarias obstétricas, que ensinam o que e como proceder para evitar um novo "baby boom", como ocorreu nos idos de 1946 a 1949. O planejamento já atinge diretamente aos pais, como é correto numa política de contenção demográfica que pode bem servir de exemplo, considerada que é por muitos como um milagre da população japonesa.

O HINDUÍSMO, ou Bramanismo, basicamente não aceita o controle da natalidade. Tinha no Mahatma Gandhi, nos anos 40, um ferrenho partidário da natureza. Como freio aos nascimentos a números preocupantes, só com muita relutância aceitava a continência periódica, pois abominava agressões à divindade do corpo. Já Nehru, seu discípulo e sucessor no poder, pretendendo transformar a nação em um país industrialmente desenvolvido que tinha como um dos obstáculos mais sérios uma excessiva população a taxas sempre crescentes, propôs melhorias sanitárias e a regulação dos nascimentos, planejando a demografia como se o faz em relação ao desenvolvimento econômico. Subseqüentemente, o governo induziu a distribuir, fartamente, medicamentos anti-concepcionais ao povo. Pensou-se até, à época, em esterilização em massa, num total que deveria atingir a 2.500.000 de pessoas por ano, mas tal medida não se efetivou naquela ocasião. Para o período 1961/65 foram programadas despesas na área do planejamento familiar, da ordem de 60 milhões de dólares e, para 1966/70, de 200 milhões.

Ora, é fato sabido e conhecido recentemente no mundo todo que 7.000.000 de homens foram esterilizados na Índia pelo processo cirúrgico denominado vasectomia, dentro do programa do "familiar planning" a nível extremo, em um espaço de menos de um ano ⁽¹⁵⁾ o que se cons

(15) - Extraído da Revista VEJA, edição de 25.05.77, p.76, a qual informa, textualmente: "de abril/76 a jan/77", período, portanto de 10 meses. Não encontramos registro em nenhum livro, por ser fato ainda novo.

tituiu, inclusive, no grande motivo pelo menos aparente da queda do governo de Indira Gandhi, derrocada tão grande que se prolongou até o seu total alijamento das urnas; ela pretendia manter-se no poder a partir de 1977; a queda, aliás, foi de todo o Partido, há 30 anos dirigindo a Índia. Tanto foi a principal causa, o "leit-motiv" da derrota eleitoral e quiçá até política, que o Estado, numa prova de reconhecimento de uma política violenta e absurda, pagou a cada indú esterilizado, a título de indenização, a quantia de 5.000 rúpias (aproximadamente Cr\$ 8.000,00 no início de 1977). E agora o novo Premier, Morarji Desai, dá uma guinada de 180º, partindo para um novo programa, o do oferecimento de serviços médicos aos casais, gratuitos e incentivadores, para que limitem voluntariamente o número de filhos, em benefício da Índia. Os anti-concepcionais, obviamente, continuam liberados, para ajudar a reter o crescimento da população que já anda pela casa dos 620.000.000 e aumenta 13.000.000 por ano. Trata-se, como se vê, de uma nova experiência, não de uma certeza.

De qualquer forma, ante a mudança de política de modo bastante significativo, seria a ocasião de indagar se mudou a moral do hinduísmo com a nova ordem política ou teria a religião, apenas, contribuído com seus valores éticos para reconquistar sua importância. Aos nossos olhos não muito críticos, houve apenas a colocação à margem, durante a primeira política, dos preceitos éticos face aos poderosos interesses do Estado, que agira em situação emergencial e, agora, os mesmos preceitos voltam a ganhar terreno com a nova orientação governamental.

Como em toda parte, na Índia a religião sofre variações, tem suas alternativas e há ali, além do hinduísmo, os praticantes do budismo, como há os sikhs, além de islamitas e cristãos. Mas o hinduísmo é aceito e praticado por cerca de 80% da população e é mesmo simpatizante de todas as formas de anti-conceptivos, com um detalhe: desde que o casal já tenha gerado um filho homem. Serve o exposto para esclarecer como a moral religiosa pode em alguns casos influir sobre a decisão política. Acrescente-se que na Índia a religião é uma força importantíssima, quase excepcional, onde o sacratismo e o misticismo têm conotações que só a um autêntico hindú é dado o privilégio de entender. Religião e Governo, na Índia, parecem agora ter dado as mãos em benefício de um objetivo único, que seria o de encontrar formas de controlar a explosão demográfica para evitar, principalmente, a miséria. As demais religiões da Índia, quem sabe se como auto-defesa, não são favoráveis aos anti-concepcionais.

Nas Repúblicas Soviéticas, onde a religião de maior porte é o ORTODOXISMO, até princípios de 1955 a política estatal era francamente natalista, ante as numerosas perdas de seus cidadãos nos campos de guerra, mas a partir de então, não se fizeram mais proibições sobre a prática de abortos, que hoje são admitidos em lei, permitindo-se às mulheres abortar em hospital do Estado com direito a três dias de descanso, não se proibindo o planejamento familiar e nem a utilização de meios inaturais para interromper o processo de fecundação. Na Rússia, hoje é débil a influência religiosa.

Na China, onde as religiões se dividem entre as práticas do TAOÍSMO⁽¹⁶⁾, do CONFUCIONISMO e do BUDISMO, entendeu-se por longo tempo que relação alguma existiria entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico, ficando a questão adstrita aos planos médico-sociais. Os maoístas no início achavam que multiplicando-se as populações com a liberdade total e até os incentivos aos nascimentos, a produção dos bens de consumo e de alimentos seria aumentada, pelo maior número de braços úteis ao trabalho. Todavia, esta política tanto superpopulou a China, que mais recentemente se adotou sua antítese, estando liberados os abortos e mesmo as esterilizações, com a franca propaganda dos anti-concepcionais químicos. Lançou-se nacionalmente uma campanha para retardar os casamentos e, no meio rural, onde os trabalhos são realizados por pessoas de ambos os sexos, indistintamente, há um completo isolamento entre os rapazes e as moças, com severas sanções aos transgressores da clivagem.

O CATOLICISMO, ainda que fiel ao texto bíblico do "crescei e multiplicai-vos" do Gênesis, vem paulatinamente reconhecendo, vagarosa e muito sutilmente, talvez por causa das pressões de fatos que toma conhecimento oficialmente ou por ações de pequenos grupos reacionários, o direito aos casais de se preocuparem com a fecundidade excessiva. Por outro lado, de forma alguma o Catolicismo abre mão, oficialmente, dos meios para tanto utilizáveis, negando peremptoriamente os métodos artificiais, à espera, quem sabe, que os povos se desenvolvam, a ciência encontre meios e os casais se eduquem a ponto de encontrar uma fórmula viável de frear a corrida para uma população exageradamente grande, sem ferir os princípios religiosos.

(16) - Fundada por Lao-Tsé, contemporâneo de Confúcio (Séc. V A.C.), sua moral, hoje revivida pela filosofia "hippie", é: "Viva e deixe viver; não faça a guerra; pague o mal com o bem". Tao significa "ser supremo".

Sem contestação alguma o fato de que o Catolicismo, por sua Igreja, tem desempenhado um edificante e histórico papel na educação dos povos não se omitindo frente a graves problemas, promovendo ações comunitárias num estreito cultivo de uma sã cooperação com as instituições' sociais e políticas. Entretanto, age muito retardatariamente, em certos casos até opondo óbices religiosos ou entraves morais a fatos sociais consumados, como foi o caso de sua negativa à aceitação de qualquer forma de divórcio, no Brasil. Preferia aqui um remedium juris falso como o desquite e não referenda a decisão dos representantes do povo que já aprovaram a medida para solucionar inúmeros dramas provindos de casamentos há muito desfeitos. A Igreja Católica não transige nas suas proposições éticas, colocando-se sempre um passo atrás da realidade. Um fundado temor? Uma sã parcimônia? Conhecimento de efeitos? Só o tempo poderá responder.

Dos seus documentos que mais nos dizem respeito, a encíclica Casti Conubii, de Pio XI, publicada em 1930, faz no seu ítem 57 uma solene condenação aos anti-concepcionais, dizendo que "qualquer uso do matrimônio em que, pela malícia humana, o ato seja destituído de sua natural força procriadora, infringe a lei de Deus e da natureza e aqueles que ousarem cometer tais ações, tornam-se réus de culpa grave", onde ao mesmo tempo, como se vê, generaliza, especifica, julga e condena réus que a cada dia que passa se tornam mais ousados.

A encíclica Populorum Progressio (Paulo VI, 1967), dedicada especialmente ao futuro do Terceiro Mundo, não veiculou o aspecto populacional, explicitamente. A encíclica Gaudium et Spes (1965), procura enfatizar, nesta Era, que comunidade política e igreja, mesmo que por títulos diversos sirvam à vocação pessoal e social dos mesmos homens e devam por isso cooperar entre si, permanecem entidades independentes e autônomas, ficando desta maneira numa cuidadosa posição frente a problemas que, assim entendemos, deveria ter equacionado. Não apenas os espetando, mas tomando a iniciativa de enfrentá-los, sem esperar que o Estado o faça. Também aqui, somente o tempo irá dizer se acertou ou errou.

I.2.2 - A Encíclica HUMANAE VITAE

Paulo VI, compreendendo as preocupações mundiais sobre os problemas demográficos, atendendo também às ponderações de 85 personalidades muito importantes de 20 países, as quais a 20 de novembro de 1966 se dirigiram em carta às grandes religiões prevenindo-as sobre os valores inalteráveis da civilização e pedindo uma racional regulação da fecundidade e tendo em conta as situações materiais até certo ponto aflitivas de algumas populações (inclusive do chamado Terceiro Mundo) publicou, aos 29 de julho de 1968, a encíclica Humanae Vitae.

Documento virtualmente importante para os católicos de todo o mundo, é a reafirmação de princípios éticos da Igreja Católica, no que respeita ao casamento e à procriação, à moralidade, aos métodos contra a concepção e, portanto, nos seus prós ou nos seus contras de todo e qualquer modo nos interessa para este trabalho.

Diz-se a Encíclica conhecedora da posição até certo ponto alarmista dos neo-malthusianistas notadamente nos países em vias de desenvolvimento, admite como fato possível a existência de famílias nucleares como uma das soluções viáveis, enfatiza que a vida é um dom divino e que as relações esponsais devem crescer em termos de responsabilidade, nega o controle da procriação a partir de qualquer método anti-conceptivo não natural, lembra o respeito à individualidade da mulher no seu dignificante papel de esposa ou de mãe, afirma ser uma das soluções o progresso social continuado, diz respeitar a vontade dos casais ao tempo em que os conclama a não utilizarem métodos inaturais para evitar a fecundação e faz exortação à ciência médica para que envide os maiores e urgentes esforços no sentido de encontrar os meios adequados para o perfeito controle e domínio real dos ciclos menstruais.

No que respeita à Ética propriamente dita, propõe uma revisão por parte dos povos face aos atuais quesitos, verbis (I,5):

"Assim, dadas as condições da vida hodierna e dado o significado que têm as relações conjugais para a harmonia entre os esposos e para a felicidade mútua, não estaria indicada uma revisão das normas éticas vigentes até agora, sobretudo se se tem em consideração que elas não podem ser observadas sem sacrifícios, por vezes heróicos?"

De fato, quem pode negar que as injunções da vida moderna estão a tornar cada vez mais difícil manter-se a fidelidade entre os esposos, já que as variações da moral e as mudanças éticas têm ultimamente trazido a povos despreparados muitas possibilidades de fuga às responsabilidades assumidas nos atos solenes do casamento? É até de levantar aqui a hipótese de serem exatamente estas injunções as grandes causadoras do crescente número de casos de desquite ou de divórcio que enchem e encherão prateleiras e armários das Varas de Família de todo o mundo. A revisão assinalada, entendemos, poderia ser ajustada na rota pedagógico-social, para alertar e instruir as pessoas a respeito da moralidade e de que o processo de aculturação deve ser encarado com cuidado, sem que venha a modificar seculares estruturas religiosas apenas pelo eventual aparecimento de fatores convenientes. A lei moral que os apóstolos do Cristo propagaram, assim nos parece, está sendo esquecida facilmente demais quanto à sua prática, trocada muitas vezes por satisfações passageiras de pessoas que não querem nem se propor e até se negam a fazer o menor sacrifício em favor de um padrão moral caducante.

Fundamental para este nosso estudo, por óbvio, é a posição da encíclica Humanae Vitae no que vem de aludir especificamente à demografia, chamando a atenção dos governantes para o fato de que eles são responsáveis pelo bem comum, porque são eles que têm os meios para salvar os costumes. Exorta-os, por isto, para que não permitam a degradação da moralidade e que não admitam a introdução de práticas contrárias às leis divinas. Recomenda aos poderes públicos que contribuam efetivamente para o controle da expansão demográfica através de uma "sábia educação das populações, que respeite à lei moral e à liberdade dos cidadãos".

Tocou nesta passagem em uma das arestas mais críticas de todo o fenômeno: a educação, que por si só se constitui em outra problemática, provavelmente a causa de muitas outras ou da maioria delas, por excelência em países não suficientemente desenvolvidos, onde as soluções são muito mais dificultadas.

O chamamento da encíclica para que os governos cuidem da política à luz da ética religiosa, encontra sua razão de ser e oportunidade numa certeza, já bem generalizada, de que o catolicismo só está em condições de recomendar; já foi mais atuante, já teve seus ensinamentos mais rigidamente seguidos e não está evoluindo como era de se esperar, sendo mesmo, até certo ponto, complacente, perdendo posições na globalidade po-

lítica. Referenda esta perda de terreno J.I. de Freitas⁽¹⁷⁾, que ao tratar do assunto na pertinência com o Brasil, assere:

"O catolicismo vem sofrendo, no decorrer do século XX, um processo a princípio lento e, depois, mais acelerado, de regressão. Esta regressão é acompanhada, paralelamente, pela rápida expansão de outros movimentos religiosos, que crescem em proporção direta à taxa de urbanização". (grifos do autor citado).

Tal regressão do catolicismo nos permitimos não discutir no seu mérito, mas em liminarmente aceitá-la, porque nos consideramos com os pés no chão de nossa realidade. Não frente a outras religiões "que crescem em proporção direta à taxa de urbanização" apenas, como diz o ilustrado autor - e, no Brasil, possivelmente cabível principalmente em relação à Umbanda e ao Pentecostismo - mas em relação aos novos interesses aceitos pelos povos nesta Era de comunicações tão facilitadas. O texto, vamos convir, adere bem à nossa linha de observações.

O catolicismo, no Brasil, tem mais de 85 milhões de adeptos. Já nos dava conta o Censo de 1970 que aqui existiam então:

Católicos.....	85.472.022	
Protestantes.....	4.814.728	
Espíritas.....	1.178.293	
Outras.....	954.747	
Sem religião.....	701.701	
Não declarados.....	<u>13.355</u>	
	93.134.846	;

(Fonte: IBGE)

números que revelam uma percentagem equivalente a 80% de brasileiros professantes (há quem diga muitos deles serem apenas simpatizantes) do catolicismo. Pela significação desta incidência, os ensinamentos éticos desta religião, bem como sua força e influência, devem ser muito considerados no momento em que se tratar de uma política demográfica para o Brasil. E serão

(17) - FREITAS, José Itamar de. Brasil, Ano 2000, O Futuro Sem Fantasia. Rio, Gomes de Souza, 1968, p.149.

mais considerados quanto mais antecipadamente se planejar tal ação política.

Também pensamos que a ação da igreja católica poderia se desligar um pouco do que dispõe na Gaudium et Spes e procurar formas de influenciar mais positivamente os governos, senão quanto aos cuidados a respeito de uma superpopulação, pelo menos quanto ao que isto representará em termos de qualidade de vida. A conscientização do povo todo e não apenas dos seus mais fiéis adeptos, sobre os valores eternos da moralidade, não tem sido feita, diríamos, convenientemente. Só alguns sermões nos cultos religiosos e para platéias razoavelmente esclarecidas não é suficiente.

Aproveitando os dados do citado Censo de 1970, assinalamos aqui a posição geral do ESPIRITISMO frente ao problema demográfico, já que também numerosos são os seus adeptos no Brasil. Allan Kardec, ao dizer dos princípios da doutrina espiritualista no que se refere à população do globo⁽¹⁸⁾, indaga se a continuar a população a crescer geometricamente, não chegará o tempo em que seja excessiva na Terra; a seguir, se responde que não, porque Deus provê e mantém sempre o equilíbrio:

"Ele coisa alguma inútil faz. O homem, que apenas vê um canto do quadro da natureza, não pode julgar da harmonia do conjunto."

Alguns professantes do Espiritismo nos informaram que tal religião não poderia jamais ser contrária, em tese, aos meios anti-conceptivos da gravidez, porque de acordo com o substrato da filosofia kardecista, quanto mais vidas existirem mais oportunidades terão as almas de se depurar. No entanto, esclarecendo a resposta àquela sua pergunta e explicando esta filosofia, o próprio Kardec, ao tratar dos obstáculos à reprodução, assim ministra:

"Deus concedeu ao homem, sobre todos os seres vivos um poder de que ele deve usar, sem abusar. Pode, pois, regular a reprodução, de acordo com as necessidades."

Ora, aí está, exatamente, o "x" do problema demográfico: "de acordo com as necessidades." Resta estabelecer quais os números que constituem necessidades e se elas são, por seus próprios números e graduações, superáveis.

(18) - KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos. Rio, F. Ed. Brasileira, 1976, 39ª edição, pags. 332 e seguintes.

As necessidades de hoje, como as do ano de 2057, por exemplo, são e serão obviamente outras que as do ano de 1857, quando o ilustre espiritualista escreveu sua obra. Portanto, mesmo que alguns praticantes dessa religião não o tenham percebido claramente ou não possam explicá-lo facilmente, seu ministro saltou sobre o tempo e, dizendo sobre o equilíbrio natural, anteviu o regramento como uma possibilidade para a harmonia, quando necessário.

Por lógico, o espiritismo não opõe óbices à contenção de uma explosão demográfica desarmoniosa e desnecessária.

I.2.3 - Religião e decisão política

Neste passo, queremos estabelecer até que limites a decisão política aceita as pressões dos ensinamentos ético-religiosos. Em outros termos, quais são as exigências éticas à Política.

Começamos por afirmar que apenas pelo que encerram de Moral, as recomendações religiosas não são eficientes meios de frear um crescimento demográfico ou influenciar uma decisão política neste sentido. A Moral, para que exerça influências, há que se extravazar em oportunidades propícias. Por isto, as religiões, para marcarem com suas doutrinas morais as decisões políticas, não podem permanecer em passiva contemplação. Têm de agir também. São frios textos ou pronunciamentos genéricos, não bastam. Não podem permanecer à sombra. Não podem descansar. Devem trabalhar sempre, diuturnamente, para agir no momento oportuno.

Nos tempos medievais, tiveram grande poder. O Papa da igreja católica, em pessoa, agia junto aos governantes, chegando até, mesmo, a se colocar frente a forças bélicas que se constituíam em barreiras a invasores e usurpadores. Lógico que isto não teria hoje cabimento. Não assim. Mas naquele tempo, sem dúvida, a decisão política era marcadamente inspirada pela religião, com um detalhe importante: principalmente nas situações de urgência, opondo-se à realidade de hoje.

Das posições religiosas aqui assinaladas, bastou a de um só país para demonstrar que a religião perdeu quase todo o campo para o Estado nas decisões que abrangem o grande contexto social, caso do Xintoísmo (Japão, país que hoje já enfrenta até o problema da carência de mão-de-obra), como bastou uma só também, o hinduísmo, para mostrar como permanecem

do alerta, pode, oportunamente, entusiasmar um povo e alterar políticas. Esta duplicidade de valor tem como denominador comum a gradação da necessidade. Para os japoneses, era mais necessário segundo os seus princípios' educacionais diminuir o contingente para aumentar o progresso, razão pela qual a religião entrou em recesso para o domínio estatal; para os indús, continua necessário diminuir, mas agora sob formas menos violentas de obter resultados.

Temos algumas dúvidas de que a religião católica possa influir fortemente na decisão do governo do Brasil atual sobre um admissível controle da população, mesmo que, como se disse, 80% do povo seja basicamente católico. Em reforço de tais dúvidas, lembramos que não pôde nem reter os mecanismos do governo quando se tratou de aprovar o divórcio, ainda que tenha utilizado os meios de comunicação para fazê-lo.

Chegando qualquer governo à conclusão de que precisa mesmo controlar toda a sua população em seu expansionismo, para si e na mundialização de seu relacionamento, terá de fazê-lo sozinho, arcando com todos os meios e com a total responsabilidade dos riscos. Não levará em conta a ética religiosa, mesmo que receba muitas críticas. A decisão emanará de simples entendimento do que poderíamos chamar de legítima defesa nacional, de uma necessidade palpável.

Verdade é que a encíclica Humanae Vitae assumiu diante do problema interpretações mais amplas do que o simples cuidado com os casais e que é um documento forte da Igreja Católica. Mas teria ela condições de modificar decisões políticas num momento de urgência? Poderia a Igreja Católica fazer exigências éticas diante de uma verdade de sobrevivência de seus próprios fiéis? Acreditamos que não. Ela poderá contribuir, sim, mas só enquanto o consensus for tranquilo, só enquanto as situações forem planejáveis, enquanto houver normalidade social.

É de frisar, portanto, que os aspectos ético-religiosos' pouco têm de realmente substancial para desencorajar a autoridade política quanto à limitação de nascimentos, nas ocasiões de emergência. Quando as condições forem calmas, sem atropelos derivados de calamidades que exijam ações rápidas, aí sim, os preceitos éticos são ouvidos, podem esclarecer e contribuir para a decisão política, numa divisão de responsabilidades. Em outros casos, não alteram nada.

Temos, apenas para reforçar este pensamento, um exemplo recente, que aqui anotamos. A imprensa brasileira publicou em 1977⁽¹⁹⁾, a íntegra do documento católico "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", com este título aprovado pela Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a qual coincidiu cronologicamente com o 10º aniversário da encíclica Populorum Progressio. Entre outros pontos, o documento aborda a preocupação da Igreja com a segurança e o desenvolvimento como direitos indiscutíveis do Estado, "até o ponto em que é exercido para promover o bem comum e dentro do respeito aos direitos da pessoa humana", inteiramente válido sob o ponto de vista cristão, mas que nos induz a perguntar: Que penetração na massa popular tem um documento assim, se a própria encíclica destinada às vidas humanas, palavra papal, muito maior portanto, mais divulgado, mais maciço, não detém nenhuma força coatora e contém ensinamentos lamentavelmente negados todos os dias entre as mesmas pessoas às quais é dirigida? E que influência pode ter sobre fatos completos e acabados? A resposta é uma só: o documento é, somente, a retardatária forma de tentar suprir a falta de ação antecipada, planejada, previsível.

Claro que não se pode transferir à Igreja as responsabilidades dos nossos erros ou dos erros dos nossos governos; ela os quer minimizar, ninguém o contesta. Ninguém negará o seu elevado papel de grande mestra da humanidade e, afinal, é pelo menos uma voz a falar que poderá evitar reincidência de erros. Mas hoje, lamentavelmente, ela não detém a mesma força para influenciar decisivamente ações políticas em situações de urgência, como teve em outras épocas.

RESUMINDO:

- Estando a religião na posição de fonte primeira dos preceitos éticos;
- Sendo mais ético enfrentar o problema demográfico do que comodamente ignorá-lo transferindo suas soluções às gerações vindouras;
- Sendo a Moral um fenômeno grupal que depende do lugar, do tempo e da cultura em que se aplica;
- Não tendo as assimilações de preceitos éticos o mesmo ritmo comunicativo das de outros tipos de "mores";

(19) - Jornal "O Estado de São Paulo", edição de 25.02.77, p.14.

- Tendo as religiões carência de poder coercitivo para induzir povo ou governo a tomar medidas a respeito do crescimento das populações, entendemos que, conquanto não falte à Ética autoridade para enunciar ações, foge-lhe o poder de agir e influir nas decisões prementes, não estando portanto dela dependente o problema demográfico quando for considerado de urgente solucionamento. É preciso que ilumine os caminhos agora, enquanto ainda é tempo.

II - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

II - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

II.1- Preponderância do fator econômico

O domínio das economias constitui na sua globalidade o núcleo de onde parte o valor mais expressivo das preocupações; por extensão institucional, dos governos de todo o mundo. De seu império nascem programas de governo e é nele que muitos falecem. Em torno dele, gira o capital. Este campus é, mesmo, um grande condicionante da paz, mola que pode impulsionar ou reter a conjuntura social, sendo fator sempre presente na pauta dos debates governamentais, pois todo debate econômico leva implicações de ordem política. Nos países que procuram o desenvolvimento, assume um altíssimo valor e é um dos temas fundamentais a serem observados no que concernir a qualquer linha de política demográfica, bastando para comprovar esta marcante valoração o fato de que os níveis de crescimento econômico são facilmente alteráveis pelos fenômenos populacionais.

Contudo, a despeito de tão grande valor, é preciso ponderá-lo, porque a sociedade não é um organismo simples que dependa de apenas um elemento. Ao contrário, é um sistema, muito complexo, que se compõe basicamente de quatro sub-sistemas: o cultural, o econômico, o social e o político. Estes sub-sistemas, embora independentes no transparecer de suas funções, estão de tal modo inter-relacionados nas suas finalidades, que os fenômenos ocorrentes em um dos seus campos interessam sempre bem de perto aos demais. Além disso, todas as atividades - mesmo e até por excelência a atividade econômica, tão imediatamente preeminente - estão como que hierarquicamente ligadas através de uma liminar subordinação sistêmica ao sub-sistema político, inferindo-se deste raciocínio que o domínio econômico é preponderante sim, mas só até o ponto em que sirva aos propósitos políticos gerais. A política é uma grandeza maior no universo social, um fato inevitável em qualquer associação; ninguém pode se colocar fora de seu alcance. Por conseguinte, a sociedade não é econocêntrica, mas é centrada na política; o destaque do poderio econômico não é absoluto nem auto-suficiente, inexistente por si só na sua independência e importância, sendo sua valoração meramente circunstancial, isto é, tem ligações estreitas com os demais domínios e aumenta ou diminui sua importância segundo a política do momento.

No alcance político-econômico, estas ligações, diríamos, são umbelicais com a Demografia e no momento nos interessam. Nenhuma deci-

são econômica é provocada, é tomada, ou teria mesmo razão de existir se os seus efeitos não estivessem destinados às populações. Uma política econômica se restringe ou se agiganta, se compacta ou se elastifica, na razão do número de pessoas e das exigências dessas pessoas, às quais se aplica. O interesse do Estado não poderia ser outro, senão o direcionado a essas pessoas, seus contribuintes, seus mantenedores e o foco constante de suas ocupações.

O interesse político do Estado e a máquina econômica têm o mesmo acionador. No conceito assemelhado que lhe pode emprestar a ciência psicológica, todo problema econômico e todo problema de Estado convergem para um só ângulo: o das necessidades. Há que se saltar obstáculos para realizá-las e tê-las satisfeitas. Se não se os consegue vencer, frustra-se a finalidade social do mecanismo econômico ou do interesse político.

Algumas necessidades são básicas, de sobrevivência, imprescindíveis; há outras, que dependem do grau de educação, pois quanto melhor educada é uma pessoa - não apenas instruída, mas educada - maior é o número de suas necessidades, porque o acervo de "mores" civilizados é mais exigente, mais sofisticado.

A satisfação das necessidades das populações, os governos só as poderão realizar conhecendo verdadeiramente quantos desejam o que, com pleno conhecimento de causa e com efeitos previsíveis, em bases de verdade e com os olhos no futuro que se avizinha muito velozmente.

Por outro lado, parece muito bem aceito entre muitos sociólogos e políticos, que uma das formas de se obter a satisfação de um sem-número de necessidades de um povo, tornando-o mais educado e economicamente mais desenvolvido, é aumentar-lhe o poder aquisitivo dos bens disponíveis no mercado, estendendo às massas alguns privilégios econômicos. No entanto, o aumento da renda do povo depende marcadamente de um certo incremento industrial dos bens de produção e a industrialização é um fenômeno diretamente dependente de tecnologia, característica de populações mais adiantadas, de onde se entende que os países não desenvolvidos precisam, para superar estas suas dificuldades próprias de uma base econômica primária e deficiência ou ausência de adequada educação global, importar o respectivo "know-how" e aplicá-lo nas soluções de seus muito complexos problemas de progresso. Porém, como importar sofisticados insumos tecnológicos, se as rendas públicas são baixas exatamente porque a baixa renda do povo é um reverso, cíclico, dos baixos tributos? Ora, um país é pobre porque

não há excedentes de recursos a poupar, e não poupa pela mesma razão de ser pobre. Complica-se, desta forma, o esquema. Engrenagem difícil de operar pela escassez de combustível financeiro, a máquina econômica dos países pobres é, por isto, de impulsionamento penoso. Para forçar os impulsos, algumas soluções são viabilizadas, como a estatização de alguns serviços nos modelos de economia mista, ou a troca, com os povos dotados de recursos tecnológicos, de matéria-prima que se tenha em abundância e cuja exploração interna seja inviável, por artigos manufaturados, máquinas e "know-how" de que se está carente. Uma solução sempre paralela a todas as demais, é agir para que se queimem etapas do progresso, o que se realiza com o emprego de uma técnica já bastante utilizada com sucesso por outros povos, aceleradora do desenvolvimento. Esta solução, é planejar.

II.1.1- Planejamento

Desde que o Ocidente admitiu mais enfaticamente a importância do planejamento para o Estado e a Economia passou a ser dirigida segundo os interesses esquematizados a passos certos, um elemento até então não convenientemente considerado nos projetos parciais anteriores assumiu papel destacado: o planejamento minucioso em várias direções.

Em um país carente de recursos técnicos e de baixa renda, acelerar o desenvolvimento passou a ser meta prioritária. Uma série de fases importantes são por isto programadas, a partir de uma linha geral de interesse político. É sempre preciso, durante a execução de uma das fases, pré-saber como deverá ser a execução da fase seguinte de acordo com o comportamento das anteriores e a linha geral programada, se não nos seus mínimos detalhes, pelo menos na sua generalidade de ação. Importa em afirmar que todo planejamento há que ser controlado na sua execução e, ainda, passível de modificações intermitentes, sem fugas à linha principal do controle, sem o abandono dos fins propostos e, mais ainda, mantenha a abrangência da globalidade da situação fenomenológica.

Ora, no momento em que o Estado planeja sua ação durante um certo espaço de tempo - e fala-se de planejamento sério e bem fundamentado, como assim se justificam os planos de governo - perguntamos o que está o Estado fazendo, senão dizer, antecipadamente, o que vai acontecer naquele espaço de tempo determinado? Por óbvio, ninguém planeja passado ou presente. Planejamento é inerente a futuro. E como o futuro, via de regra

de toda a experiência palpável deveria ser um desconhecido, no instante em que o Estado prediz quais os caminhos, as metas, as diretrizes e os resultados a seguir e a alcançar, qual a política a utilizar, quais as modificações econômicas e sociais a serem implantadas em tempo certo, está, isto sim, modificando o eventual, está alterando a marcha normal das coisas, está intervindo com seu poder, já no planejamento, nas ocorrências do "desconhecido". E se intervêm no futuro, carradas de razões nos sobram para dizer que poderá intervir, pelo planejamento, no regramento da quantidade de pessoas que irão nascer e desfrutar do céu ou do inferno dos novos estágios do desenvolvimento a que se propõe no planejamento. Adite-se que, como o planejamento há de conter o universo de todo o futuro ao qual se aplicará, poderá o Estado correr sérios riscos se não considerar o número de pessoas que lhe receberão os benefícios ou serão participantes de um drama cujo enredo ainda não conhecem. Toda a responsabilidade será imputada apenas ao Estado.

II.2- Desenvolvimento e Mudanças

A técnica do planejamento e o processo de desenvolvimento mudam as estruturas sociais. A mudança da estrutura toda não é só um resultado, mas também uma condição para chegar-se ao desenvolvimento. O estabelecimento do ponto ótimo dessa estrutura é possivelmente o ponto crítico, o momento histórico da ruptura com os erros e, no Terceiro Mundo, ele assume enorme importância, pelos pontos de vista divergentes que provoca.

Para alguns cientistas sociais⁽²⁰⁾, o nosso país está na posição epicêntrica do Terceiro Mundo. Ora, o centro geométrico de uma plêiade de nações que atravessam juntas esse momento sócio-econômico de mudanças, aumenta as nossas responsabilidades. A abordagem política dos problemas e implicações que nascem com o desenvolvimento, bem como suas conotações com a demografia, nos leva a procurar estabelecer um conceito de desenvolvimento, pois não é raro confundir-se esta figura social com a do crescimento econômico.

Desenvolver não é crescer. Não apenas. É mais. É, também e principalmente, mudar. E esta mudança é uma nova e renovada experiência'

(20) BALBY, Édouard. Brasil, País Chave do Terceiro Mundo. Rio, Tempo Bras. 1967, p. 234 e FISCHLOWITZ, Estanislau, artigo in Revista de Serviço Público, Rio FGV, vol. 97, p.41.

para a sociedade. Figurativamente, seria como o fruto, que não somente cresce, mas se transforma todo, mudando a cor, o sabor, a forma e o valor. A própria encíclica já citada, Populorum Progressio, tão destacadamente importante para o Terceiro Mundo em que ocupamos o centro de um pensamento progressista e onde se moldam padrões para uma amanhã de novos modelos políticos, nos ensina que o desenvolvimento não se reduz a simples crescimento econômico e que para ser autêntico, há que ser integral, isto é, deve alterar todos os seus componentes, quantitativa e qualitativamente. De outra fonte, chamamos à colação para compactação dessa idéia, as abalizadas palavras de Costa Pinto⁽²¹⁾:

"... o próprio desenvolvimento, na medida em que avança, vai deixando de ser um puro tema para debate demagógico' ou uma operação técnica que só aos técnicos interessa, e passa a ser vivido como aquilo que realmente é: grande experiência humana, que envolve tudo e a todos, quotidianamente vivida por uma sociedade inteira".

As transformações que se processam no mundo, merecem sempre as valiosas críticas da arte, da filosofia, da religião e da ciência, formas concentradas que sustentam o arcabouço humano de conhecimento e da especulação. A atitude científica, à qual nos engajamos com enormes limitações, deve ser, pensamos, a de criticar construtivamente os erros da realidade social, que ocorrem durante as mudanças e por causa delas, na tentativa de achar explicações e estratégias políticas para ajudar na busca de soluções para os problemas emergentes.

Estas transformações, estas mudanças, se multiplicam e confundem muitos observadores quando o Estado se dispõe a sair de marasmos ou de padrões estratificados e ir ao encontro de seu urgente desenvolvimento; isto, porque as pessoas que vivem nestes Estados nem sempre estão preparadas para receber os benefícios desenvolvimentistas ou arcar com os seus ônus e sacrifícios, que são muito pesados e tão mais pesados serão quanto mais rápidas e estruturais forem as mudanças. Quando estas transformações são induzidas por um desenvolvimento minuciosamente planejado, enfaticamente determinado pela intervenção do poder estatal e, ainda, quando este Estado é de regime governamental incisivo, forte a ponto de moldar as reestrutu

(21) - COSTA PINTO, L.A. Sociologia e Desenvolvimento. Rio, Civ. Brasileira, 1973, p.151.

rações a seu quase inteiro talante, elas acontecem bruscamente, muito intensa, impulsionada e velozmente, de sorte que a sociedade sobre a qual se aplica dito planejamento, não percebe a extensão de algumas modificações, chegando mesmo a um certo ponto ou estado de confusão momentânea, que bem poderia ser classificado aqui como uma forma de anomia⁽²²⁾. Nesta situação, um tanto atordoados entre muitas informações não seriadas, muitas notícias não explicadas, alguns desencontrados comentários, medidas de impacto e alterações na maneira de se comportar, as pessoas vêem a vida correr célere aos solavancos, sem a certeza do amanhã, num entusiasmo meio chôcho, ora se aplaudindo o que não merece palmas, ora se repudiando o que está a exigir elogios, tomando-se ciência sem que se tenha plena consciência. Estas mudanças, que são bastante radicais nos países em desenvolvimento porque aí se deseja queimar etapas em pouco tempo, não param de ocorrer em todo o mundo, e em alguns lugares de forma significativa. Veja-se, por exemplo, que enquanto na Ásia e na África surgem hoje novas nações que se rebelam contra o colonialismo, trazendo o descobrimento para a atualidade do século 20 em meio às mais acirradas, ilógicas e despropositadas' lutas raciais; que enquanto na Europa se procura unificar o continente da banda ocidental em aglutinações comerciais ou parlamentares; ao tempo em que no Oriente Médio se mata em nome da religião por pedaços de terra considerada sagrada; ao mesmo tempo, num mundo fisicamente tão homogêneo e politicamente tão desigual, enormes extensões são abandonadas e permanecem improdutivas para populações que vivem em função das produções, ou o oriente distante se industrializa a ritmo jamais imaginado, ou, ainda, a América Latina se militariza num testemunho de absoluta carência de uma preparada e efetiva liderança civil; e a América do Norte, que tinha como já consolidado, nos Estados Unidos, o "american way of life" como um exportável padrão de civilidade, vê-se de repente descobrindo que estava barbaramente enviando seus melhores filhos, moços, nutridos e instruídos, para que fossem estupidamente morrer em campos minados das selvas do Oriente, em absurdas guerrilhas, à influência de interesses econômicos.

Tais mudanças, ora rápidas, ora prolongadas, acontecem todos os dias, tornando desigual e descontínuo um mundo que depende, basicamente, das mesmas coisas. Há desigualdades flagrantes na ocupação da superfície, há uma desigualdade gritante nas possibilidades de exploração dos

(22) - O termo é atribuído a Émile Durkheim. N' "O Suicídio", utilizou-o para classificar um dos tipos sociais do suicídio.

potenciais energéticos das nações, há desigualdades profundas entre os sistemas políticos, entre as tradições, entre as rendas e suas distribuições, desigualdades enormes na produção e no consumo de alimentos e de bens de consumo em geral. Enquanto alguns ricos senhores passeiam em iates maravilhosos pelo Adriático e outros mares esbanjando fabulosas fortunas em poucas horas, em outros lugares morrem centenas de crianças, vítimas de impudismo, de esquistossomose, de desidratação ou de inanição. Estas desigualdades todas são talvez algumas das causas pelas quais os diferentes padrões de vida e de civilidade provocam mudanças em todo o mundo. E os poderes públicos, inquietos, estão sempre sujeitos a influências filosóficas ou intervenções políticas, nacionais ou não.

Neste universo de oportunidades tão desiguais, há que assinalar o esforço de países que se desenvolvem e tentam diminuir diferenças, tentam neutralizar as forças ora do redemoinho avassalador dos poderes econômicos de outras nações ocupadas em manter com seus tentáculos hegemônias doutrinárias ou econômicas, ora das dificuldades internas determinadas por suas próprias dificuldades e misérias, as quais aumentam quando aumenta grandemente o seu contingente populacional. Os povos da América Latina, mostrando que o desenvolvimento é um processo de aculturações e esforço e aplicando às suas necessidades as experiências de outros povos, tentando não apenas imitá-los nas suas grandes realizações mas chegar junto com eles utilizando modelos próprios, emergem deste cadinho de mudanças como uma nova força possível. Entre uma considerável gama de entraves sempre presentes à consecução de seus objetivos, defrontam-se com o problema demográfico, pois as taxas de crescimento populacional chegam a andar quase paralelas às da renda per capita, obstruindo ações e anulando o crescimento global pronunciado, o que passa a acontecer apenas vagarosamente.

II.2.1- Terceiro Mundo e Subdesenvolvimento

Cabe aqui neste degrau um breve descanso, para tornar claros dois detalhes: os significados das expressões "Terceiro Mundo" e "Subdesenvolvido", muitas vezes utilizadas e pouco explicadas; por motivos terminológicos, importantes são suas conceituações, para seguirmos no tema.

A expressão Terceiro Mundo remete à existência, pelo menos, de um primeiro e um segundo "mundos" e é até certo ponto muito estra-

nha, já que não há grupo social mais heterogêneo nas suas tradições do que o de países que o compõem. Computados nas suas tipificações variáveis de ordem econômica e cultural principalmente, há quem os classifique (os mundos) em cinco. Esta expressão é largamente empregada por economistas, sociólogos e políticos e figura em centenas de livros e discursos, mas raros são os que se preocupam em caracterizá-la, como o faz, por exemplo, Duverger⁽²³⁾, em magistral trabalho de sociologia política.

Com o pragmatismo das revistas, o TIME de dezembro de 1975 traz excelente matéria a propósito dos "5 Mundos", a qual recebeu variados comentários, dentre eles um que assinalamos com prazer, pela raridade e concisão da ótima exposição de seu autor, raro porque abrangente e conciso porque diz muito em poucas palavras. É de autoria de G.de Paiva⁽²⁴⁾, engenheiro e economista de renome. Esclarece ser o Terceiro Mundo aquele das nações em processo de desenvolvimento e que colimam atingir um dia a situação dos países já desenvolvidos, com um importante pormenor: têm condições para isto, o que não acontece com os países ditos do 5º Mundo, estando os do 4º Mundo com fraquíssimas chances.

(23) - DUVERGER, Maurice. *Sociologia Política*. Rio, Forense, 1968

(24) - PAIVA, Glycon de. "Os Cinco Mundos", *in* CARTA MENSAL, Rio, 1976, n.º 260, pgs. 33 e seguintes.

Para uma visualização melhor, estão assim dispostos no mundo:

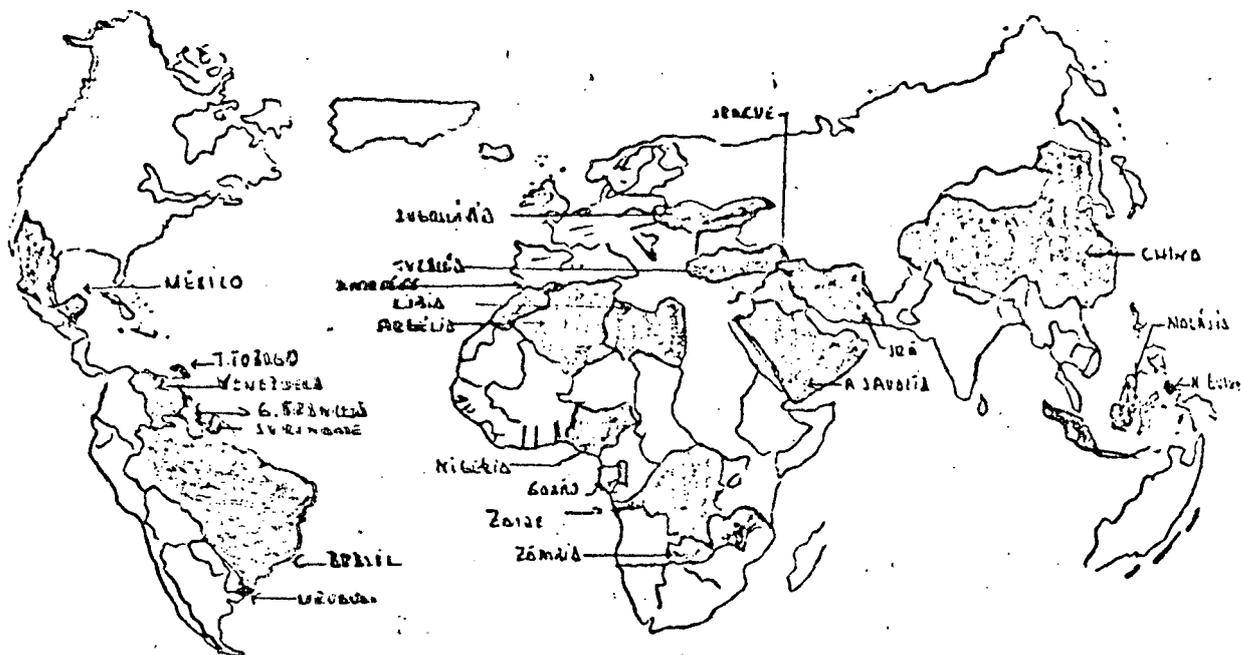


FIG. 1

Compõe-se o Terceiro Mundo, pois, de 22 países: Aráb. Saudita, Argélia, Brasil, China, Gabão, Guiana Francesa, Irã, Iraque, Iugoslávia, Líbia, Malásia, Marrocos, México, Nigéria, Nova Guiné, Suriname, Trinidad-Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela, Zâmbia e Zaire. Esta classificação é apenas econômica.

Quanto à população mundial e sua relação com cada "mundo":

- O mundo capitalista desenvolvido tem cerca de 18,75%
- O mundo comunista (desenvolvido ou não), tem 30,00%
- O terceiro mundo, 11,25%
- O quarto mundo, 36,25%
- O quinto mundo, 3,75%

NOTA: (A China é subdesenvolvida economicamente e é ideologicamente comunista. Ela está situada, aqui, nos 30,00% (comunista).)

A expressão Subdesenvolvido é atribuída às Nações Unidas.

Segundo Hertzler⁽²⁵⁾, teria sido utilizada para substituir os antipáticos adjetivos "retrógrado" e "atrasado", registrando o mesmo autor que não é um termo ignominioso, como parece, "nem é usado com certa condescendência' ou piedade". (Ao que entendemos, quiz desculpar a ONU. E o fêz mal. Relacio nou, em toda sua obra, desenvolvimento, a maturidade econômica apenas).

Há autores que classificam como subdesenvolvido o país que exporta quase que exclusivamente produtos primários e matéria-prima, não chegando aos semi-manufaturados. Outros, na sua maioria da área econômica, insistem em situar a distinção só na renda per capita. Se nos filiarmos a esta última corrente, teremos forçosamente que admitir que os países donos do petróleo, hoje, no oriente médio, são super-desenvolvidos, pois detêm as mais altas rendas do mundo. Mas, sabe-se, a massa das populações ali é muito pobre. Máxima da Matemática que os valores extremos são falsos na determinação das médias, por evidente a colocação de apenas esta variável não é suficiente para caracterizar um país como sendo desenvolvido ou não.

Para mais facilmente entendermos o subdesenvolvimento, é preciso estabelecer alguns parâmetros do outro lado da moeda, isto é, o que não seja subdesenvolvido. O já aqui citado I. de Freitas, ao discorrer sobre o que seja um país rico, destaca os pensamentos de vários economistas, que ora sintetizamos com alguns comentários nossos em 18 itens:

1. Mínimo de 1% da população em cursos universitários
 - Ora, o Brasil ainda tem uma pirâmide educacional de grande base e ápice pronunciado e não chegamos nem aos 0,5%, segundo a FIBGE, sinopse citada;
2. Ensino obrigatório até 12/14 anos
 - Sim, já estamos enquadrados. A fixação da faixa etária depende dos sistemas estaduais. Em Santa Catarina, é obrigatório dos 7 aos 14;
3. Esperança de vida por volta dos 70 anos
 - Estamos na faixa dos 54 a 60;
4. Ausência de analfabetismo
 - A despeito de todo o esforço, 20% do povo é analfabeto; e isto segundo o Mobral.

(25) - HERTZLER, J. Oramel. The Crisis in World Population. Lincoln, U. Nebraska Press, 1956, p. 81.

5. Renda per capita (quociente PNB/Nº habitantes), de US\$ 2.000,00
 - Estamos longe disto, entre os 500 e os 1.000 dólares
6. Consumo de energia elétrica em 3.000 Kw/h
 - O nosso, por pessoa, é de 450 Kw/h;
7. Número de automóveis em que caiba toda a população
 - Não temos os dados. Acreditamos que se não estamos lá, andamos muito perto;
8. Baixa percentagem da população economicamente ativa girando na agricultura.
 - A despeito de toda a industrialização, somos um país agrícola. Na verdade, o governo assim o quer e o tem enfatizado, haja visto as declarações do Exmo. Sr. Presidente da República, em 1977, que se preocupa com os apenas 8000 técnicos para 4.000.000 de propriedades rurais;
9. Exportação que não prejudique qualitativamente a população
 - O Brasil não tem descuidado do abastecimento do mercado interno e o nosso produto exportado não é tão superior ao consumido internamente;
10. 75% da exportação, de produtos manufaturados
 - Ora, quando tivermos isto, seremos desenvolvidos;
11. Água e esgotos em todas as comunidades, com rigoroso controle da saúde
 - Não temos nem um, nem outro;
12. Grandes percentagens da população habituada a gozar férias anuais em turismo interno e externo
 - O nosso turismo interno é ainda incipiente e as causas são várias. O turismo externo, está guindado à excelsa categoria do privilégio;
13. Pagamento médico-hospitalar possível por conta própria
 - Nem de longe. Não fosse o sistema de previdência social, que preenche algumas lacunas, este ítem só ensejaria silêncio;
14. Generalizado consumo de livros
 - Ora, o livro, no Brasil, é tão pouco usado, que chega a ser vendido em farmácia. O livro no Brasil não é um meio cultural de massa; é um sacrifício didático;
15. Ausência de problemas de habitação
 - Isto é utopia. No Rio de Janeiro, de cada 5 habitantes, 1 é favelado;

16. Governo que estimule a natalidade, porque em um país desenvolvido, a taxa tende a se estabilizar automaticamente
 - Há, talvez, no mundo todo, no máximo 10 países com esta prerrogativa em andamento. Aqui, estamos preocupados com população carente de saúde;
17. Residências com todo o conforto doméstico
 - A alta classe média e a alta classe têm quase todo, mas são minoria;
18. Cidades desertas nos fins-de-semana
 - Os centros comerciais das cidades já ficam desertos.

Como se vê, não preenchemos a maioria dos requisitos ; não somos, assim, sob a ótica econômica, desenvolvidos.

Quanto à outra face da questão, arrola o ilustre professor Osni Regis⁽²⁶⁾ em trabalho realizado para a cadeira de Economia Política que veio a exercer na UFSC, os característicos específicos do subdesenvolvimento, somatório de peculiaridades e não apenas a indicação da renda, fechando assim estes parenteses:

- Grande proporção ativa dedicada ao setor primário da economia;
- Energia mecânica consumida muito baixa;
- Baixa renda média per capita;
- Elevados coeficientes de natalidade e de mortalidade, notadamente mortalidade infantil;
- Grande percentagem de analfabetos;
- Higiene rudimentar;
- Base orgânica dependente de capital e técnica estrangeiros;
- Baixa produtividade agrícola;
- Sub-alimentação;
- Classe média fraca ou não estratificada;
- Trabalho de crianças a partir de 10 anos ou menos;
- Status inferior da mulher;

(26) - REGIS, Osni de Medeiros. Aspectos Demográficos do Trabalho. Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 1960. p.56.

- Horizonte de trabalho reduzido e, portanto, sub-emprego;
- Mercado interno inexpressivo.

Ora, da comparação destas duas classificações dos dois autores citados é fácil depreender que não estamos nem entre os subdesenvolvidos, totalmente, nem completamente entre os desenvolvidos, já que algumas fases foram superadas, outras estão por ser vencidas, isto é, se já demos passos importantes na direção do desenvolvimento, distâncias nos faltam ganhar para atingirmos a condição ideal de progresso econômico-social. Por isto, estamos classificados num promissor e esperançoso meio termo que os autores denominam "em vias de desenvolvimento".

As classificações, estas e outras, não podem no entanto divergir em um ponto básico: a relação da economia com a população é íntima e, por evidente, o nível de desenvolvimento econômico depende do número de habitantes.

Nesta relação constante, o nosso país ocupa um lugar na curva. Em que ponto estamos? Se deixarmos livre o crescimento demográfico, é bem possível que cheguemos rapidamente aonde chegaram a Índia e a China (respectivamente 620 e 800 milhões de pessoas e um desenvolvimento retardado), tendo que recorrer, como esses países, a medidas drásticas de contenção. Se, por outra forma, partimos para um controle rígido imediatamente, provavelmente não haverá um consensus aprobatório. É de considerar, ainda, que se os economistas afirmam que desenvolvimento é o melhor nome para auto-controle, qual o argumento que nos dará certeza de que chegaremos lá em tempo aceitável? Conseguir maximizar o bem-estar econômico é a grande preocupação de todos os cientistas sociais, unânimes em hospedar a idéia de que um fator primordial para estas finalidades é o estabelecimento de uma população ótima. Pergunta-se: Quanto representa este ótimo e que meios utilizar para alcançá-lo? A única coisa que salta aos olhos como certeza é que, consideradas as taxas de mortalidade, as migrações e os nascimentos, se deixados frouxos, continuarão obstando a chegada rápida a este ponto de otimização e, portanto, no dualismo apresentado é bem mais inteligente escolher o controle da natalidade.

II.3- Crescimento Demográfico

Voltemos a percorrer o caminho inicial.

É nosso pensamento que, como elemento decisivo na linha política de qualquer Estado moderno, o crescimento demográfico deve ser encarado com a maior seriedade. As causas primeiras do crescimento - alta incidência das taxas de natalidade, baixa mortalidade, aumento das imigrações, queda das emigrações - sofrem de gigantismo nas fases de desenvolvimento de uma nação, porque são dados que pesam nos planejamentos. E este é o caso brasileiro.

Tudo gira em torno do espaço físico disponível, do grau de progresso econômico, da quantidade de bens de produção, da produtividade, do consumo mais acelerado, do poder aquisitivo, da distribuição territorial das populações e do comportamento de quem detém o poder.

A pressão numérica das populações acelera a mobilização de novas formas de recursos, mas em consequência a esta super-mobilização inesperada, rompe-se o equilíbrio entre as dinâmicas da produção e do consumo, gerando insatisfações de ordem social e política, por necessidades não realizáveis. O aumento demográfico apressa também outra necessidade, qual seja a de o governo investir maciçamente nas áreas sociais mais próximas (habitação, saúde, transporte, ensino), que são territórios de infra-estrutura social por demais vulneráveis e, por isto, um crescimento demográfico sem ordenamento é sempre um fator obstaculizante, preocupante, até de alienações, porque os países em desenvolvimento correm inclusive os riscos de colocar suas condições de existência e de promoção exclusivamente a serviço de interesses não nacionais.

Que números devem nos preocupar?

Em percentuais arredondados (que aqui não estamos dando muita importância a desvios-padrões ou variâncias mínimas da estatística, mas nos prende a globalidade da problemática) assim estaria distribuída a população mundial, que já passou da casa dos 4 bilhões de habitantes, podendo dentro de 25 anos chegar aos 7:

Primeiro Mundo.....	19%
Segundo Mundo.....	11%
Terceiro Mundo.....	30%

Quarto Mundo..... 36%

Quinto Mundo..... 4%

Os três últimos crescem desordenadamente. O 2º mundo, ao que consta, está longe de chegar ao relativo estágio estacionário; o 1º mundo já está lá, mas continuará crescendo por mais 50 anos.

A revista francesa L'Express⁽²⁷⁾, em artigo sob o título "Demographie-vers l'équilibre", informa com o uso de gráficos sobre a adoção oficial de programas de planejamento familiar, que a França (e suas colônias) depois de 1972 tem tido sua população em constante declínio numérico, com os nascimentos baixando de 900 mil em 1972 para cerca de 700 mil em 1976. É que os países desenvolvidos, com uma taxa de mortalidade muito baixa em virtude das aplicações das conquistas tecnológicas no campo da ciência médico-sanitária, face também à grande urbanização que induz ao controle familiar espontâneo, face ainda e principalmente ao elevado grau de instrução do povo, tendem a mais rapidamente estabilizar suas populações ou até mesmo a reduzi-las o que se constitui, a propósito, num outro ângulo igualmente dramático da problemática demográfica, apontado com ênfase, aliás, por Josué de Castro⁽²⁸⁾, que se referiu categoricamente ao perigo da subpopulação.

No entanto, a França, como outros países, é caso isolado; a Europa como um todo ainda não estabilizou seu crescimento populacional, como nos dá plena certeza o "Correio da Unesco"⁽²⁹⁾, que prediz para entre 1975 e 2025 um crescimento do contingente europeu na escala de 50%. Informa, ainda, que os 568 milhões de habitantes que viverão no velho continente por volta do ano 2000 continuarão se multiplicando e atingirão, em 2070, a casa dos 698 milhões, seguramente. Portanto, há uma evidente relatividade no "estágio estacionário", que tantos querem destacar. Ele está muito, muito longe. O que o destaca é sua confrontação com a explosão demográfica em outras áreas, como, por exemplo, a América Latina.

Crescimento demográfico é assunto que recebe tratamento segundo a ótica do observador e consoante os interesses do Estado. Vezes há

(27) - *L'Express*, jan/76, nº 1.330, pags. 44 e seguintes.

(28) - CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*. Rio, CEBRAS., 1951, p.65.

(29) - "O Correio da Unesco", jul/74, nº 7, ano 2, p.16.

que são concordantes; outras que não.

O eminente professor M. H. Simonsen⁽³⁰⁾, manejando o assunto há uma década, criticou as sombras negras lançadas por alguns neo-malthusianistas exagerados que se preocupavam com a explosão a taxas descontroladas. Segundo ele, não haveria motivo para quaisquer preocupações. Sua ótica se viu corroborada no instante em que, fazendo parte de uma equipe de governo nas elevadas funções de Ministro de Estado, referendou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, em cujas páginas 58 se lê que

"O Brasil ainda se coloca como país subpovoado em relação à disponibilidade de terra e outros recursos naturais. Como país soberano, acha-se no direito de adotar posição consequente com essa verificação de ser ainda país subpovoado, ou seja, de deixar que sua população continue crescendo a taxas razoáveis, para efetivar o seu potencial de desenvolvimento e dimensão econômica."

Esta é ainda a posição do Brasil, embora o II PND esteja agonizando. Esta posição, este entendimento, recebe sua primeira solapada com a abertura lançada a público pelo Ministério da Saúde, com a preocupação da gravidez de alto risco, frontalmente oposta ao Plano, tornando aceitável a idéia do planejamento familiar. Na ocasião em que se publicou o II PND, de teleologia claramente desenvolvimentista em todos os sentidos e direções, a concordância era uníssona quanto às necessidades demográficas brasileiras; agora, já não há um canto só, há vozes fora do tom, novos caminhos se abrem.

O nosso país sempre foi expansionista. Logo que se percebeu a extensão do território, suas potencialidades e sua riqueza natural, pendeu-se para sua ocupação total. Já está no espírito do povo querer o povoamento, sem a menor preocupação com um futuro organizado quanto às disponibilidades do planeta. Além disto, a nossa tradição católica, a quantidade de terras ainda não produtivas, a abundância de recursos dos trópicos, uma despreocupação com o dia de amanhã, tudo somou pontos para que fossemos e sejamos um país de famílias de muitos descendentes.

A nossa legislação tem, inclusive, criado incentivos de ordem econômica às famílias numerosas. Uma rápida passagem pela legislação

(30) - SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil. 2001*. Rio. Apec, 1974, p. 99

previdenciária ou pelo texto constitucional nos levará aos benefícios do auxílio à maternidade, ao salário-família, aos abonos, à proteção, amparos legais favorecedores do aumento do número de filhos em cada família.

Fotografias de alguns anos atrás estão aí, amarelecidas, a provar com os orgulhosos semblantes de nossos avós em meio a filhos, netos e bisnetos, como somos todos promessas de perpetuação da espécie, em bases bem prolíferas que a cada dia colocam mais fogo nas bananas de dinamite da explosão.

Portanto, a ótica desta problemática depende da filosofia que se adote. A nossa, tem sido a de que somos um país imenso, um "impávido colosso", com um território despovoado e que necessitamos nos desenvolver. Até quando?

A impressão do vazio demográfico, que aumenta no instante em que se viaja e se consome muitos quilômetros sem ver ninguém, é, na verdade, de grande relatividade. Nas cidades, altera-se completamente. Se o território horizontal brasileiro nos adverte sobre a necessidade de povoá-lo, a constatação de quantos habitam na vertical anula a advertência, pois se usando a imaginação pusermos em linha todos os apartamentos construídos' além da altura de 6 metros do solo, apenas estes, certamente existiriam poucos espaços a preencher. Além disto, algumas áreas territoriais são intocáveis, outras inóspitas, algumas reservadas à segurança, outras imprescindíveis à agropecuária. Se idealmente somarmos as áreas realmente disponíveis, talvez até os apartamentos da imagem acima não pudessem ser colocados paralelamente. Como se realça mais uma vez, o problema demográfico varia conforme se o observa por ângulos diferentes.

Duas correntes principais do pensamento mundial merecem ser registradas quanto ao crescimento demográfico: a dos países ricos, que adotam a versão malthusiana de que o crescimento populacional aumenta a miséria porque impede o aumento da renda e consome os recursos produzidos; e a dos países pobres, que dizem ser a miséria a causa do aumento das populações, pois, infelizmente, quanto mais pobre, menos instruído e mais prolífero.

J. Vervier⁽³¹⁾, em ótimo trabalho crítico sobre o malthusianismo, relata que "o alicerce teórico de toda a construção malthusiana

(31) - VERVIER, Jacques. "Propósitos Antimalthusianos", artigo in REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, vol. 36, fasc. 144, dez/76, ps. 858 e segs.

continua sendo a famosa lei dos rendimentos decrescentes" e que a ocorrência desta lei levaria a renda per capita a diminuir até o seu limite do nível de sobrevivência quando acontecem juntos o crescimento geométrico da população e o crescimento aritmético da produção.

Todo o enfoque malthusiano repousa sobre esta "lei". Com a devida vênia, entendemos que o termo é aqui inadequado, já que Malthus não enunciou uma lei, mas apenas formulou uma hipótese que, diga-se, embora haja tomado ares de profecia entre alguns descontrolados admiradores, notadamente em todo o primeiro quarto do século 19, não tem recebido sempre o beneplácito da maioria dos autores da área; alguns têm até criticado a hipótese, como é por exemplo o caso de Kingsley Davis, que ao prefaciar a edição mexicana do "Ensaio" de Robert Malthus, elogia o trabalho mas adverte que "as teorias de Malthus não têm hoje validade, nem tiveram nunca", ainda que reconheça e deixe bem claro que mesmo assim elas estejam ocupando firme lugar na história intelectual da humanidade. Talvez por esta importância, de vez em quando volte a ser utilizada.

A respeito da primeira corrente acima anotada, também um lembrete: o Vaticano vê a miséria como sendo causada não pelo excesso de população, mas pela desigualdade na distribuição das riquezas.

É de notar, ainda, que a demografia sofre suas explosões periodicamente. Não há uma explosão constante, ou nem seria explosão. Ela cessa de tempos em tempos de crescer em ritmo vertiginoso e passa a crescer mais vagarosamente. Embora continue crescendo, sem parar, a totalidade da população.

A primeira explosão populacional de que se tem algum registro teria se iniciado por volta do ano 2000 A.C., multiplicando por 25 o contingente do planeta, com causas obscuras assinaladas em conjecturas não documentadas, atribuídas ao aumento da produtividade, quando o homem passou da fase nômade para o sedentarismo, fixando-se em cidades a fim de melhor comercializar os produtos da agricultura.

A segunda explosão, que passa a mais nos interessar, iniciou-se com a Revolução Industrial, ainda longe de terminar, mas que já multiplicou por 8 a população total.

As duas ocasiões têm um denominador comum: o aumento da produtividade, o que ressalta o valor da Economia, parecendo que a euforia da grande produção e a fartura, deixam as pessoas muito despreocupadas com o futuro, transformando-as em geratrizes inconsequentes.

II.3.1- Industrialização e Urbanização

No período histórico em que a Economia passa do setor primário para a fase de industrialização, entre outros fatos e fatores emerge um notável êxodo da zona rural para a urbana, com milhares de pessoas se locomovendo em busca de trabalho mais rentável e assistência social mais próxima. Em consequência, evidencia-se uma bem maior e melhor divisão do trabalho, o aumento da produtividade passa a ser constatado em severos mapas estatísticos e há um vertiginoso crescimento das cidades, de forma desordenada, porque inesperada.

O modo de vida das populações se altera com novos hábitos e a preocupação com a explosão demográfica recrudesce. As cidades, novas e velhas recebem grandes injeções de população extra em resposta à demanda de serviços que provêm da divisão do trabalho; a concentração passa a ser uma necessidade econômica, a burocracia se enriquece a detalhes entravadores e o crescimento da urbs se torna quase anárquico, com efeitos sociais de dificultoso controle. Em meio a este estado de entusiasmo de progresso e confusão administrativa, têm-se a impressão de que a população explodiu irreversivelmente.

A cidade é, então, o foco do problema. Talvez, a sua solução, por paradoxal que isto possa parecer. No mundo desenvolvido, a grande maioria das populações é urbana, pois o mundo desenvolvido é um mundo de cidades, grandes, pequenas, médias, todas consumidoras de recursos naturais. E no mundo sub-desenvolvido, como no mundo em desenvolvimento, as cidades estão crescendo aceleradamente, numa razão que as faz dobrar de população em 10 ou em até 6 anos⁽³²⁾, tendendo à asfixia.

Em 1920, segundo B. Jackson⁽³³⁾, cujo livro é uma investigação sobre a urbanização do mundo, 14% das populações já residiam nas cidades; em 1960, alcançavam a casa dos 25%; e, em 1980, poderão facilmente atingir os 35%.

No Brasil, o índice de urbanização da sociedade no ano 2000 deverá ser de 70%⁽³⁴⁾, já com problemas críticos. A imprensa⁽³⁵⁾ pu-

(32) - A afirmação é de HEILBRONER, R. in *As Perspectivas do Homem*. p.8 da *Revista Expansão* de 17.04.74 (Não temos o original).

(33) - JACKSON, Barbara Ward. *An Urban Planet?* Philadelphia, GB, 1971, p.2.

(34) - FREITAS, José Itamar, *obr. citada*, p. 66.

(35) - *O Jornal do Brasil*, edição de 28.04.77, "A Cidade Estrangulada", de Leticia Lins. (p.4, caderno 3).

blicou em 1977 artigo que noticia um dos dramas do Recife: uma cidade que comporta no máximo 600.000 habitantes, mas que já abriga 1.300.000, população que consome água pelos mesmos canais que consumia quando ainda estava na casa dos 500 mil. Apenas 30% das residências são ligadas à rede oficial de esgotos, com um índice de mortalidade infantil dos maiores da América Latina. E, veja-se, é "a capital do nordeste brasileiro". Imagine-se os problemas do interior desassistido. Como se observa, a cidade é um fenômeno importantíssimo, talvez vital, para o futuro da humanidade.

E o que é uma cidade?

Um fenômeno tão móvel, pode receber várias concepções. Para o filósofo Platão, a comunidade urbana ideal seria aquela que possuísse 5.040 habitantes, total possível, segundo seus cálculos, de permanecer sem problemas nos limites de Atenas. Benjamin Higgins⁽³⁶⁾, dizendo que a América Latina é proporcionalmente muito mais urbana do que o resto do mundo, define a cidade como a comunidade habitada por uma população de mais de 2.000 pessoas. Paul Hugon⁽³⁷⁾ informa que nos Estados Unidos da América, na Bélgica, nos Países Baixos e na Índia, a localidade só é reconhecida como urbana quando sua população é superior a 5.000 habitantes, enquanto no México, na França, em Portugal e na Argentina, o número é limitado em 2.000; na Colômbia, em 1.500; no Japão, em 30.000 habitantes; para a ONU, 20.000 habitantes, tudo sendo suficiente para perceber que o conceito de cidade é condicionado a variáveis locais.

No Brasil, sob o ponto de vista administrativo, cidade é toda aglomeração de pessoas que habitam um lugar sede de município ou, a valer o critério da Fundação IBGE, cidade é a localidade urbana que congrega no mínimo 1.000 pessoas, com os serviços públicos mais básicos. O conceito de urbanização é fundamental para caracterizar a cidade.

Todos estes parâmetros, como se vê, são sempre fundamentados no número de habitantes, porque é em decorrência deste número que os governos podem saber das necessidades do meio-ambiente para a execução de serviços. A cidade ganha ainda outros nomes, segundo também suas populações.

(36) - HIGGINS, B. et alii. Explosão Urbana na América Latina, Rio, VPP 1969.

(37) - HUGON, Paul. Demografia Brasileira, SP, Atlas, 1973, p.190.

II.3.2- Os Autores e a Metrôpole⁽³⁸⁾

A metrôpole tem um interessante processo formativo. À medida em que a industrialização aumenta em determinado país, cresce a migração do campo para a cidade à procura, principalmente, como já se disse aqui, de trabalho e assistência social. Quando tal industrialização é muito intensa, cria-se na cidade um movimento imobiliário quase terrível e o solo passa a ser um espaço geográfico muito disputado, alcançando valores pecuniários elevadíssimos; as empresas de construção edificam casas umas sobre as outras, buscando na verticalidade aproveitar o máximo do espaço físico de um chão supervalorizado; as casas antigas, que permaneciam recebendo sol e eram lugares razoavelmente silenciosos, passam a ficar à sombra desses edifícios-paredões ou a receber decibéis extras de barulhos provenientes do tráfego que se intensifica; as pessoas que têm posses, então, fogem do centro para a periferia, onde vão construir ajardinados palacetes; mas as lojas seguem seus fregueses, instalando também na periferia as suas filiais expansionistas, sem que os projetos urbanizadores saiam das gavetas para obstar ações; os mocambos, sem condições de viver no centro da cidade porque é muito caro, ali na periferia se instalam também com suas favelas, em terras que ou não se sabe a quem pertencem, ou são do Estado, que não os inibe para "não criar problemas sociais", por esta mesma razão os criando e, em pouco tempo, muito pouco mesmo, o cinturão de verdes que circundava a cidade e ajudava a manter inclusive seu equilíbrio ecológico e fonte parcial de alimentos, passa a dela fazer parte no conjunto de cimento, madeira e barulho, formando as metrôpoles, que crescidas ainda mais constituem as chamadas megalôpoles, como aconteceu em muitas cidades e noutras está acontecendo impune, a exemplo de Nova Iorque, Los Angeles, Tóquio, Pequim, São Paulo, Rio de Janeiro, Xangai, Calcutá, Bombaim, Teerã, México, Bogotá, Lima e tantas outras. Segundo o Correio da Unesco⁽³⁹⁾, as doze megalôpoles de 1985 serão inquestionavelmente: Tóquio (25 milhões de habitantes); Nova Iorque (19 milhões); México (18 milhões); São Paulo (17); Xangai (14); Los Angeles (14); Bombaim, Calcutá, Pequim, Osaka, Buenos Aires, Rio de Janeiro (todas com 12 milhões de habitantes). A cidade de Xangai já está sendo apontada pela ONU como forte concorrente ao 2º lugar neste terrível concurso.

(38) - Significa "cidade-mãe".

(39) - CORREIO DA UNESCO, Rio, Fundação Getúlio Vargas, ano 2, nº 9/10, set/out/74, p. 40.

Ao fenômeno de criação de núcleos satélites que se engam às cidades formando as metrópoles, cujo melhor protótipo são as praias da baía de Tóquio, dá-se o nome de conurbação, termo criado pelo sociólogo inglês Patrick Geddes. Quem tira vantagens pecuniárias com estas operações de gigantismo é o especulador imobiliário, que obtém verdadeiros triunfos em seus negócios, comprando casas velhas centrais e terrenos baldios na periferia, plantando edifícios que vende à preços faraônicos, contribuindo de forma flagrante para a cimentação do solo, para a proliferação de dispensáveis "kitinetes", para a morte de milhares de verdes, para o entupimento de obsoletos sistemas pluviais e, também, para o aumento do processo inflacionário das moedas.

Hans Blumenfeld⁽⁴⁰⁾, em seu artigo "A metrópole moderna", a define como uma concentração de mais de 500.000 pessoas, que vivam em uma área na qual o tempo de viagem dos "subúrbios mais afastados até o centro, não seja maior do que 40 minutos". Goran Siddenbladh, que juntamente com outros escreve na mesma obra do autor acima, na sua participação intitulada "Estocolmo - Uma Cidade Planejada", informa que a capital sueca é há tanto tempo metropolizada, que já em 1640 adotara um plano diretor para o melhor desenvolvimento dos subúrbios. Atente-se para o ano: 1640! Nirmal Kumar Bose, ainda no mesmo livro, sob o título "Calcutá: Uma Metrópole Prematura", procede a uma comparação entre Estocolmo, talvez a cidade mais planejada do mundo desenvolvido e Calcutá, por outros autores considerada a antítese da cidade planejada, a negação da cidade, a "cloaca do mundo" e explica que a distinção entre estes dois extremos, sem a menor dúvida, está no planejamento de uma e na ausência total de planejamento da outra. Enquanto a falha de Estocolmo residiria apenas nas ruas que parecem ter diminuído em face do tremendo aumento de veículos que trafegam com uma taxa de crescimento de 12% ao ano, não é possível apontar falhas em Calcutá, falha ela toda. São implicações do desenvolvimento, que ora estamos começando a conhecer e que sobressaem quando as populações aumentam, aumentando os problemas como bola de neve. Como parâmetros brasileiros muito evidentes, o Rio de Janeiro já tem mais de 6 milhões de habitantes e São Paulo beira os 8 e nem uma nem outra cidade foram planejadas para abrigar tais massas humanas. São Paulo, arrolada entre as maiores cidades do mundo, já produziu bairros que se tornaram cidades e a sua expansão e conurbação, juntando-se às do Rio, parece que formará, com esta, uma cidade só, em menos de 50 anos. E, para reforçar

(40) - BLUMENFELD, Hans et alii. Cidades. A Urbanização da Humanidade. Rio, Zahar, 1972, p.53

este registro em que pessoas e veículos se multiplicam desordenadamente, a revista Moeda e Finanças⁽⁴¹⁾, falando a editora no tópic "Carros Nascem Mais", do artigo que informa sobre o crescimento no período 1960/1974, diz que, a respeito dessa multiplicação,

"apesar da crise de energia e dos preços da gasolina, as grandes cidades da América Latina registram cada ano mais carros que nascimentos, pois um estudo do Banco Mundial já indica que o registro de veículos excede a taxa de crescimento demográfico da A. Latina, uma das partes do mundo onde é mais agudo o problema da explosão demográfica" (g. nossos),

levando-nos a considerar mais seriamente as notícias sobre Estocolmo e Calcutã, referidas acima como exemplos de cidades planejadas ou não e suas relações com o crescente número de habitantes e a produção industrial exagerada.

Sobre a participação do automóvel na vida das cidades, a propósito, não poderíamos omitir um sintético e feliz trecho do trabalho de Clóvis Ramalhete⁽⁴²⁾ ao tratar dos problemas da urbanização do Brasil, suas conotações de densidade populacional com o número de automóveis e alterações do comportamento das pessoas, que selecionamos e aqui registramos com satisfação, verbis:

"O automóvel é o estuprador de paisagens e monumentos. Esfomeado de rotas livres, frustra a necessidade de sociabilidade que tem o homem e ameaça de ser imprensado ele próprio no fluxo do trânsito que engendrou. Tirou-lhe o direito de "ir e vir"; o de parar; de retroceder; de contemplar; de saudar conhecidos; de ser cortês com estranhos; de sequer dominar seu carro encurralado no fluxo".

Pois nós já chegamos ao ponto desta imagem. Infelizmente, mas chegamos. E depressa demais.

(41) - Revista MOEDA E FINANÇAS, nº 26, nov/dez/75, p. 35.

(42) - RAMALHETE, Clóvis. "Problemas da Urbanização na Sociedade Brasileira", in ANAIS DA V CONFERÊNCIA DA O.A.B., Rio, 1974, p. 229.

Como se observa, cidades, automóveis e populações estão aumentando a índices assustadores na América Latina, o que justifica a relevância que tentamos dar ao enfoque sobre a problemática da demografia.

O processo de industrialização determina ainda um aumento quantitativo de uma classe social: a do proletariado industrial urbano e suburbano, pelo deslocamento das oportunidades de emprego do setor primário para o setor secundário da economia e, em consequência, a diminuição do braço rural, mostrando que a urbanização e o crescimento econômico são explosões típicas dos países que se industrializam muito rapidamente em nome do desenvolvimento e, por via da meta seguida, geram problemas intrínsecos à própria meta.

Na Europa, onde a divisão do trabalho está extremamente diversificada por ser o continente constituído de países industrializados, a grande maioria da população é, como aqui já se disse, urbana; os próprios campos vão se urbanizando, mas ali não mais sob a forma de subúrbios conurbáveis, porém saídos do isolamento econômico-social e participando dos confortos que a cidade oferece em termos de mobilidade e ascensão aos frutos da sociedade.

Na América do Sul, o que se nota é o embrião desse fenómeno, um tanto fora de ordem pela excessiva sede de subir depressa os degraus da grande escada do progresso. No entanto, a concentração de pessoas nas cidades industriais, a grande evasão do campo fazendo com que a cidade se multiplique em função e na razão do êxodo rural e, ainda, a sensação ou a impressão de sufocamento, permite-nos admitir tratar-se, tal fenómeno, possivelmente, de problema oriundo de simples distribuição não realizada sob adequado planejamento.

II.3.3- Patologia da Cidade

Ocorreu-nos a dúvida de se a cidade seria nociva ou medicamentosa na sua relação com a explosão demográfica. É que de início pensávamos que a explosão não seria demográfica no seu todo, mas, apenas, urbana.

O Censo de 1970, mesmo que velho em quase 8 anos, nos informa que as cidades brasileiras de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, abrigam juntas cerca de 25 milhões de pessoas. Representam apenas 3% dos municípios do país, que tem hoje aproximadamente 120.000.000 de habitantes. Vinte e cinco

por cento de toda a população brasileira reside nestas cidades hoje, 1/4, portanto, do total. E mais, a grande São Paulo caminha para, no final do século, conter, sozinha, quase 20 milhões.

Se por um lado isto é bom porque na cidade aumenta enormemente a quantidade aprimorada de serviços para toda a população, fixa ou flutuante, por outro aumenta também a gama de necessidades dos que se urbanizam, tornando igualmente inflados os dispêndios do Estado na concentração urbana; e, subsequentemente, diminuem as aplicações de recursos financeiros estatais na solução dos problemas rurais.

Se por um aspecto a urbanização induz a uma falsa idéia de explosão, maior do que a real e tende por si só a diminuir o contingente na sua totalidade - prova evidenciada, ao que se sabe, no mundo desenvolvido, que é urbanizado e onde as taxas, em alguns lugares, chegam a se equilibrar a ponto de preocupar os governos com a grande quantidade de pessoas idosas e economicamente alijadas do processo produtivo - por outro funciona como fator de impulsão e conglomeramento de atividades que poderiam ser melhor distribuídas, em auto-benefício das populações. Apenas para exemplificar, uma delas é a atividade médica. Abandonado aqui o fato óbvio do dilema sanitário/curativo da medicina, os jovens que se formam nas ciências médicas enfrentam um outro já antigo dilema: ficar na cidade, onde os recursos da tecnologia específica são profissionalmente tentadores, notadamente nas clínicas especializadas e onde a clientela é sempre uma esperança de melhores honorários, ou buscar o interior para clinicar, onde a necessidade de médicos é muito maior. Se ficam, mesmo que cercados de recursos os mais adequados para o exercício de tão nobilitante profissão, suas rendas e seus padrões de vida não lhes darão tanto status quanto poderão lhes dar as populações interioranas, que cercam o médico das mais justas atenções; se vão para o interior, sentem receio de ficarem "fossilizados", afastados das técnicas sempre modernizadas que a cada instante chegam por meio dos simpósios e outras reuniões da atividade.

Diríamos, pois, que a cidade será um remédio preventivo em relação à explosão demográfica, à medida em que mais crescer e mais se desenvolver, à medida em que mais retiver pessoas e provocar a sensação de aperto, de agonia e dificuldade, o que parece um contra-senso mas é um fato, já que nesta situação desperta-se nas pessoas, involuntariamente, o receio e a dúvida pelo futuro dos filhos. Contrariamente, a cidade será no civa à explosão quando permanecer estacionária no seu crescimento, alheia

ao progresso global, deseducando as suas populações e as deixando pensar que tudo permanecerá assim tranquilo. Portanto, quanto mais metropolizada a cidade, mais auto-regulará, espontaneamente, o crescimento demográfico. É o que virtualmente acontece. Mas é preciso não entender que só por tais conclusões se deva, em caso de controle, simplesmente fazer brotar grandes cidades.

II.4- Duas Óticas Político-Econômicas

Contestamos aqui as posições de alguns cientistas, entre elas a de Luiz Alberto Sanchez⁽⁴³⁾, de que os latifundiários, os grandes proprietários e os capitalistas retrógrados seriam as pessoas mais interessadas no controle da natalidade, os quais veriam no crescimento demográfico uma ameaça aos seus lucros pela maior participação numérica de pessoas na distribuição dos benefícios econômicos.

Reconvinimos com a idéia de que ao capitalismo - que não é sistema político, mas sim sistema econômico⁽⁴⁴⁾ ainda que pela própria essência imponha um sistema político a ele inerente - ao capitalismo, dizíamos, ação predominante do hemisfério, interessa a superpopulação, porque torna mais fácil e barateia a mão-de-obra de que necessita para a produção de seus lucros, como aumenta o número de consumidores. O advento da máquina fez com que o homem fosse substituído com muita eficiência, mas ela sozinha não trabalha e, ainda mais, gera outros empregos nas demais fases do processo; é preciso fazer circular a mercadoria, é preciso distribuí-la, é preciso consumi-la e é preciso municiar a máquina. Por todas as formas em que se venha a inventar máquinas super-sofisticadas que substituam o trabalho mais penoso para o braço humano, elas existirão só e sempre para os homens e por causa deles. Se eventualmente ocorrerem, como ocorrem, desempregos advindos de super-produções ou carência de poder aquisitivo do mercado consumidor ou outras causas, isto não se constitui, como não se constituirá, em argumento para que os pensamentos exclusivamente capitalistas de uma direita radicalmente extremista venham a se conder das situações sociais dos flagelados. Ao invés de chorar, agirão e, como num passe de mágica, produzirão nova forma de aproveitar a mão-de-obra ociosa, então a preços mais interessantes.

(43) - SANCHEZ, L.A. *et alii*. Explosão Urbana na A. Latina. Rio, Vip, 1969, p. 18.

(44) - DAHL, Robert Allan. A Moderna Análise Política. Rio, Lidador, 1970, p.20.

Ao socialismo (outro sistema econômico), por outro lado, interessa a superpopulação em países que não aqueles sob sua direta ascendência, porque os problemas e dramas que eclodem provocam desarticulações sociais, tornando as defesas do sistema contrário constituído enfraquecidas pela carência de algumas necessidades básicas, das quais podem se utilizar para tomar novas posições ou retomar as perdas. Isto, no entanto, somente além fronteiras, repetimos. Veja-se, para exemplificar, as posições russa e chinesa na Romênia no ano de 1974; em seus países, praticam o planejamento familiar, mas votaram contra o planejamento em outros países não desenvolvidos. Não fosse esta situação, não teriam se oposto a todas as propostas que visavam a ordenação demográfica do mundo na Conferência de Bucarest.

II.5- A Conferência de Bucarest

Reportamo-nos às considerações que emanaram dos debates procedidos durante a Conferência de 19 a 30 de agosto de 1974, realizada com a participação de 136 países, além de 280 observadores de organizações não governamentais e mais de 800 jornalistas, no decurso do declarado "Ano da População", conferência essa dedicada ao estudo da questão demográfica, a ela convidada especialmente uma delegação do Vaticano, que se compôs de 10 membros, 6 deles leigos. As opiniões, em Bucarest, primaram por seus aspectos políticos⁽⁴⁵⁾. Quatro blocos distintos ressaltaram:

1º - O dos países ocidentais anglo-saxônicos e escandinavos, que pretendiam a estimulação das medidas limitadoras de nascimentos nos países sub-desenvolvidos, com vista aos cuidados sociais na globalidade planetária do problema, propugnando por que todos chegassem à média de 2 filhos por casal, com pensadora do número de óbitos anuais;

2º - O dos países conhecidos como socialistas, que admitindo que a Terra possa suportar sem receio 35 bilhões de habitantes, proclamou que todos os problemas demográficos têm causas sócio-econômicas que desaparecerão ao se adotar a técnica da economia planejada o mais matematicamente possível, o que garantiria, em tese, o equilíbrio do trinômio população-recursos-ambiente. Votaram tais países pela não adoção do planejamento familiar nos países sub-desenvolvidos, ainda que em seus domínios pratiquem tal recurso;

(45) - Revista mensal PERGUNTE E RESPONDEREMOS, nº 194/76, p.51 e segs.

3º - O do Vaticano, que encarava a família em si mesma pelos seus aspectos ético-religiosos e entendia a solução do problema como residente na responsabilidade e auto-domínio dos casais, através da educação continuada;

4º - O dos povos em-vias-de-desenvolvimento, que tinham posições não coincidentes e, na verdade, um tanto confusas se os considerarmos como bloco, eis que:

- A China, que não exclui a regulação da natalidade e vem conseguindo a duras penas controlar a explosão interna - e é o país mais populoso da Terra, com cerca de 800 milhões de habitantes - e que procurou acentuar a importância que teriam as grandes populações para opor resistência aos imperialismos de quaisquer facções;
- A Índia, que se mostrou favorável à regulação da natalidade, o que vinha na verdade fazendo, pretendendo auxílio de povos desenvolvidos para obter sua meta de parar o crescimento populacional. A população asiática cresce a uma taxa média de 3% ao ano, estando a viver ali 60% de todo o globo (Cfe. Finanzas y Desarrollo, dez/73, p.23).
- A América Latina e a África, ambas ainda com baixa densidade populacional, que insistiram na soberania de cada nação para decidir sobre política demográfica, não aceitando a mundialização do problema, nem as pressões para limitar nascimentos e afirmando que a solução estaria na reformulação das estruturas sócio-econômicas internacionais. Para estes representantes, o desenvolvimento é mais importante que o controle da natalidade. Acontece que não se trata de uma opção. Os dois poderiam caminhar juntos.

A Conferência de Bucarest, na Romênia, demonstrou ao seu final que o mundo não está preparado para enfrentar unido um problema a longo prazo, permanecendo demasiadamente ligado a injunções político-ideológicas que se sobrepõem incisivamente às evidências da ciência política ou à razão comum. A China e a Rússia se mostraram incoerentes, pois enquanto estejam praticando abertamente o planejamento familiar dentro de seus territórios como uma das formas de aumentar a renda per capita e manter em ascendência o crescimento econômico, se opuseram a todas as propostas trazidas à colação na Conferência, as quais visavam a ordenação demográfica em âmbito mundial; primeiro, porque não admitem interferências de quaisquer or

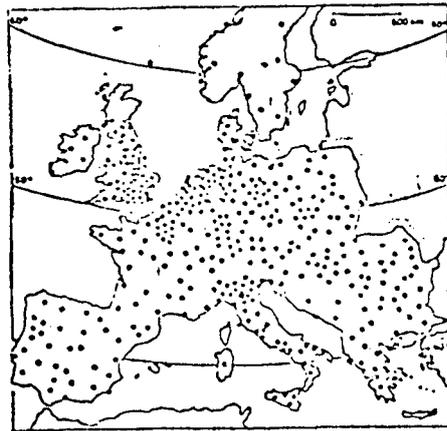
gãos ou países nas suas políticas internas, sob que pretextos forem e, segundo, porque é claro que interessa à filosofia marxista-leninista que povos menos desenvolvidos permaneçam vulneráveis às suas eventuais incursões ideológicas. Seja isto considerado bom ou ruim, suas atitudes não se justificam, diante de um problema de sobrevivência física mútua.

Os países latino-americanos e os africanos, por sua vez, votaram contra as proposições da Assembléia, alegando que não sendo densamente povoados, são sofrem ainda os dramas diretos da superpopulação como, por exemplo, os asiáticos; mas tal posição é inconsequente com a sua conexão pelo menos hemisférica, para não aventar a responsabilidade mundial, pois, ao que se nota, logo terão que enfrentar o problema, sem rodeios. Se o tempo não corrigir tais posicionamentos pela tomada voluntária de consciência do fenômeno, certamente a correção virá pelo evento de necessidades internas, que determinarão a mudança da ótica do problema.

II.6- Distribuição e Falsa Explosão

Uma imagem fala mais que mil palavras. Há três quadros publicados por Pierre George⁽⁴⁶⁾ em uma de suas muitas obras sobre demografia que, por os acharmos notáveis, aqui os reproduzimos, a fim de que se possa melhor avaliar como está a distribuição demográfica das populações, no mundo. Há que se esclarecer que se tratam de cidades com mais de 1 milhão de habitantes, servindo os quadros, pois, apenas para uma cosmovisão da distribuição, nos continentes:

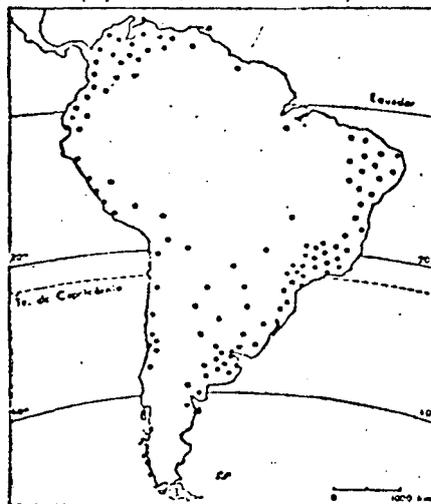
(46) - GEORGE, Pierre. Geografia da População. S.Paulo, Difel, 1974, p.9.



- Repartição da população na Europa, fora a U.R.S.S.
(1 ponto = 1 milhão de habitantes)



- Repartição da população na América do Norte
(1 ponto = 1 milhão de habitantes)



- Repartição da população na América do Sul
(1 ponto = 1 milhão de habitantes)

FIG. 2

Ora, não é preciso ser um demógrafo para, somente olhando os quadros, entender que a idade e o desenvolvimento das civilizações são fatores inquestionáveis na determinação do número de cidade. Também é intuitivo o raciocínio de que as populações não se distribuindo simétrica e geograficamente, mas ao alvitre da concentração de recursos urbanos, o fenômeno não é apenas geográfico e, no futuro, pouco terá a ver com soberania; será, isto sim, sempre um fenômeno nitidamente mundial. As populações que se incorporam ao "boom" de desenvolvimento tanto se multiplicam que umas passam a ficar cada vez mais próximas das outras, compondo zonas geopolíticas. Nacionais e internacionais. É a evolução natural.

A concentração das populações nas cidades, no caso brasileiro, não é impar; segue os passos de muitos casos semelhantes e é um comprovado efeito do processo de industrialização. Este efeito tenderá a decrescer quando as coordenadas do processo permitirem cruzar os ápices, ou quando variáveis outras, até então não consideradas, influírem no sentido de uma parada, quiçá de um retrocesso. É bem possível que o homem volte um dia a buscar o campo, às nascentes, seja como fuga ao "stress" de que então estará tomado pelo progresso urbano, seja em busca da fonte primordial de alimento, que é a terra. Até lá, a distribuição continuará a se verificar em razão da industrialização.

Buscando imagem que se adaptasse à complementação das figuras anteriores, encontramos a que Paul Hugon apresenta, na obra já aqui citada e em relação específica ao nosso país; um bem inteligível esquema da distribuição das populações de acordo com as áreas dos estados-membros, isto é, a correspondência entre a quantidade de pessoas e as áreas físicas ocupadas que ora reproduzimos como adendo.

Notar-se-á que pouquíssimos estados-membros têm populações adequadas às suas áreas geofísicas, mas é necessário considerar que esta é uma figura plana, sem acidentes geográficos assinalados e, portanto, simplesmente esquemática:

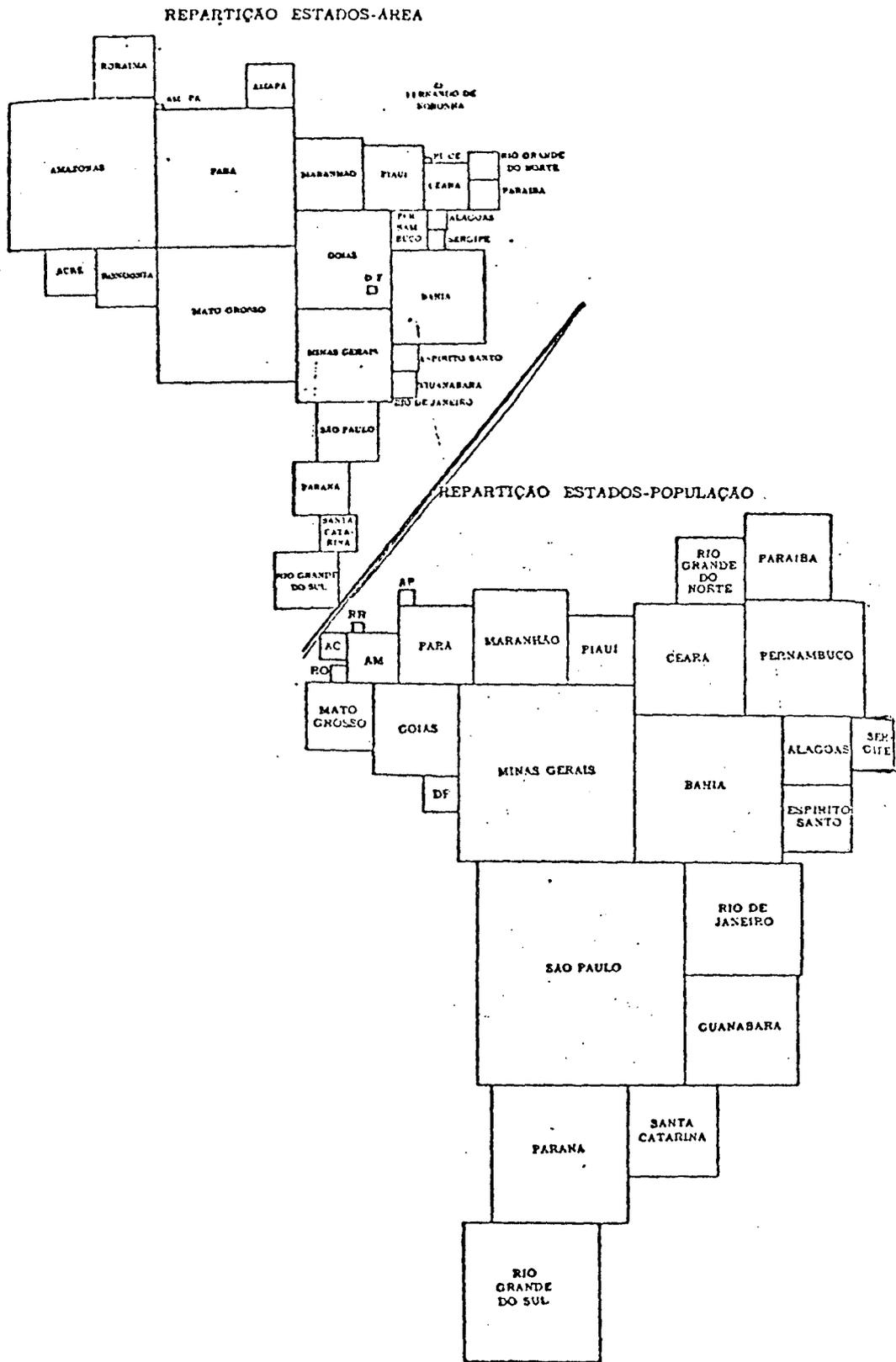


FIG. 4

Em números, assim se distribuíam as pessoas nas respectivas unidades da federação, em 1970, de acordo com a Sinopse Preliminar do Censo:

Unidades da Federação	População (1000 hab)	Área (km ²)
São Paulo	17.958	247.320
Minas Gerais	11.645	582.586
Bahia	7.583	559.951
Paraná	6.997	199.060
Rio Grande do Sul	6.755	267.528
Pernambuco	5.252	98.281
Rio de Janeiro (1)	4.794	42.134
Ceará	4.491	146.817
Guanabara (1)	4.315	1.171
Goiás e DF	3.543	617.807
Maranhão	3.037	324.616
Santa Catarina	2.930	95.483
Paraíba	2.445	56.372
Pará	2.197	1.231.549
Piauí	1.734	250.934
Mato Grosso (2)	1.623	1.231.549
Espírito Santo	1.617	45.597
Alagoas	1.606	27.652
Rio Grande do Norte	1.611	53.015
Amazonas	960	1.558.987
Sergipe	911	21.994
Acre	218	152.589
Rondônia	116	243.044
Amapá	116	139.068
Roraima	41	230.104

(1) - Sendo a estatística de 1970, não ocorrera ainda a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.

(2) - O Mato Grosso não fora dividido em dois estados.

Não se esqueça que os estados de maiores áreas, como Pará, Mato Grosso e Amazonas, são os que constituem a Amazônia, a mesma área despovoada da última figura da página 53. Sobre a Amazônia, caberia outra dissertação. Deixamos, neste ponto, apenas assinalado, desde já, um lembrete sobre o seu potencial energético e ecológico, causa de muito sérias preocupações econômicas e políticas.

A má distribuição tem sinais exteriores diversos e todos muito importantes. Um deles, é aquela impressão de sufocação que se tem, nas cidades. No entanto, repete-se, a cidade auto-regula o crescimento demográfico. Como? A falta de espaço físico para habitações ajardinadas, levam as existentes a se colocarem umas sobre as outras e a serem cotadas a preços muitas vezes abusivos; a falta de tempo para dedicar à família, nos turbilhões que nos rodeiam na cidade grande, ou para se locomover entre trabalho e residência, a falta de tempo para o lazer, a consciência constante e plena de que se pode morrer a cada instante sob um ônibus dirigido por um motorista cansado de suportar reclamações repetitivas que vêm de pessoas muito apressadas, a certeza de que nada, por muito tempo, mudará a situação, a possibilidade fácil do uso de anti-concepcionais, a constatação de que não se pode dar aos filhos a educação desejada, o aumento dos índices de poluição determinada pelas sujeiras que são depositadas nas águas e no ar, os alimentos quimicamente envenenados por algumas inescrupulosas indústrias que nos usam para cobaias, ou envenenados por dúbias técnicas de fertilização, inseminação ou imunização artificiais, o desaparecimento do clã, o surgimento da família nuclear, a sempre presente possibilidade de guerra, as neuroses que se multiplicam, tudo contribui para que as famílias não se aventurem a ter muitos filhos. Se tomarmos como exemplo duas famílias do campo, de 10 pessoas cada uma e transportarmos uma dessas famílias para a cidade, podemos abstratamente compará-las em seu desenvolvimento. A família que permaneceu no campo, afastada do progresso urbano, provavelmente crescerá normalmente e cada filho gerado terá seus outros 10 filhos e assim por diante, pois na área rural o crescimento populacional continua. A família transportada para a cidade, no entanto, de cada filho só verá nascer dois ou três netos e assim, num período de 30 anos, enquanto a família rural terá suas 100 pessoas, a da cidade não ultrapassará as 40. Desta forma, é a concentração e só a concentração, que fornece a falsa impressão de que a população aumentou, falsa porque leva a crer que a explosão é mais urbana do que propriamente global. Ela aumentou, sim, mas não por um significativo produto dentro dela; aumentou com as migrações,

aumentou com o nascimento de algumas crianças, mas não como aumentaria se todos residissem fora da cidade. A imagem de sufocação, portanto, é ilusória.

Um outro sinal negativo exterior da distribuição é o desemprego. É visível, contundente e provoca violentas ações e reações sociais. Vindo para a área urbana em verdadeiras levadas, tendo deixado para trás uma vida de algumas promessas e sossego, podem as pessoas se ver de repente completamente perdidas, se ficarem desempregadas em razão de qualquer baque nas estruturas de um dos ramos industriais. O "chomage" é uma consequência da relação quantitativa entre o universo populacional produtivo e a oferta de trabalho. No Brasil, as perspectivas são obscuras, porque nação de jovens como é, deverá permanecer assim até por volta do ano 2000, provavelmente com cerca de 45% com 20 anos de idade média. Possivelmente, o número que agora representa toda a população brasileira, será, então, o número ativo nessa mesma faixa etária e, para assegurar emprego para todos eles que já estarão, portanto, na idade de trabalho plenamente produtivo, o esforço do mercado empregador deverá ser incentivado, para oferecer oportunidades superiores às existentes agora. É oportuno lembrar que, no enfoque sócio-político, a existência de uma grande população jovem sub-empregada ou, pior, desempregada, é sempre um fator econômico negativo e de maneira alguma desprezível de considerações sérias, pois é uma latente forma por que se apresentam futuros transtornos sociais.

Lembramos ainda que a população se relaciona muito intimamente com o tamanho físico do território e com a distribuição das gentes e cidades, idem das fontes de produção, para não dizer de com toda a estrutura social. Na área da Economia, estas coordenadas têm duplo efeito sobre o seu funcionamento, porque ao tempo em que são motivadoras da oferta de trabalho, são igualmente determinantes do consumo de bens e serviços. A euforia de hoje aliada à tranquilidade que se imagina projetada, podem se transformar muito depressa em dramas de amanhã, se não forem tomadas algumas precauções enquanto há tempo para fazê-lo.

Os interessados apenas no crescimento da economia procuram simplesmente fazer entender que o desenvolvimento se traduz quase que exclusivamente nesta área; que importante mesmo é proceder à substituição das importações, ou seja, a troca de produtos estrangeiros no mercado interno pelo produto nacional consumível e que uma população que se reduza desgastará as possibilidades de substituição de importações, face à pe-

quenez do mercado interno, impossibilitando o estabelecer-se indústrias com produção em grande escala.

Todavia, mesmo que este raciocínio esteja correto, nem todos estão interessados somente no crescimento econômico rápido. Este desenvolvimento é importante para a pessoa humana, mas há humanistas de renome que entendem que a pessoa humana é muito mais importante ainda e, de forma alguma, pode ser depreciada em favor de qualquer movimento econômico.

As premissas econocêntricas estão profundamente mergulhadas nos pensamentos ora capitalistas, ora comunistas - sistemas econômicos vigentes - provocando inadequadas distribuições e fazendo esquecer que a parcimônia no gasto, a equanimidade na distribuição e o centrismo são talvez as maneiras mais humanas e portanto melhores, de se obter a felicidade dos povos. A exagerada ênfase à economia, esta quase obsessão econômica, pensamos, não será possivelmente o melhor dos caminhos para o Brasil percorrer. O crescimento econômico, para que atinja os fins sociais mais elevados, há que promover, sempre, a pessoa humana. O racionalismo, como a inércia, tem suas fronteiras e estas se traduzem na felicidade humana, não no louco sacrifício da humanidade.

II.7- O Problema, na América Latina

Crescimento econômico é assunto diário de todos os jornais da América Latina, pois aqui ele se processa muito intensamente nas suas bases, no esforço da saída para uma nova etapa, a de industrialização, e industrialização plena, mas poucas notas são publicadas de referência ao paralelo crescimento das populações. Entretanto, estamos em que o problema demográfico à taxa média continental de 3% (1,2 na Argentina, 3,8 na Costa Rica, 3 no Brasil, etc) deveria ser igualmente considerado, pois são as populações que, mesmo sem o sentir envolvidas que estão na espiral do progresso promovido, agem por forma a ameaçar os avanços à medida em que o mesmo progresso se incrementa. Enquanto o desenvolvimento faz crescer os índices de produtividade e a renda dos países, o aumento solto da população impede que estes índices se tornem satisfatórios. Adotar-se o ponto de vista de alguns, de que a América Latina precisa de muita gente para preencher os espaços vazios do continente e assim tornar-se poderosa, é

adotar um sofisma para justificar uma falsa meta ou inverdade filosófica. Se tal poderio dependesse da quantidade de pessoas, a China e a Índia seriam as nações mais poderosas. Além disto, basta frisar que a quantidade de seres vivos, no futuro, será fator menos desejado do que a qualidade de vida. Basta considerar que o aumento da renda não chega, aqui na América Latina, a superar a nível nem mesmo razoável as taxas de crescimento populacional. Basta levar em conta que o crescimento populacional rebaixa os padrões educacionais de que tanto se necessita. Basta saber que os orçamentos públicos estão sendo grandemente comprometidos pelas dívidas oriundas da aplicação em projetos e execuções de implantação de infra-estrutura na área urbana, sumidouro inesgotável de recursos financeiros públicos, haja visto os juros pagos aos financiadores.

Além de tudo, não há uma conciliação continental frente ao problema demográfico, existindo frontais oposições. A Argentina, por exemplo, é francamente favorável à política de estímulo ao crescimento populacional, pois sua taxa é de 1,2% ao ano, enquanto El Salvador e a República Dominicana já adotam o controle da natalidade, porque seus índices são altos. A Costa Rica é densamente povoada, como um país europeu. É, portanto, um continente caleidoscópico.

II.8- O Caso Específico do Brasil

Já disse com muita propriedade R. Bastide ⁽⁴⁷⁾, que os sociólogos que estudam o nosso país, provenientes da Europa, ficam um tanto perdidos, sem saber que paradigmas adotar, pois as noções européias não têm aqui o mesmo valor; o novo e o antigo se misturam em épocas históricas, costumes e influências emaranhadas umas nas outras, isto significando que o "país dos contrastes" terá de resolver por si só os seus problemas, sem copiar ninguém, equacionando seus próprios modelos.

Isto não quer dizer, todavia, é bom ressaltar, que estejamos sozinhos, que devamos partir do zero absoluto, que tenhamos que fechar os olhos aos exemplos que nos cercam, que nos homizemos no contexto civilizacional brasileiro. Dizer que toda a experiência dos outros não se apli

(47) - BASTIDE, Roger. Brasil, Terra de Contrastes. SP, Difel, 1973, 5ª ed., p.15.

ca de forma alguma ao Brasil seria um perigoso exagero, seria negar, à uninidade, o seu valor planetário e seria começar errando, porque são exata - mente os erros e os acertos de civilizações outras, menos ou mais evoluídas do que a nossa, que possibilitarão encontrar caminhos viáveis para o caso brasileiro, que podem informar em que ponto estamos e o que podemos ou deveremos fazer para evitar soluções de inércia ou de nazismo, todas extremas e por isto indesejáveis.

Não se pode negar a existência de uma enorme gama de informações que nos são colocadas à disposição para delas fazermos os usos que nos convirão, como não podemos evitar que as atitudes que viermos a tomar tenham repercussões em outros pontos da América Latina ou no mundo todo, fato importante que ingressa aqui não para despertar um falso orgulho nacional, mas sim para aumentar consideravelmente a nossa responsabilidade na mundialização do futuro.

O que temos nós, em síntese, como elementos disponíveis de condicionantes bem nossas, relevantes para uma auto-análise inicial?

- a) - Uma industrialização a ritmo crescente, em esforço de desenvolvimento econômico;
- b) - Em consequência desta industrialização, uma urbanização ascensional, já quase asfixiante, a gerar problemas sociais e políticos, acarretando para os cofres públicos investimentos grandiosos para dotar as cidades de infra-estrutura conveniente à marcha do progresso;
- c) - Um crescimento demográfico à taxa de 3% ao ano, numa época em que a taxa de 2% já é considerada preocupante;
- d) - Apesar do esforço industrializante, uma economia ainda montada na agropecuária o que, se por um lado pode ser combatida por alguns técnicos, por outro é alvissareiro quando levamos em conta que a preocupação maior, no futuro da economia mundial, será sobre o alimento;
- e) - Distribuição das populações ao acaso dos movimentos sócio-econômicos, formando um mosaico tendencialmente litorâneo;
- f) - População de cerca de 120 milhões de habitantes, com mais de 60% constituída de jovens que agora adentram a faixa etária produtiva;
- g) - Sub-emprego; é muito grande o número de pessoas qualificadas por escolarização, que não têm onde utilizar seus cursos;

- h) - Território com a área de 8 bilhões de metros quadrados, onde, entre - tanto, se situa um ponto estratégico de conotação mundial, a Amazônia, importante pulmão do planeta, o que diminui a área utilizável em mais de 40%;
- i) - Cidades superpopuladas, campos incultivados, importação de muitos ali- mentos, três componentes muito relevantes;
- j) - Governo forte, com recursos legais à sua disposição para modificar o futuro.

Ora, consideradas estas condicionantes apenas, parece-nos instintivo concluir que, no âmbito interno, o Brasil não necessitaria de imediato estabilizar, a toque de caixa, o seu contingente populacional. Isto é ótimo, porque elimina já na base a possibilidade de extremismos; ao contrário, pode se dar ao luxo de, até, aumentar por ainda algum tempo a sua população, se bem que, neste caso, auxiliando a proliferação da mi- séria. Por isto, não é de se abandonar, por causa dessa momentânea situa- ção de folga, a idéia de começar logo a educar o povo quanto às diminutas' possibilidades que pode ter um país de progredir se ocorrer ao acaso o seu crescimento populacional. A aumentar o desenvolvimento no exclusivo compas- so do ritmo das premissas econocêntricas sem humanismo, não estaremos esca- pes, nem mesmo, de cometer no futuro os mesmos erros que foram cometidos ' pela Índia ao esterilizar em um ano 7 milhões de pessoas, lembrete por de- mais dramático, para que não nos esqueçamos dele.

O que singulariza o conhecimento científico é a previsão de efeitos. Já sabemos que efeitos resultam de causas em que estamos con- correndo . O que esperamos? Que aconteça o fato para só depois regularizar- mos, capengando, o que for possível?

RESUMINDO:

As populações recebem inegavelmente duas tendências de ca- ráter sócio-econômico:

- 1a. a de um crescimento desordenado concomitante ao desenvolvimento glo- bal, até o momento em que se torna perigosa sua participação social, quando então se adotam medidas políticas de extrema solução, ações que, na normalidade, são eticamente condenadas. O crescimento, assim desordenado, traz novos problemas para as soluções econômico-políti -

cas, eternizando-se o ciclo solução econômica/problema social;

- 2a. a de cada vez mais as populações se urbanizarem em concentrações de pequeno espaço físico, gerando impactos e gastos extraordinários para o erário público. Concentrando os recursos financeiros na solução dos problemas da área urbana (que é auto-reguladora do crescimento populacional), está-se retirando recursos para problemas da área rural (que tem crescimento populacional solto), não resolvendo, desta forma, o problema maior.

Ora, apenas estas duas tendências já nos levam a endossar, em tese, a posição bastante defendida de que o crescimento econômico deva ser uma das maneiras possíveis de se conter a explosão populacional; todavia, a velocidade do crescimento econômico tem se mostrado maior do que deveria ser, pois não está educando o povo, mas apenas permitindo um maior consumo dos bens de produção. A ação política do desenvolvimento econômico deveria se concentrar em fatores que educassem o povo a ponto de não provocar as defasagens do crescimento. Não podemos esperar que se atinja o pleno desenvolvimento econômico para só então nos preocuparmos com o problema da população, pela simples razão de que na esfera social não existem compartimentos estanques que se possa separar para cuidar depois; o crescimento é conjunto. O crescimento é total. O tratamento das situações patológicas deve ser iniciado antes que elas se tornem irreversíveis. A pactuar só com a esperança, corre-se o grande risco de enfrentar dramas sociais muito conhecidos e felizmente ainda não vividos entre nós. Seria inteligente, para rece-nos, que o planejamento da família fosse iniciado agora, a fim de assegurar aos nossos descendentes a certeza de um futuro possível. Agora, porque o preço a pagar é bem menor, quase nenhum.

III - ASPECTOS ECOLÓGICO-POLÍTICOS

III - ASPECTOS ECOLÓGICO-POLÍTICOS

"Estar na Terra é viver em um planeta restrito e finito. A vida é sustentada por um fino cinturão de atmosfera acima da fina crosta terrestre." (48)

III.1- As Agressões a um Mundo Finito

O autor cujas palavras destacamos para encimar estas considerações refere-se à camada de ar respirável, que envolve o nosso planeta, nutrida principalmente pelo oxigênio, que provém de ação fotoquímica gerada nas plantas que se fixam na crosta terrestre. Dia a dia, porém, nós mesmos, que dependemos vitalmente desta mesma atmosfera tão fina, agredimos as plantas, agredimos o ar, agredimos o solo e agredimos o mar, de formas diversas, em todos os casos sempre somando pontos negativos para diminuir a sustentação. Agredimos as plantas com queimadas, com megalópoles, com técnicas de fertilização e imunizações, com cimento e com explosões. Agredimos o ar com milhões de canhões verticais de fumaça e igualmente com explosões, inclusive nucleares. Agredimos as águas dos rios com resíduos de nossos parques industriais e agredimos as águas do mar com detritos de toda procedência.

O que esperar de volta, por parte de uma natureza finita assim tão castigada? O que esperar, se temos a plena certeza, a consciência científica, de que aqui nada é perene, de que aqui tudo se acaba?

Até há pouco tempo, nas cidades que já são hoje promessas (ou ameaças?) de metrópoles, olhava-se o horizonte e havia um horizonte distante para se ver. Hoje, o horizonte ficou próximo e se constitui em barreiras de concreto, onde as pessoas, como pombos, produzem sem cessar. Até há pouco tempo podia-se beber boa água que vinha de fontes límpidas e invidáveis. Hoje, elas vêm de reservatórios de sopa de água clorada, suja, com bactérias mortas, gosto de barro, sem credulidade. Até há pouco tempo se podia praticar a pesca livre nas baías. Hoje se fica penalizado dos que necessitam buscar ali alguns peixes que teimam em viver em águas que são poluídas diuturnamente.

(48) - FALK, Richard. Morte e Sobrevivência da Terra. Rio, Edit. Artenova, 1972, p.13

Neste ano de 1977 as pessoas que residiam nos edifícios da avenida que margeia a Lagoa Rodrigo de Freitas, na cidade do Rio de Janeiro, não podiam mais suportar o cheiro ocre e a visão podre que lhes davam milhares de peixes boiando na lagoa, amanhecidos mortos pela ação de matéria poluente que ali é despejada. Mas, também, que super-peixes, que organismos extraordinários poderiam habitar o fundo de uma lagoa que recebe a quantidade de detritos que aquela lagoa, como outras deste Brasil, recebe?

As viagens dos satélites artificiais lançados pelos americanos e pelos russos, que são deste nosso tempo, trouxeram nas suas fotografias sensacionais o conhecimento, para as massas, de como é realmente fina a camada de ar que envolve o planeta e nos faz pensar sobre o que poderá ocorrer quando ela diminuir mais e mais, aumentando portanto o aquecimento pela ação dos raios solares sobre a superfície de um globo então desprotegido, diminuindo muito depressa as reservas de água e transformando este veículo azul que nos transporta pelo espaço, numa bola seca e sem vida, não sem antes provocar um novo dilúvio pelo degelo dos polos.

Não temos qualquer dúvida de que estamos vivendo, já e agora, uma fase decisiva para o futuro da humanidade. A cada dia, acrescentamos fatores que nos dão a crescente convicção de que os sistemas terrenos são por demais vulneráveis e que necessitam ser reajustados para que possam existir Eras seguintes. É nesta Era que deveremos eleger não apenas as premissas para as ocasiões seguintes, mas estabelecer se haverão ou não outras a seguir. É exatamente agora que temos no mundo o acesso às possibilidades de sobrevivência e simultaneamente todo o poder destrutivo suficiente para aniquilarmos a nós mesmos num estúpido suicídio ecológico-social, ou usarmos todos os recursos disponíveis e toda a gama dessa força formidável para determinar sobrevivência. Estamos segurando o futuro por fios muito finos.

Não nos é dado nesta Era, por conseguinte, o direito de ignorar tais verdades, de transferir as soluções de problemas já equacionados para os nossos descendentes. Já os conhecemos suficientemente bem para antever a bom limite o que será o futuro; podemos, até, modificá-lo. Temos ciência do ontem e sabemos que o hoje é a pedra sobre a qual assentará a tranquilidade do amanhã ou o inferno onde irá fazer o resto queimado desta civilização. E não é alarmismo fantasioso, mas uma probabilidade. Só não avê os que fecham propositadamente seus olhos, negando a evidência em troca de sonhos e imaginações improváveis. Hoje podemos predizer com boa margem de certeza para onde nos levarão as conquistas da tecnologia, a dimensão

de tremendas forças, a voracidade do lucro incontido, a inconsequência de atos criminosos contra o meio ambiente que cerca as populações e de que dependem, como podemos dizer agora o que poderá ocorrer ante a apatia, ante a estagnação contemplativa, ante a ausência de ações. Pois é até possível, infelizmente, predizer-se o extermínio total.

As imagens que o futuro nos permite ver não são muito animadoras quando se adotam modelos de desenvolvimento econocêntricos que nos arrastam só para uma economia de consumo, sem cogitar do valor da vida e da sua qualidade. Se talvez estejamos exagerando e não cheguem a ser apocalípticas, essas imagens pelo menos não nos deixam antever um róseo e poético porvir. A continuarem as agressões sem medo, a população do mundo poderá chegar aos 10 bilhões em 2070 e, quem sabe, este número será apenas teoria, pois pode ter se auto-exterminado, mesmo sem guerras. Para que se relacionem estas preocupações com o Brasil, basta repetir que a nossa taxa de crescimento demográfico é de 3% ao ano, com uma população que dobrará a cada 20 anos; que estamos em ritmo de progresso apenas econômico e que a legislação protetora da ecologia é, ainda, incipiente.

III.2- A Responsabilidade Brasileira

Nesta linha de raciocínio, o Brasil tem uma responsabilidade redobrada e todo o seu possível e agora ainda almejado desenvolvimento passa a ter outra dimensão no relacionamento com a mundialização do futuro. É quiçá até viável a idéia de que está no Brasil a maior parte da solução para o futuro. País de grandes potencialidades, no plano econômico é suficiente citar que estudos realizados pela FAO⁽⁴⁹⁾ apontam o Brasil como o futuro maior participante no comércio mundial de carne para o ano de 1980, com uma capacidade de exportação que alcançará as 900 mil toneladas. No mesmo ano, a capacidade de energia elétrica instalada deverá atingir aos 25 milhões de quilowatts e no ano 2000 esta capacidade deverá chegar à casa dos 70 milhões. Ainda em 1980, a soja terá uma capacidade exportadora de 15 milhões de toneladas. Com suas extensas áreas desabitadas e com suas possibilidades de reflorestar vazios, tem, porisso, o com-

(49) - Revista VISÃO, edição de 27.08.73, p. 40.

promisso com o resto do mundo de manter o mais inalterado possível o equilíbrio ecológico, para que todas essas previsões se concretizem normalmente. É responsável, ainda, só na Amazônia, por mais de um terço de todo o ar que se respira no planeta, segundo R. Bastide⁽⁵⁰⁾, pois a floresta amazônica, imensa planície ainda forrada compactamente de verde (e que equivale a 7 vezes a superfície de toda a França), representa 42,05% da totalidade do território brasileiro. Sendo, deste modo, tão importante para toda a Terra, suas dimensões são vitais para a sobrevivência do planeta, estando assim isenta de considerações apenas ocupacionais. Como outras áreas igualmente importantes no mundo, em outros países, deveria receber um tratamento muito especial, correlato ao do tombamento, restando à posteridade como parque mundial de segurança.

A conexão homem/meio ambiente é de todas a mais constante e a cada dia mais cresce em valor, quando as populações se multiplicam e as necessidades aumentam. Um dos movimentos pouco percebidos da época medieval, mas que assumiu sérias proporções, foi o desmatamento; à medida em que as populações se estabeleciam com o sedentarismo progressivo e desenvolviam suas economias e gostos, desflorestava-se sem repor, construindo-se casas, pontes, móveis, navios, carros, queimando-se madeira como lenha, combustível próximo e natural e, em nome do progresso e dos fundamentos econômicos, se desplantou quase meio mundo, com a total despreocupação com a reposição sistemática das fontes de tal progresso. Nós temos aqui no Brasil a maior parte do que resta deste avanço. Mais ainda que conscientes de todo o mal que tal dianteira venha a representar e mesmo que limitados a incipientes legislações, pouco se tem feito para fiscalizar e incrementar a restituição das florestas.

No simpósio sobre ciência e tecnologia realizado em abril de 1977 em Belo Horizonte, o Sr. Warwick Kerr, então diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, prevendo que a existência da hileria será de somente 30 a 35 anos a continuarem as devastações, assim falou⁽⁵¹⁾:

"Tenho a impressão de que todo o pessoal que queimou Minas Gerais, São Paulo e Paraná se mudou para a Amazônia. Estão queimando a Amazônia, principalmente no sul, em tal

(50) - BASTIDE, Roger, obra citada, p. 36.

(51) - JORNAL DO BRASIL, edição de 27.04.77, p. 24, 1º caderno.

intensidade, que há algum tempo quis fazer uma viagem de avião e as condições de visibilidade não permitiram devido à fumaça."

Lembrou ainda, que, à exceção de alguns projetos restauradores, "o que se está fazendo na Amazônia é um desastre ecológico completo."

No momento em que se procura saber dos responsáveis por tal desastre, não aparecerão réus. Todos se isentarão de culpa. Leis existem para que tal não aconteça; mas acontece, apesar delas. Para não citar o manifesto no Código Penal, cite-se a lei 4771, de 15.09.65, que instituiu o novo Código Florestal e que, se lida com atenção, revelará uma das poucas sentinelas alertas a resguardar a ecologia. No entanto, continuam acontecendo impunemente barbaridades ecológicas. De nada valem leis que não sejam cumpridas. E não se culpe apenas a fiscalização dos órgãos constituídos, que esta devastação, além de um impulso dos movimentos desenvolvimentistas que navegam ao sabor do poder econômico é, basicamente, problema muito sério de falhas enormes na ação política.

Do exposto, in verdade não se dirá ao se realçar a importância das reservas brasileiras para a sobrevivência da humanidade. Há que nos educarmos para tal responsabilidade.

III.3- Poluição do Ar e do Mar

Poluição é a presença excessiva de elementos nocivos em determinado meio, tornando-o corrompido, saturado, perturbado na sua qualidade natural.

O Código Civil brasileiro não utiliza a expressão mais do que uma única vez, quando no art. 584 dispõe as proibições a respeito de construções. A definição legal, pelo que apuramos em pesquisa, está contida no art. 1º do Decreto-Lei 303, de 28.02.67, que denomina poluição "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente (solo, água e ar), causada por qualquer substância sólida, líquida, gasosa ou em qualquer estado da matéria, que direta ou indiretamente seja nociva ou ofensiva à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações ; crie condições inadequadas para fins domésticos, agropecuários, industriais

e outros; ou ocasione danos à fauna e à flora."

Pois o homem continua a agredir e o ar das regiões industriais e urbanas está ficando cada vez mais saturado de impurezas poluentes em razão de constante remessa de subprodutos da própria industrialização e da própria urbanização, com seus lixos, aquecimentos, gases, o que nos leva a pensar que as sociedades progressistas são assim como vítimas de suas próprias obras, não apenas no resultado imediato e visível de suas produções, mas nos efeitos colaterais que elas provocam.

A agressão do homem ao próprio meio que o sustenta, algumas vezes com justificativas, outras covardemente, suplantando nestes casos até a decência pela ânsia do lucro maior e mais imediato e motivado pela idéia, para nós muito errada, de demasiado progresso sem considerar convenientemente a pessoa humana nos seus direitos mais básicos, já ultrapassou há muito tempo as fronteiras de sua circunvizinhança terrena de chão firme. Já chegou a vastas regiões aéreas e já alcançou criminosamente o mar, pois esta vastidão de água salgada que cobre 71% do globo, fonte de vida, recebe uma gigantesca quota de sacrifício como lixeira comum da humanidade. Para o mar se joga sem pena tudo quanto é imundície: óleo usado nos navios, explosivos, defecações, cadáveres e radioatividade. Como se isto não bastasse, o advento de uma crise energética, produto da industrialização, fura o mar e vai buscar, no fundo de suas areias, o óleo que pode movimentar as máquinas e assim nutrir a poluição do ar, da terra e novamente do mar. Quanto mais se desenvolve a tecnologia em um país, mais se devastam as áreas oceânicas, pois elas estão sendo constantemente afetadas pela descarga de resíduos tóxicos oriundos da indústria moderna.

Que troco nos dará a natureza às ofensas que recebe, até agora impassível?

Falar-se em poluição principalmente do mar nos parecia, há alguns anos, um absurdo. Como poluir 2/3 da superfície do planeta?

No entanto, a enunciação de alguns poucos dados são bastantes para entender que isto é possível e, mais do que possível, evidente e iniciado.

Em 1953, 600 toneladas de mercúrio foram despejadas próximo à ilha Kyushu, na baía de Minamata, no Japão. O mercúrio é altamente tóxico e num meio diluente como o é a água, logo se alastra. Afeta o sistema nervoso central, danificando o cérebro e a medula e, em consequência, a

coordenação motora. Em resultado de tal ocorrência, 112 pessoas morreram de imediato. A morte é um extremismo, mas há outros efeitos que a poluição determina, piores que a morte. Em Kyushu, 2.000 pessoas ficaram gravemente intoxicadas, intoxicação essa que se tornou hereditária, gerando crianças surdas, mudas, paralíticas e cegas, que hoje vegetam entre gritos e gemidos; e mais, uma grande parte da população japonesa, em graus diferentes, corre o perigo de estar contaminada, porque, note-se, grande porção do alimento para o Japão provinha, há centenas de anos, dos frutos do mar. Os hábitos de muita gente tiveram de ser mudados, em curto espaço de tempo.

Em 1984, daqui há menos de 10 anos, o veneno contido nos botijões que estão jazendo no navio Cavtat, cargueiro iugoslavo afundado ao largo da costa de Outram, irão se rasgar com a pressão do fundo do oceano e explodirão, lançando ao mar, numa torrente diluente de bolhas, outro tóxico altamente venenoso, o chumbo tetraetílico.

A mais importante plataforma de perfuração petrolífera do mar do Norte, denominada Ekofisk Bravo, situada a 280 km da costa da Noruega, sofreu em abril de 1977 um perigoso escapamento, elevando a 35 metros um jato de petróleo que jorrou hidrocarbonetos ao mar, prejudicando parcialmente não apenas a economia como também a qualidade de vida de algumas localidades da região ⁽⁵²⁾. Sessenta mil toneladas diárias ameaçaram inundar as costas da Noruega e da Grã-Bretanha e os seus efeitos deverão ser sentidos por ainda algum tempo.

O lago Erie, nos EUA, já teve todos os seus peixes exterminados pela poluição de detritos industriais e urbanos; sua descarga através das cataratas do Niagara levaram para o Oceano um fluxo constante de matérias poluentes.

Várias imersões são feitas, nas fossas marinhas, de "containers" cheios de produtos radioativos de que as usinas nucleares precisam se livrar. Não apenas nas fossas mais profundas, mas também em águas relativamente rasas do mar da Irlanda, do Mar do Norte e do Canal da Mancha. Embora considerados invólucros invioláveis, alguns já se romperam, acarretando a morte de grande parte da fauna marítima de tais regiões. Poderão os novos e maiores "containers" suportar a pressão oceânica? À medida em que eles romperem, grande quantidade de radioatividade

(52) - JORNAL DO BRASIL, edição de 27.04.77, p. 1, caderno B.

se misturará às águas do mar e circulará pelas correntes marinhas; e ninguém estará livre de ingerir veneno.

Há cerca de 40 anos, 7.000 toneladas de arsênico foram atiradas nas águas do Báltico; o veneno que continham era suficiente para matar toda a população do mundo, se o mar não a absorvesse lentamente; mas como absorveu? o que terá se modificado nas profundezas da flora e da fauna marítima?

Paris descarrega, nas águas do Sena, 1 milhão e 200 mil metros cúbicos de matérias poluentes não tratadas. O volume do lixo líquido da República Federal da Alemanha, é de 9.000.000.000 m³/ano ⁽⁵³⁾.

Em 1972, um relatório do Conselho Econômico e Social da ONU, publicado antes da Conferência sobre a Lei do Mar, em Estocolmo, na Suécia, declarava que já se acumulara no meio-ambiente a enorme quantidade de 500.000.000 kg de DDT, à qual se acrescentavam todos os dias 50 milhões de kg.

Os barcos petroleiros, a despeito de toda a proibição e vigilância da guarda-costeira, como outros navios continuam a jogar ao mar o óleo queimado; e as nossas praias recebem muito comumente restos desses rejeitos.

As baías e lagos ao longo dos quais se erguem cidades, são depósitos de toda sorte de imundície que provêm de esgotos, haja visto o exemplo já citado da Lagoa Rodrigo de Freitas e, entre outras baías, as da ilha de Santa Catarina, já interditadas ao banho pelo Serviço de Saúde do Estado.

E quem já se esqueceu do recente caso de Seveso, na Itália, onde uma cidade inteira ficou exposta aos perigos de uma grande intoxicação pela dioxina, com mais da metade com seríssimas consequências em virtude da explosão de caldeiras de uma indústria química?

E a energia nuclear? Está na faixa das impossibilidades uma irreversível mudança climática determinada pelo mau uso de tão poderosa força?

(53) - Revista MANCHETE, edição de 17.01.76, p.10

III.4- Profundas Mudanças Climáticas

Há algumas notáveis indicações de que o clima do mundo está mudando muito depressa, mais do que seria normal esperar, a ponto de se constituir em uma ameaça para as populações, ferindo economias, transmutando até comportamentos, determinando ações políticas inesperadas.

As previsões do tempo passam a assumir caráter político muito significativo, principalmente após o evento de alguns fatos incríveis. Um relatório do Instituto de Estudo do Meio-Ambiente da Universidade de Wisconsin, à encomenda da C.I.A., aponta a grande possibilidade de um retorno à Era Neoboreal⁽⁵⁴⁾. Um trailer deste cenário foi exibido há pouco tempo, ao vivo. O frio norte-americano normal dos meses de janeiro e fevereiro se transplantou para outubro e novembro, com rara severidade, gelando os surpresos responsáveis pelos detectores do serviço de meteorologia e todo um povo que teve de buscar agasalhos nos fundos dos armários para enfrentar o inesperado evento, obrigando também o Congresso americano a votar proposição presidencial de emergência para o fornecimento de gás de aquecimento para cerca de 40 milhões de residências, em situação de calamidade pública.

O intempestivo frio foi tão intenso, que a água jorrada pelas mangueiras do corpo de bombeiros para apagar incêndio que prorrompera em um prédio, gelou nas paredes, formando um desenho como o de um enfeite de bolo. Todo o tráfego ficou prejudicado, mesmo o aéreo, com alguns aeroportos fechados a pousos ou decolagens. As escolas tiveram férias antecipadas, plantações quilométricas resultaram destruídas e o desemprego tomou de sopetão o povo ianque. Em Boston, era possível patinar no gelo das ruas, em Buffalo havia 4 metros de gelo nas calçadas, na Flórida a lavoura de laranjas ficou totalmente queimada pelo frio intenso, o Rio Mississippi congelou, em Pittsburg os trens não puderam sair porque as ferrovias estavam interditadas, o lago Michigan ficou congelado e a cidade de Chicago, às suas margens, registrou águas geladas com até 50º abaixo de zero.

Para completar a inusitada surpresa, em Anchorage, no Alasca, que costumeiramente naquela época marcava nos termômetros 30º abaixo de zero, passou-se a registrar temperaturas excepcionalmente quentes, de

(54) - Revista VISÃO, edição de 28.06.76, p. 48.

109 positivos.

Fugindo igualmente aos limites tradicionalmente conhecidos e normais, o verão europeu do ano anterior se viu surpreendentemente 'escaldante, tropical, o que demonstra estarem havendo mudanças muito insinuantes no clima; anote-se aqui, ainda, as inesperadas cheias em regiões do Brasil. Ademais, os oceanos estão paulatinamente perdendo a capacidade natural de absorção do dióxido de carbono que é libertado na atmosfera, pela queima de combustíveis fósseis, o que se constitui na base para ser iniciado um processo de fissão das calotas polares e, em consequência disto, maremotos e pluviosidade acentuada, com inundações de cidades inteiras.

Ora, a estabilidade das nações fica, por causas assim, seriamente ameaçada, pois os compromissos de intercâmbio internacional não podem ser cumpridos pelos signatários nos prazos previstos, face à devastação na agropecuária e face também aos problemas internos de distribuição de verbas, de suprimentos extraordinários, de pestes, de embarques e o que mais der.

As populações, em decorrência, ficarão apavoradas com os desempregos e as doenças, com a perda de segurança; a sombra da fome assumirá proporções catastróficas.

A Era Neoboreal, ocorrida entre 1600 e 1850, foi caracterizada por grandes secas, fome e intensa agitação social no ocidente, ora com escassez de chuvas, ora com inesperados excessos nas latitudes intermediárias e com extensas falhas no sistema de monções. Várias populações foram parcialmente dizimadas; a fome e a desnutrição geraram pestes e epidemias que devastaram a Europa Ocidental, a Rússia, África e Índia; os preços das mercadorias subiram, ao tempo em que os salários eram minimizados. Chegou-se a um ponto em que um trabalhador não tinha condições de comprar pão para três pessoas. Na Inglaterra, a seca durou 26 meses. A tônica da Era Neoboreal, assim, foi a profunda instabilidade climática, a níveis totalmente imprevisíveis e, em sua derivação, agitações sócio-políticas sem precedentes.

Ora, que o homem tem suas leis de acordo com a natureza do clima e de acordo com o ambiente em que vive, já nos ensinou suficientemente bem Montesquieu (obr. cit. Liv.14); e se não há um determinismo, há pelo menos um possibilismo climático. Uma mudança no clima fará com que as leis tenham que mudar rapidamente, para acompanhar a adaptação do homem às novas realidades. Já na bastassem os problemas imensos que emanariam de

uma tão radical transformação climática, some-se a eles novas legislações, novos "mores", novos conceitos e o que se terá senão uma grande confusão? No caos, têm sobrevivido os mais fortes, os mais preparados, os mais organizados ou, em uma palavra, os mais educados. A considerar o texto acima, a preocupação deverá, portanto, ser a de educar, nunca a de proliferar incontinentemente.

III.5- População, Clima, Fome e Energia

O simples concurso da avançada tecnologia que hoje nos cerca e a cada dia mais se aprimora não nos dá a certeza, mas apenas uma tênue probabilidade, de suprir a crescente demanda de alimentos destinada a uma população que vem aumentando demais e sujeita que está até a variações climáticas absurdas. Mais de 70% da população mundial vive atualmente nas regiões asiática, africana e latino-americana e nestas mesmas regiões a pobreza, a desnutrição e as más condições de saúde também são picos nas curvas respectivas. Diminua ou não a taxa geral de fecundidade, daqui há 25 anos elas representarão mais de 80% da população mundial, porque o crescimento demográfico, ainda que diminuído como possa vir a ser, não é e nem será contido a ponto de baixar numericamente de uma maneira que signifique um grande valor.

Neste quadrante do problema, a hipótese de Malthus⁽⁵⁵⁾ ressurge, já que é impossível negar que as populações estão crescendo e, nos países em desenvolvimento, a taxas geométricas, enquanto a produção agrícola está crescendo a taxas ainda aritméticas, mesmo que ajudadas pelas promessas tecnológicas de incremento e as previsões alarmistas estejam ausentes por ora. Não se pode no entanto ignorar que estes fatos continuam a preocupar e muito aos cientistas e aos governos. Tivemos os últimos 40 anos de uma boa regularidade climática geral, ocasião em que a população dobrou (1930/1970), mas tivemos, também, alguns avisos inquietantes. Em 1973, por exemplo, algumas modificações sintomáticas foram anotadas como absolutamente imprevisíveis:

- Seca na Birmânia, que produziu grande quebra na safra de arroz, produto básico daquele país;

(55) - MALTHUS, Thomas Robert. *Ensayo sobre el Principio de la población*. México, F. Cultura Econ., 1946.

- Quebra de safra também de arroz na Coreia do Norte, exigindo uma importação record do produto;
- A pior de todas as secas dos últimos 50 anos registrada na Costa Rica e em Honduras;
- A maior inundação do século atingindo a região dos Grandes Lagos, nos EEUU;

E, em 1974, um colapso na produção agrícola do Equador trouxe repercussões políticas que ameaçaram a estabilidade das suas instituições sócio-políticas.

No início da década de 1970, o volume mundial da neve e do gelo cresceu em 15% e, no Canadá e na Groelândia, registraram-se temperaturas muito abaixo das tidas como normais, num período que durou 19 meses. Moscou sofreu a pior de suas secas nos últimos 300 anos. E a diminuição da pluviosidade média em extensas regiões da America Central, da África sub-saariana, do sul da Ásia, da China e da Austrália, não foi nada benéfica às respectivas produções agropecuárias. E não esqueçamos de anotar aqui, como lembrete, que tivemos no Brasil, em 1976, a maior de todas as cheias dos charcos de Mato Grosso, onde habita a maior produção de gado vacum, de todo o mundo.

Portanto, a influência do clima é vital para a política. Infelizmente, a tecnologia não detém ainda todos os mecanismos supridores' dos seus excessos. Os fertilizantes funcionam mal nas secas e, sem água, os pesticidas são inócuos; com muita água, as plantas podem morrer, tudo mostrando o quanto somos dependentes. Se, além disto, desorganizados, crescendo desordenadamente, não chegaremos muito cedo a algumas soluções.

O diretor do Instituto do Wisconsin (citado), Reid Bryson, advertia, sobre o Relatório à CIA:

"Jamais o mundo esteve tão saturado de gente. Quando o clima mudava na Europa, antigamente, os pobres iam para a América. Se mudava numa parte da África, o povo se deslocava para outra. O império Mali, por exemplo, foi eradicado por mudanças de clima, mas sua população sobreviveu, deslocando-se para a costa da Guiné. Agora, essa deslocação seria impossível. Para onde ir? Uma falha nas monções significará fome para 600.000.000 de indianos. Suponhamos que com um grande esforço o governo da Índia consiga alimentar 500 milhões. Para onde iriam os

100 milhões restantes? O Brasil poderia absorvê-los? Hoje, nenhum país do mundo teria condições de absorver sequer a metade de 100 milhões de seres humanos." (56)

(grifos nossos).

Além de tudo, mesmo que as habilidades técnicas do elemento humano tenham se desenvolvido a ritmo bem mais rápido do que nos passados 30 anos, quiçá mais rápido do que sua própria capacidade de solucionar os problemas que as mesmas habilidades provocam, uma grande parcela de tecnologia, quase toda mesmo, é vincadamente dependente das fontes de energia. E, a esta altura, o advento de uma crise energética mundial já não é um mal presságio ou um aceno de possibilidade, mas uma cruel verdade. O drama do petróleo já está conosco, as dificuldades para se obter energia atômica pacífica são bastante conhecidas. Os mananciais carboníferos, um pouco utilizados no passado e que deverão ser revigorados no seu uso de agora em diante, não são infinitos nem se repõem em pouco tempo. E a água, inclusive, já se tornou um relevante motivo para reuniões de cúpula entre as potências mundiais. Tudo indica que adentraremos as próximas gerações sob a maior carência energética de toda a História. Diminuída a energia, diminuirão, evidentemente, todas as possibilidades de uso de recursos tecnológicos dela dependentes. Como aquecer as cidades de clima frio? Como refrigerar as de clima quente? Como fazer funcionar as máquinas, as usinas, as fábricas? Como dar emprego sem ter no que trabalhar? E tudo isto, a que preço? E para quantas pessoas? Como é sabido, a vida urbana de agora nas grandes cidades é até certo ponto indiferente às variações climáticas normais, pois os edifícios são aquecidos ou refrigerados, conforme as alterações térmicas, condicionando-se a vida, desta forma, a uma artificial normalidade climática. Com o racionamento da energia, mudarão todos os hábitos das populações. Talvez isto não ocorra num futuro tão próximo como anunciam alguns, mas deverá acontecer num futuro não muito distante. As indicações são de que deverá acontecer mesmo.

Essas perspectivas de uma crise energética a grandes proporções induz à fixação de tetos para a produção industrial, já e agora, porque a crise será determinada pelo muito rápido declínio das matérias do mundo natural, que são a cada ano mais assediadas e exploradas mais furiosamente.

A cada dia mais se acentua a urgência de o homem vir a controlar a energia solar ou atômica totalmente, para substituir os poluentes combustíveis líquidos ou sólidos.

Ainda nas grandes cidades, o alimento é igualmente bastante padronizado durante todo o ano. Não se depende, por enquanto, das estações para se comer peixe típico de temperatura fria ou frutas de clima temperado. O homem urbano já está condicionado a ter uma alimentação farta e diversificada durante todo o ano, sem depender do clima. Talvez, até, patologicamente condicionado, porque isto não seria uma normalidade sem a tecnologia a qual depende, por sua vez, das fontes de energia.

Devemos aclarar, no entanto, que fome e população não se encontram numa razão direta e exclusiva de causa e efeito; apenas indiretamente. Quanto maior a população, mais devem aumentar as necessidades de suprimento alimentar; porém é bem de se ver que isto não significa obrigatoriamente que só e apenas por esse fato haja mais fome; a população é uma das condicionantes da fome, importante, mas que se soma a outras. De sorte que tentar a limitação das populações somente por causa do problema da fome, seria errado. Josué de Castro, na sua Geopolítica da Fome (p. 39), já afirmou que as previsões de Malthus se mostraram infundadas porque o homem, com sua inteligência, tem contornado muito bem o problema da fome, com técnicas sempre renovadas. O problema é muito maior. Há pensamentos que dizem ser a superpopulação o efeito da fome, não a causa, com base no fato de que os povos mais populosos são exatamente os mais desnutridos, enquanto os menos populosos são os mais desenvolvidos e melhor alimentados. A sua valoração aumenta de grandeza é quando se examina a questão no interesse de todo o globo. A fome é determinada pelo aumento das populações consumidoras quando a produção é insuficiente e a renda de mínimo poder aquisitivo para subsistência.

É de assinalar, todavia, que nenhuma instituição estará segura se atingirmos, na História, o ponto crucial do drama da fome, o momento de ruptura da estabilidade, do equilíbrio possível. Muito mais exatamente, o Estado perderá sua segurança. Os exemplos não são coisa de um obsoleto passado, nem ocorreram apenas uma vez. A fome tem sido, através dos tempos, uma sombra negra, uma perigosa fonte de força política, haja visto sua importância como precipitadora da revolução francesa, ou do movimento revolucionário de 1840 na Inglaterra, onde o brado da turba era Pão ou Sangue. Sendo assim, é tolice não manter controle sob tal fenômeno, pa-

ra o qual concorrem, sem qualquer dúvida e basicamente, produção, tecnologia, política e população.

III.6- Controle Político do Meio-Ambiente

Em nosso entender, logo periclitará o equilíbrio do sistema ecológico. O sacrifício irreparável das fontes finitas da natureza em benefício de um não orientado crescimento industrial e pouco esclarecido ' crescimento urbano, fatalmente irá desservir aos propósitos humanos. A não ser que se corrija a situação.

Os crescimentos explosivos das indústrias e das cidades, que no Brasil já poluíram os rios da grande São Paulo, a baía de Guanabara, o Guaíba, a baía de Todos os Santos no Recôncavo e mesmo as baías da ilha de Santa Catarina, são provas cabais da ação inconsequente e do desequilíbrio, mesmo para os ouvidos moucos, mesmo para os que não querem a evidência e descumprem legislações raras e boas ou engavetam relatórios esclarecedores.

Grandes quantidades de poeira em suspensão, intoxicações por agentes provindos de fábricas de produtos químicos jogados ao ar, ao mar e aos rios, contaminações, mudanças climáticas, parecem assuntos de cinema de ficção, mas existem, são muito reais e algumas delas já estão aqui entre os brasileiros, num prenúncio horroroso de necrose social. Com o aumento das populações e a diminuição dos meios necessários à existência delas, reascende-se no castelo de Malthus a luz do fantasma da fome e com ela reaparece o medo, a insegurança, o povo preocupado a postular pelo controle imediato do Estado, antes que seja tarde demais.

Assim é que prover alimentos suficientes, há de ser sempre uma das metas prioritárias do Estado. Diminuir ou regular o crescimento industrial, há de ser outra. Controlar a ação de agentes nocivos ao ambiente, uma terceira.

Nada será possível em termos de superação de tantas dificuldades, notadamente nos países que se desenvolvem e precisam deste desenvolvimento, sem uma forte e planejada ação política organizada, onde o Estado é o instrumento técnico legítimo e legal para processar tal programa.

Como registro, não seria honesto dizer-se que nada se tem feito a respeito da ecologia em nosso país. O Brasil já procura instalar mecanismos de amparo ao sistema ecológico e basta citar o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, baixado pelo Dec. 77.355, de 31 de março de 1975⁽⁵⁷⁾, cujo item VII.2 é dedicado especialmente ao meio-ambiente, trazendo em seu "caput" a seguinte orientação, verbis:

"... atuará o Governo no sentido de garantir a utilização racional de nossos recursos naturais, permitindo seu uso em benefício do bem-estar social e do desenvolvimento econômico, mas com preservação de sua integridade, face às ações poluidoras e predatórias decorrentes de processos de exploração indiscriminados."

Contida está neste texto, como se lê, a base para o controle político do meio-ambiente, no Brasil, que já se fez atuante através da racionalização do uso da gasolina. Na esteira federal, algumas iniciativas importantes foram tomadas pelos estados-membros. Em Santa Catarina, em decorrência da criação da Secretaria de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA), da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), o Estado criou, pelo Decreto 1.260, de 01.11.75⁽⁵⁸⁾, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, marco histórico do esforço catarinense para a preservação da flora e da fauna de uma importante parte do eco-sistema do país, localizado numa região tendencialmente desenvolvimentista ao alcance fácil dos tentáculos industrializantes que, agora, encontram ali um limite. Já tramitam os processos de desapropriação da área. Outros Estados da Federação criaram parques semelhantes. Toda uma legislação está sendo cogitada, projetada, elaborada, para exercer um efetivo controle da poluição, implantando estações ecológicas, tratando os rejeitos agro-industriais, diagnosticando e difundindo informações sobre o meio, avaliando a eficácia de obras para evitar erosões e ampliando a oferta de serviços de apoio científico e tecnológico. É a prova cabal e pública que deveríamos trazer à colação. Necessário se fará, contudo, que se cumpram tais posições, que não faleçam tão importantes diretrizes.

Mais do que uma questão apenas brasileira, é de frisar, o controle do meio-ambiente é assunto mundial, concernindo ao homem em si,

(57) - *Diário Oficial da União*, edição de 05.04.75

(58) - *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, edição de 10.11.75

aos municípios, aos estados-membros, à nação, à humanidade toda. Bom seria se o poder privado se engajas-se nesta filosofia, para que não se esquecesse, nos seus programas de expansão, de que existe uma generalidade maior do que o objetivo próximo e eventual do lucro: de que há um compromisso desta geração toda de legar às gerações futuras um mundo possível, talvez melhor e não um amontoado de problemas insolúveis.

RESUMINDO:

Ao que tudo indica, os grandes problemas da Terra devem ser resolvidos a nível mundial e, se ainda há tempo para tal, urge que se tomem logo as medidas preservadoras do futuro.

Ao Estado cabe segurar as rédeas dessa carruagem de trabalho, de ciência e de poder e dirigí-la pelos melhores caminhos, construindo pontes entre o homem e seu destino real.

Há que se regular o desenvolvimento a um nível que não afete o ambiente mais do que já afetou. Há que se parcelar num cronograma viável as experiências com o átomo e com novas formas de energia. Há que se trocar abertamente informações para que se evitem experiências vãs e tolas sobre coisas já provadas.

IV - ASPECTOS POLÍTICO-JURÍDICOS

IV - ASPECTOS POLÍTICO-JURÍDICOS

IV.1- Intervenção Estatal

O cumprimento da missão governativa é largamente amparado por faculdades que exorbitam da esfera do direito comum; a administração pública deve estar implicitamente autorizada a confiscar, a policiar, a expropriar, a planejar e executar, detendo prerrogativas para levar a efeito decisões que considerar socialmente úteis, ainda que sem o consentimento expresso casuístico dos governados. Toda sua ação administrativa há que ter o respaldo maior das finalidades do Estado. Plebiscitos só se justificam a respeito de assuntos cujas informações pertinentes sejam do pleno conhecimento das populações. Não sendo assim, das duas uma: ou o povo estará sendo dirigido no seu voto, ou o governo inexistente de fato e, nestes casos, ambos são fantoches.

Os povos de elevado grau de educação têm melhores condições de julgar dados estatísticos, de entender as relações entre os elementos estruturais e o seu aproveitamento nos programas ou problemas sobre os quais devam opinar. Povos educados entendem os programas de governo, porque estes lhes são explicados a bom nível e é nos programas, não nas pessoas dos candidatos, que votam. Os candidatos são filiados a partidos e estes escolhem qual dentre os possíveis pode melhor executar o programa. Percebem esses povos, muito mais, os objetivos da administração, tornando o Estado uma instituição mais estável, mais segura, ajudando-se mutuamente a regular excessos ou carências.

É malhar em ferro frio querer assinalar aqui, à guisa de novidade, que a grande maioria dos problemas, senão todos, que afetam o mundo em desenvolvimento de forma a preocupar constantemente os governos, se deva às deficiências educacionais. Estas deficiências, no entanto, são geradas nos laboratórios dos que detêm o poder. Está mais do que sabido que é assim. A ênfase aqui, tem só a finalidade de justificar o momento em que o Estado pode ou deve interferir diretamente com seu poder na vida privada, para equacionar ou resolver, com o uso da coerção legal, alguns dramas sociais.

Nenhum desses dramas é concernente apenas à vida privada quando os seus efeitos se traduzem em prejuízos para toda a sociedade;

neste instante, tornam-se públicos e sendo assim devem passar ao âmbito do poder estatal.

O Estado moderno brasileiro atual se singulariza pelo seu extraordinário poder de intervenção no que se convencionou chamar de "atividade privada", isto é, aquela atividade em que os riscos não correm por conta do Estado. Mas na realidade o Estado corre tantos riscos quantos os correm as mesmas atividades privadas, pelo simples fato de nem um, nem outro, estarem isolados no contexto, dependendo-se mutuamente. Por esta causa, prefere o Estado organizar o funcionamento da sociedade toda, de modo a adequá-la ao futuro de grande nação que já lhe é há algum tempo prometido. Com este intervencionismo, quase um dirigismo, visa acelerar o desenvolvimento e emparelhar-se com os demais Estados na corrida do progresso, não se permitindo o luxo de se acomodar em considerações demoradas, permissivas de discussões quilométricas e provavelmente vãs. O veículo acelerador de todo este processo desenvolvimentista, que tanto persegue, é o planejamento.

O desenvolvimento não pode ser encarado hoje, seja em nível doméstico ou não, como um processo espontâneo de mudança, mas sim um complexo processo provocado, induzido, determinado mesmo, sob pena de, sofrendo as influências naturais do tempo, permitir a fuga dos fins propostos.

Conforme já ficou dito aqui nesta dissertação (páginas 26/27) e ora repetimos, ao planejar, o Estado antecipa o conhecimento do futuro, modifica o eventual, intervém no comportamento social. Presentemente, a intervenção tem sido quase que exclusivamente adstrita às injunções da conjuntura econômica, porque neste momento político se entende que alcançando-se um bom nível de progresso o povo irá se politizando e se educando mais depressa. E, teoricamente, pelo menos, entendemos coerente esta linha de raciocínio. Se intervém no sistema econômico, como na verdade o faz, não vemos por que não possa intervir, igualmente, no controle do número de pessoas que irão contribuir e beneficiar-se dos frutos econômicos agora semeados, ou utilizar-se das reservas ecológicas então existentes. Pois de fato este intervencionismo planejado já se processa em muitos pontos do mundo, onde a superpopulação não é apenas uma projeção alarmante, mas uma verdade sensível, um entrave de progresso, uma fonte de problemas.

Algumas vezes hesitantemente, outras com visível determinação, os países onde se torna mais perigosa a pressão demográfica e onde

os conflitos por sua causa eclodem, deixam de lado as filosofias liberalistas e passam a adotar a intervenção estatal no comportamento da família. Nos países da América Latina, a questão ainda não tomou ares de mundialização e só tem sido abordada interna e oficiosamente. No entanto, é exatamente na América Latina que o crescimento pode ser considerado dos mais acelerados, a muitos passando despercebido em face da extensão de terras e a potencialidade de recursos produtivos.

Está-se, de início, esquecendo que não estamos sozinhos no planeta e que uma política de planejamento nesta área não teria nunca por objetivo simplesmente reduzir taxas de natalidade, mas sim, entre outros, o de proporcionar responsabilidade a cada casal para que se considere a possibilidade de planejar a sua família segundo os seus padrões e chances de progresso dentro da sociedade. Está-se esquecendo também que uma política de controle demográfico pode abranger décadas inteiras e não apenas a geração atual ou a seguinte. Pode e deve ser viável, flúida, exequível, sujeita a revisões e adaptações segundo o decorrer do desenvolvimento e do que este desenvolvimento poderá proporcionar às populações em termos de satisfação pessoal, familiar e patriótica.

Perguntar-se-ia se o governo brasileiro estaria autorizado a proceder a tal intervenção.

Claro que sim. Legítima e legalmente.

Segundo a muito considerada palavra de Hans Kelsen⁽⁵⁹⁾, é regra básica de Direito que tudo o que não está proibido, é permitido. Pois não há proibição constitucional alguma impedindo o governo de intentar o efetivo controle populacional. Ademais, como falamos ao início deste capítulo, o cumprimento da missão governativa é resguardado por faculdades que exorbitam do direito comum, princípio político-jurídico que nos ensina o renomado A. Hauriou⁽⁶⁰⁾. Não bastassem estes argumentos que outorgam poder ao Estado para decidir questão assaz importante para o futuro da coletividade e portanto seu próprio futuro, está o governo atual ao abrigo, também, do II PND, cuja filosofia respalda a ação desenvolvimentista. Mas havendo de se exigir subsidiariamente texto legal, direito positivo, para referendar tais atos, busque-se a lei magna brasileira, ex-vi do item V do

(59) - KELSEN, Hans., La Paz Por Medio Del Derecho. B. Aires, Losada, 1946, p.59.

(60) - HAURIOU, André. "A Utilização em Direito Administrativo das Regras e Princípios do Direito Privado", Rev. Dir. Adm., vol.I, abr/45, p. 466.

art. 89 ("Compete à União planejar e promover o desenvolvimento e a segurança"), entendidos o desenvolvimento como um processo global de soerguimento social e a segurança não apenas como um poder armado contra desordens ou belicismos, mas de armamento de esquemas para evitar a morte prematura por desassistência ou a miséria vergonhosa, principalmente dos 200 milhões que habitarão o país daqui há uns 20 anos.

IV.2- Prós e Contras a Intervenção

Os contrários à utilização do controle pelo Estado no comportamento familiar entendem que a atividade econômica é favorecida num regime expansionista de população e que não haveria a menor preocupação quanto a espaços a preencher ou recursos a empregar, pois o Brasil os têm e os têm até demais. Tal nos pareceu o espírito otimista do Plano Nacional de Desenvolvimento de 1971, nascido dos bons resultados obtidos pelo crescimento econômico a partir de 1964, com reservas brasileiras no exterior superiores a 1 bilhão de dólares e uma taxa de exportações que atingiu os 20% ao ano; esposam também uma melhor divisão de trabalho com as consequentes inovações, invenções e especializações, o que viria em muito favorecer o mercado laborista; e têm a confiança de que o desenvolvimento econômico, gerando a urbanização, leve a população ao automático controle, o que, neste ponto, recebe grandes adesões; e ainda que o crescimento populacional é um fator que assegura, inclusive, o sucesso de toda a atividade econômica pelo aumento do número de consumidores. Além de tudo, acham que a família numerosa favorece a moralidade, porque induz a uma bem maior solidariedade que se estenderia até o patriotismo.

Já os que defendem a intervenção, acham que o progresso latino-americano é seriamente prejudicado pelo enorme crescimento da população à taxa média (muito alta) de 3% ao ano. A Organização das Nações Unidas estima ⁽⁶¹⁾ que já em 1980, portanto daqui há pouco, a América Latina terá 363 milhões de habitantes, o que não será nada bom. No Brasil, já seremos então 124.000.000, pois segundo P. Hugon (ob. cit.), a série (Brasil):

(61) - KENNEDY, Robert. O Desafio da América Latina. Rio, Edit. Laudes, s/data.

1970	-	93.000.000
1980	-	124.000.000
1990	-	165.000.000
2000	-	219.000.000
2010	-	291.000.000
2020	-	387.000.000

permite inferir que em 43 anos a população do Brasil já será maior do que a de toda a América Latina no ano de 1980 e que em 50 anos terá aumentado 4 vezes a de hoje, mais, por conseguinte, do que as previsões de alguns sociólogos, que afirmam que as populações dobram a cada 35 anos. Estaremos com 20 anos "à frente". E considere-se que, fecunda como tem se mostrado a mulher brasileira, todas as estimativas podem ser suplantadas, sem muita dificuldade.

Queremos, por oportuno, contestar dois argumentos dos expansionistas: primeiro, estamos em que a atividade econômica é que deve se adequar às populações existentes, não o inverso, pois o elemento humano, por seus direitos, é mais importante do que o direito de enquadrá-lo em padrões de progresso; segundo, se abstratamente destacarmos do território as zonas áridas e inóspitas notadamente do nordeste, as regiões já densamente povoadas ou então comprometidas, os parques industriais necessários a um progresso normal continuado, as zonas geográficas reservadas ao equilíbrio ecológico entre as quais perfila com destaque a Amazônia legal, as áreas públicas, as terras consideradas de fronteira ou de interesse da segurança militar, as regiões alagadas, as que se destinam à agropecuária e as de iminente desapropriação, e levando-se em conta também que o homem precisará cada vez mais de espaços para a sua expansão histórica natural, ver-se-á que, na figura do abstracionismo remanescente, o imenso território ficará reduzido, digamos, a mais ou menos 1/3 do que aparece nos mapas físicos e se circunscreverá a um modesto espaço, onde se acotovelarão milhares de brasileiros, infelizes com seu majestoso progresso que o cercará, sufocante.

Um aumento ascencionalmente rápido das populações entrava, ainda, o aumento da renda per capita, porque divide muito. Entravando o incremento da renda, obstacularizará o bem-estar social, já que o crescimento econômico, na sua relação com o aumento das populações que se proliferam, fornece índices inexpressivos ao desenvolvimento total.

Uma posição eclética vislumbrará aqui um dilema em que pode se encontrar um país: eleger, em seu modelo, como mais importante o crescimento econômico, ou a segurança. Se opta pelo primeiro, corre o risco de restar insegura a população pelo excessivo gasto dos recursos ambientais; se vota pela segurança, terá um retardamento no seu desenvolver. Nas duas possibilidades, o denominador comum é o tempo. A solução mais correta deverá ser a do centrismo, com um pouquinho de cada um.

IV.3- O Binômio Política/Direito

Relembramos e reafirmamos que todas as atividades da sociedade estão subordinadas através de uma hierarquia sistêmica à atividade política. A política supera e se sobrepõe a todos os interesses, grupais ou individuais e sua atividade, centralizadora e de onde emanam diretrizes, está densa de moralidade e de responsabilidade, que adquire com a legitimidade do poder que lhe outorga a sociedade. É, também, funcionalmente dependente do Direito. É o Direito que dá à Política a força coercitiva, que transforma a diretriz política em pressão social, em obrigação, que lhe delinea as extremidades, que torna a idéia um preceito legal. Nesta dimensão, Direito e Política formam, assim, um binômio perfeito, casamento indissolúvel, indivorciável, que pode gerar tranquilidade social, como pode infernizar sociedades. De sua boa coordenação vivencial dependem, por estas razões, as populações.

Sempre que o Estado aumenta ou diminui os direitos do povo, muda comportamentos. O meio social em que a política é aplicada pela força legal, não é sólido, não é firme. Tem uma invulgar fluidez. É ora aceitativo, ora repudiante, quer sempre o moderno e nem considera que o moderno é sempre efêmero. Como diz G. Freire⁽⁶²⁾, "mal se define como moderno e já está superado por um tempo mais que moderno". É moderno agora, e no instante seguinte, já envelheceu.

Hoje é muito moderno, nos países em desenvolvimento, encampar aceitativamente a política do crescimento econômico sem pesar que os tão novos ingredientes por eles utilizados, podem ser alterados por uma

(62) - FREYRE, Gilberto. Além do Apenas Moderno. Rio. J. Olympio, 1973, p. 20.

simples lei que implante uma nova política. No momento brasileiro, uma política populacional radicalmente inversa à atual seria repudiada, porque o povo não estaria motivado para aceitar outra coisa senão este desenvolvimento econocêntrico para o qual tem sido por todas as formas encaminhado. No entanto, ante continuados esclarecimentos de que estaria, digamos, iminente o advento da fome, tornar-se-ia aceitativa, legitimando a lei e acatando a nova política.

Qualquer sociedade moderna é uma organização sob uma ordem jurídica e os Estados serão tanto mais perfeitos, quanto mais alta a gradação de desenvolvimento jurídico que consigam alcançar para regradar atividades e comportamentos. Todas as atividades em sociedade encontram-se ligadas à Política e o elemento comum, o catalizador, é sempre o Direito. Vezes há em que a catálise é difícil, penosa. Mas os fins sociais a justificam; e, em Direito, nada se forma sem custo, sem dor e sem ação, sponte sua, como a erva dos campos⁽⁶³⁾.

Pelo fato de estarem o Direito e a Política tão interligados, e ante as inegáveis realidades do presente que permitem a expectativa de grandes problemas que se avizinham com alguma rapidez, as sociedades atuais recebem a responsabilidade de prepararem suas defesas. Tais posturas defensivas deverão se utilizar dos mecanismos que o Direito tem para assessorar a atividade política decisória. Juristas e políticos haverão por isso de sempre estar presentes nas equipes governamentais que decidirão sobre o futuro; um futuro, que como lembra o citado Gilberto Freyre, é um tempo quase presente.

IV.4- Lei Política

Supreendeu-nos saber que algumas pessoas ligadas à área jurídica não admitem, como nós admitimos, que a lei possa anteceder ao fato. Entre elas, respeitáveis colegas afeitos às grandes responsabilidades de profissões representativas, que não dispõem de tempo bastante para estarem a fazer pesquisas de caráter filosófico em torno de aspectos não tão pragmáticos quanto os assuntos suscitados nas ações jurídicas do dia a dia. Entendem e aceitam a lei, uma das fontes do Direito, apenas como a

(63) - O pensamento (não é textual) é de JHERING, Rudolf von. A Luta pelo Direito. Rio, Forense, 1972, p.63

regulamentação do fato social ocorrido, postulado que se assimila logo ao início da graduação universitária, Além disto é uma defesa natural da pessoa estabelecer os seus parâmetros e bloquear algumas novidades que possam vir a solapar noções maciçamente definidas, principalmente as pessoas que lidam diariamente com a prova palpável.

Contudo, achamos que a possibilidade de predição de eventos é o cerne do conhecimento científico, que parte de elementos factuais para dizer antecipadamente os resultados e, se estes não se prometem bons, como evitá-los.

Savigny e Bentham também já discutiram, em suas teorias, esta dualidade de encarar a lei quanto ao tempo de sua aplicação: pré e pós o fato ⁽⁶⁴⁾, o primeiro admitindo que o legislador deve apenas regular situações definidas e o segundo se pautando pela eficácia das leis como promotoras de reformas sociais. Estamos com Bentham, cuja teoria confere ao Direito uma posição de vanguarda no esquema social. Claro que o legislador não tem a obrigação de advinhar o que vai acontecer. Mas quando os elementos para predizer estão à mostra e não os utiliza para corrigir eventuais dramas futuros facilmente dedutíveis, peca por omissão e comete injustiças. Pudicos resguardos morais não justificam erros. A lei deve ser ampla, completa o mais possível, integral, abrangente e, outorgar-se a ela todas as informações existentes para que atinja seus fins, é obrigação científica.

Como um organismo vivo, a sociedade também apresenta os sintomas de seus males. No que tange à Demografia, os sintomas da superpopulação mundial com suas conotações éticas, religiosas, econômicas, ecológicas jurídicas, etc, são tão evidentes que basta frisar que se elegeu um Ano da População, o de 1974, para justificar as preocupações recentes do mundo com as reservas existentes mas não perenes, as quais deverão ser disputadas pelas populações que nos seguirem.

Os governos desta e das próximas décadas são detentores da responsabilidade histórica extraordinária de resolver os problemas de amanhã que estão sendo enunciados e moldados muito claramente hoje: ou dizem agora sobre a estrutura do contingente populacional enquanto podem levar em consideração os preceitos éticos, as recomendações religiosas, o

(64) - Citação recente de GOMES, O. e VARELA, A., *in Direito Econômico*. SP. Saraiva, 177, p.194.

desenvolvimento da economia com suas acelerações e desaquecimentos, enfim, a dinâmica social toda, ou deixarão às administrações que se lhes seguirem o anto-ético legado de ter que se utilizar de remédios extremos (esterilizações, abortos consentidos e programados, cortes exagerados de benefícios previdenciários, experiência com anti-conceptivos) por causa do advento de muitas novas vidas que, juntando-se a nós virão disputar o restante da energia e do alimento.

Para dizê-lo, terão alguns caminhos. A nosso ver, o melhor, porque eficiente e humano, é a lei.

Batamos aqui novamente, só de passagem, numa tecla amarelada e gasta, a da Educação. Ideal seria que o povo fosse educado para por si mesmo se regular, num auto-domínio expansionista, que as famílias estivessem conscientizadas das coisas que ocorrem ao seu redor, que tivessem ciência da problemática que ora tentamos pintar. Mas, como na peça teatral, na prática a teoria é bem outra. Educação é formação que não se fabrica em série, a curto prazo. Pode-se, é verdade, conseguir alguma instrução específica em pouco tempo. Nesta hipótese, seria de início necessário conscientizar as populações, de forma penetrante, sobre a mundialização da vida nacional e suas implicações ante os excessos poluentes e devastadores da natureza. Seria utópico querer-se que o povo tivesse rápido acesso a alguns conceitos ainda bastante novos aqui, como os emitidos nas obras de Tofler e de Drucker⁽⁶⁵⁾, sobre a transitoriedade das coisas julgadas perenes, sobre a descontinuidade de conhecimentos, sobre as desigualdades entre as instituições dos Cinco Mundos, como, também, a respeito da diferença entre a quantidade de progresso e qualidade de vida, ou sobre quais sejam as mais lógicas perspectivas da humanidade e qual a relevância ética do homem. Uma tão grande massa de informações, em tempo curto, só traria ansiedades e temor, o que multiplicaria o problema. Solução, portanto, inexecutável.

Uma forma eficiente de educar pela base é através da obrigação de agir. É através da lei.

As leis políticas, aquelas que não regulam apenas fatos comuns, mas são transcendentais no tempo e na finalidade, não devem ter caráter estranho à Ética; precisam nascer em clima tranquilo, antes que as

(65) - TOFLER, A. O Choque do Futuro. Rio, Artenova, 1973 e DRUCKER, P. Ferdinand. Uma Era de Descontinuidade. Rio, Zahar, 1974.

situações alcancem fronteiras cujo trespasse é proibido à Moral; devem evitar as contingências urgentes; devem ter aplicação à comunidade político-social como um todo e por um largo espaço de tempo; devem ter conceitos amplos, como os tem a Declaração dos Direitos Humanos, cujo preâmbulo "É essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei", consolida o princípio do primado do Direito em ensinamento tipicamente político-jurídico.

Ao contrário dos que lidam com os fenômenos de ordem física, os juristas, de um modo geral, tratam sempre com fenômenos de categoria muito variável; esta variabilidade, que é muito intensa, tem forçado os juristas a encontrar caminhos que sejam regulamentáveis pelos instrumentos do Direito, por forma a tornar mais fácil a vida.

O primeiro dos direitos humanos arrolado na lembrada Declaração de 1948 e que se contém inclusive no texto do art. 153 da Constituição Federal de 1967/69 do Brasil, refere-se à vida, à liberdade, à segurança. É bem de ver que não se outorga ao homem, ali, apenas o direito de nascer, mas se lhe permite e se lhe promete e ainda se lhe garante, liberdade e segurança. Se não especifica o que se deva entender por segurança, não se pode axiomáticamente dizer que tal segurança se restrinja ao aspecto imediato e necessário da garantia militar ou policial à vida. Mas se pode depreender que tal garantia se transfira, no tempo, às novas vidas. É um princípio político já bem sólido o de que o Estado tem o dever de garantir segurança vivencial aos seus cidadãos. Pois que isto não se realize somente agora, mas que se prolongue este amparo, no tempo, permitindo os mesmos direitos às pessoas que ainda não nasceram. Não fundar agora as bases para esta segurança, é oprimir por antecipação, é negar postulados sociológicos, históricos e jurídicos que já custaram vidas demais até que fossem consolidados. A liberdade que têm os casais brasileiros de decidir questão tão relevante como o número de pessoas que habitarão um futuro incerto é no momento ampla demais. E isto é perigoso para as famílias, como é perigoso para o Estado, que tem o dever de proteger aquelas gerações. Em palavras bem simples, a solução do problema demográfico não cabe apenas aos pais. Cabe também ao país. O Estado sabe que não haverá um bom futuro sem renúncias e que estas terão de ser compartilhadas, divididas, num esforço conjugado de povo e governo. Os interesses são recíprocos.

IV.5- Planejamento Familiar, como Política

Esboçemos um mosaico mundial.

A Conferência de Bucarest, em 1974, na Romênia, frustrou-se, já que não alcançou os seus objetivos principais, que eram os de obter um consenso mundial, uma uniformidade ou um bom entrosamento entre as políticas de cada país, no que se refere ao controle das populações. Na realidade, seus objetivos foram deturpados por discrepâncias circunstanciais, uma vez que de ordem ideológica ou por interesses de feitio econômico. Não se tratava, ali, de um renascimento do malthusianismo, mas de uma científica tomada de posição, internacional, frente a uma problemática envolvente, que engloba grandezas como alimento, energia, segurança e qualidade de vida, enfocado o planeta como um todo homogêneo.

A primeira imagem que vem aos adversos a idéias deste tipo, quando se fala em planejamento familiar, parece ser a de que se pretende ceifar vidas, reduzir a qualquer custo as taxas de natalidade e de fecundidade, a extrema força de cirurgias e de esterilizações, como se essas técnicas médicas fossem não remédios, mas condenações. Entretanto, esta idéia extrema padece de todo e qualquer conhecimento científico do tema.

Também é preciso fazer distinção entre planejamento familiar e controle populacional. O primeiro é uma das formas de se exercitar o segundo. No alcance que podemos divisar a questão, possivelmente a melhor de suas formas, desde que realizada humanisticamente. O controle pode não implicar em nenhuma medida efetiva e se ater somente a acompanhar a evolução dos dados estatísticos e suas conotações sociais a fim de, no momento necessário, estabelecer-se política específica. Estamos em que, no caso brasileiro, já alcançamos os dois estágios, ou seja, o da ciência e o da regulação.

De qualquer forma, de modo algum controlar a população significa mutilar pessoas. Muito pelo contrário. Visa resguardar a integridade da pessoa e, talvez mais, a sua dignidade. Controle é simplesmente domínio de uma situação. Controlar o crescimento demográfico é dominar o desenvolvimento dos contingentes populacionais; não só de hoje, mas de amanhã, é conciliar interesses em prol da melhor qualidade de vida, com

vistas a evitar as enormes diferenças de padrões entre povos que almejam as mesmas coisas. Este, a propósito, era o espírito da Conferência de Bucarest, mas que deturpado, não vingou, suplantado por conceitos de soberania, válidos, mas de que não se cogitava ou por ideologias não de todo aceitas e até bastante discutíveis.

Como vai a esta altura a política demográfica pelo mundo ? Em que países se aceita ou se pratica o "familiar planning" e quais os que poderiam praticá-la, por causa ou apesar dos resultados da Conferência ? Existem alguns que cogitam implantar o planejamento familiar dentro de pouco tempo ? Todos os programas existentes são oficiais ? Seria tido como assunto privado em muitas nações ? Há alguma possibilidade de o Brasil vir a ingressar nas fileiras dos que consideram o problema sob o ponto de vista planetário ? Que causas são levadas em conta pelos países que praticam ou recomendam esta política ?

Uma amostragem pareceu-nos aqui interessante.

A publicação da Organização das Nações Unidas (no Brasil aos cuidados da Fundação Getúlio Vargas), "O Correio da Unesco", já aqui nominado e que dedicou dois números especiais à problemática da demografia, permite elaborar um quadro parcial comparativo sobre as políticas adotadas em vários países, o que fizemos, para fornecer uma idéia aproximada da realidade de como o mesmo problema é encarado de maneiras diferentes.

Países que	EUROPA	A. NORTE	OCEANIA	ASIA	AFRICA	A. LATINA
1)-mantém programas oficiais de planejamento familiar (PF)	Romênia	Canadá	Fuji N.Zelândia	China Índia Ira Japão Nepal Paquistão Filipinas R. Vietnam Cingapura Sri Lanka Tailândia Turquia	Egito Quênia Tunísia	Barbados Tr. Tobago El Salvador R. Dominicana Honduras
2)-pretendem manter programas oficiais, mas sem objetivos ainda bem definidos	-	EEUU	-	-	Suazil. Madagasc.	Colômbia Equador Panamá México Cuba Costa Rica Guatemala Chile Nicarágua
3)-Consideram o assunto privado e não o promovem abertamente	-	-	-	-	-	Perú Brasil
4)-Consideram assunto privado, mas ajudam a promovê-lo	Suécia Áustria França R. Alem. Finlândia Noruega Grécia Espanha Itália	-	-	Israel R. Khmer Bahrin Jordânia Lão Síria	Tanzânia Malawi Zâmbia Etiópia	-
5)-Estão muito propensos a implantar programas oficiais de PF	R. Unido GB Dinamarca Holanda Iugoslávia Hungria	-	-	-	Libéria	Argentina Uruguai
6)-Proíbem o PF	-	-	-	-	Gabão	-
7)-Não cogitam, no momento, do assunto	-	-	Austrália	Iraque	-	-
8)-Praticam não oficialmente, visando a educação popular	Ucrânia URSS	-	-	-	-	-

FIG. 4

A observação deste quadro fica enriquecida com os seguintes aditamentos:

- a) - A Romênia, exatamente o país que teve o privilégio de servir de sede para congregar os representantes dos países que compareceram com suas delegações à Conferência no denominado Ano da População, pratica oficialmente o planejamento familiar com a finalidade de incentivar a natalidade, já que a sua taxa de crescimento demográfico natural é muito baixa, bem aquém das necessidades do país.
- b) - Na Suécia, na Áustria, na França, na República Federal da Alemanha, na Finlândia e na Noruega, como também em muitos outros países da Europa Ocidental, os serviços desta área do planejamento social situam-se na faixa da saúde e bem-estar, utilizando-se generalizadamente os contra-conceptivos e outros meios de limitação de filhos, ao juízo das famílias. Não há similitude de filosofia entre povos tão desenvolvidos e os da América Latina, estes ainda lutando com enormes dificuldades na área econômica. No entanto, como se verá mais adiante, o Brasil já vislumbrou este lado do miriágon social e parece estar com vontade de dar os primeiros passos em direção à linha européia.
- c) - A Hungria é simpática ao planejamento, mas apenas como um meio de evitar abortos, que ali chegam a índices alarmantes. Sua preocupação é muito mais de ordem criminal.
- d) - Na Austrália, proíbe-se a propaganda dos anti-conceptivos químicos. Todavia, tendo em vista a influência que recebe da Grã-Bretanha, aguarda-se uma mudança da atual política para um futuro não muito distante.
- e) - Os Estados Unidos da América do Norte apoiam os programas não oficiais de planejamento familiar, a fim de melhorar ainda mais o nível de vida da família, seja no que se refere à saúde da mulher, seja quanto às oportunidades vivenciais dos filhos. E, como se sabe, é um país onde o nível de vida é dos mais elevados do mundo, com invejável renda per capita.
- f) - Na África, não apenas os oito países apontados no esquema da página anterior têm programas, oficiais ou não, de planejamento familiar. Os assinalados são os que figuram de maneira mais destacada no artigo-pesquisa que nos serviu de fonte. Tanto é que o mesmo organismo internacional complementa que 72,5% da população de todo o continente africano está praticando o "familiar planning".

- g) - Em Israel e na República Khmer, os serviços de planejamento não são oficiais, mas prestados por instituições médicas e não se destinam a reduzir a taxa de natalidade, mas a promover o bem-estar salutar e a paternidade consciente. Tenha-se em conta a exigüidade do território israelita, a sua organização política - se bem que os judeus se espalham por todo o mundo - e as tradições religiosas do povo, de sorte a melhor entender sua ótica do fenômeno.
- h) - Na União Soviética não está oficializado o planejamento familiar, mas os anti-concepcionais são bem difundidos; os serviços médicos estatais estão à disposição de quem os procurar para abortos, inclusive com alguns dias especiais à gestante; paradoxalmente, a Rússia e a China foram os países que mais oposições fizeram à mundialização do problema demográfico, em Bucarest.
- i) - O norte da África e toda a Ásia são as regiões do mundo onde o planejamento com vistas a conter a explosão demográfica é mais ativa - do; são zonas muito populosas, a produtividade agropecuária é baixa e o desenvolvimento econômico tem se mostrado muito lento.
- j) - A República Dominicana apoia todo e qualquer programa de planejamento familiar. Tomou sua posição e a assumiu interiramente.
- l) - Antes de comparecerem à Conferência na Romênia, os países latino-americanos participaram em San Jose da Costa Rica de uma reunião prévia sobre o assunto, onde se mostrava a preocupação de alguns com o crescimento vertiginoso da população continental e com a baixa qualidade de vida. A Argentina e o Uruguai, porém, discordavam do restante da posição latino-americana, pois entendiam ser necessário e premente aumentar ainda mais rapidamente suas populações, para ser atingido um elevado poder e se desenvolverem, ao interesse, também, de um adequado mercado consumidor, interno.
- m) - O Perú, que tem uma elevada taxa de crescimento demográfico (2,9 % ao ano), acha que um país com abundante espaço físico não tem de se preocupar com este tipo de problema. Esquece que algumas doenças mais que endêmicas (denominadas pandemias porque grassam em países diversos) também afetam seu país. E, afinal, o padrão de vida dos peruanos não é assim tão alto que se possam dar ao luxo de só considerar o fator extensão territorial, numa problemática tão complexa e importante.

- n) - Sem objetivos populacionais definidos mas pretendendo aplicar futuramente os programas de planejamento familiar, encontra-se, como se vê do quadro apresentado, o conjunto de países Colômbia, Costa Rica, Chile, Nicarágua, Panamá e Equador. O México já iniciou um planejamento, apenas sob o cuidado médico. Na Guatemala, já existem programas de orientação familiar. Cuba, que se enquadra neste grupo, diz entender a finalidade de uma política demográfica globalizadora, embora não aceite que os problemas da falta de desenvolvimento sejam devidos ao crescimento demográfico, possivelmente ao espelho do pensamento soviético, com quem se tem relacionado ultimamente.
- o) - O Brasil perfilou com o Perú em Bucarest, no entendimento de que tem muito território, de que está em vias de obter o seu desenvolvimento industrial, de que precisa povoar, de que não abre mão de sua soberania para decidir questão dessa natureza, de que não precisa diminuir o contingente. Na verdade, ninguém falava em diminuir, mas em organizar mundialmente o fenômeno. O Brasil tem uma alta taxa de crescimento populacional (3% a.a), uma significação não só continental, mas mundial, se olharmos somente sua importância ao ângulo ecológico. Votou, em 1974, pela não mundialização. Contudo, notícias mais recentes nos levam a crer que começa a olhar com outras visões mais ampliadas o problema, tanto é que nada obsta a ação de entidades particulares que vêm desenvolvendo já há algum tempo ação efetiva no sentido do planejamento, mantendo convênios com governos estaduais, principalmente no nordeste do país; além disto, os jornais têm sido ultimamente pródigos em focar um assunto há tanto tempo esquecido, com notícias de que o governo, por seus representantes, estaria se pronunciando com aberturas na área. Já no começo do ano, o "Jornal do Brasil" ⁽⁶⁶⁾ publicava nota sob o título "Governo estuda condições para controlar a natalidade", em que informa estar a Benfam fazendo o controle da natalidade em cinco Estados brasileiros do nordeste; enfocava o artigo, também, aspectos pertinentes à previdência social. A revista semanal "Isto É" ⁽⁶⁷⁾ trazia em abril uma muito bem elaborada síntese sob a rubrica "Política Demográfica-Malthus está chegando", em que já toma posi-

(66) - Edição de 26.04.77

(67) - Nº 18, edição de 27.07.77

ção divergente da do jornal, dizendo que as declarações ministeriais teriam sido as de que o Brasil ratifica sua posição de Bucarest. Corroborando esta última, a revista "Veja" ⁽⁶⁸⁾ publicou reportagem feita com o Exmo. Sr. Ministro da Saúde a respeito do planejamento familiar; dizia o Ministro que nada mudou desde 1974 e que continua competindo exclusivamente aos pais decidir quanto ao número de filhos que desejem ter. Esclareceu o Sr. Ministro que somente nos aspectos médicos da questão se estaria encaminhando ao Conselho de Desenvolvimento Social proposição a ser estudada, visando diminuir os problemas de saúde das mães que têm muitos filhos a prazos muito curtos, sem que entre uma e outra gravidez guardem um tempo razoável de recuperação salutar, o que estaria debilitando concomitantemente mães e filhos. Foi dada a público, finalmente, a atual posição do governo, disposto a efetivar ação no sentido de evitar o que denominou "gravidez de alto risco", sensibilizado que se encontrava com a situação sanitária de muitas famílias, notadamente no nordeste brasileiro.

Sem qualquer vacilação, é uma abertura para a posição assumida em Bucarest e, possivelmente, o embrião que poderá gerar uma política completa sobre o tema. Entretanto, é bem de ver, cuidar apenas sanitariamente da questão é a nosso entendimento, insuficiente. A questão demográfica merece abordagem mais horizontal e mais definitiva.

(68) - Nº 452, edição de 04.05.77, ps. 37/38

IV.6 - O Concurso do Direito

Parece-nos que reside fundamentalmente no Direito Público, mais especificamente talvez no aspecto previdenciário da lei, o nó gordio da adoção possível de algumas medidas vitais para frear ou pelo menos diminuir a taxa de crescimento demográfico, quando este se insere na escala que produz filhos demais para mães não suficientemente saudáveis e pais desprotegidos de recursos com que educar as crianças que geraram, todos somando os números que habitarão um mundo de coisas finitas. Distinga-se "aspecto previdenciário da lei" de "lei sobre previdência social". Desta, não estamos tratando, mas da lei antecipativa de soluções exequíveis.

Neste entendimento, o ângulo médico-sanitário do problema seria apenas a consequente forma de buscar meios para tornar efetivo o que as leis dispusessem, leis estas que seriam legitimamente político-sociais e tanto mais assim quando encerrassem preceitos de ordem ético-religiosa, pois o planejamento da família, por exemplo, seria nada mais que a esquematização organizacional de um comportamento social, a longo prazo, em nosso caso visando reduzir a taxa de crescimento populacional.

Na história da lei brasileira, a cronologia indica que o primeiro momento em que ela colocou o seu braço protetor ao redor da criança e da mãe, simultaneamente, foi em 1934, através do texto do art. 121, § 1º, alínea "h", da carta constitucional ⁽⁶⁹⁾, ao assegurar à gestante o "descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego", abertura humana válida em qualquer tempo, a garantir a chegada tranqüila de novos seres, conquista que vingou e permanece entre nós, ex-vi dos termos do ainda vigente Estatuto dos Funcionários Públicos e Cívís e da Legislação Trabalhista. Àquele tempo, época lírica em que não tínhamos ainda presentes as enormes agressões ao meio-ambiente, planejamento familiar, em toda a América Latina e em muitos países de todo o mundo, estava distante ou ausente de quaisquer preocupações imediatas. A Constituição de 1937 saltou mais longe, ao igualar direitos há muito requeridos entre filhos legítimos e naturais reconhecidos e atribuir compensações às famílias numerosas na proporção de seus encargos, oferecendo também aos pais de condição econômica miserável, o direito aos auxílios estatais para sua subsistência

(69) - Assim, o ratifica Benjamin Morais, *in Aspectos Jurídicos do Planejamento Familiar*, Rio, Benjam, 1974.

e educação básica da prole, esta última prerrogativa reafirmada em 1946 com a obrigatoriedade, em todo o território brasileiro, da "assistência à maternidade, à infância e à adolescência".

A Constituição Federal de 1967/69 não retirou nem diminuiu estas conquistas da prole numerosa, já que, ratificando os direitos até então adquiridos, garantiu igualmente o benefício do salário - família aos filhos dependentes dos trabalhadores, consoante o disposto no art.165, II.

O estímulo às famílias continuou sendo cada vez mais incrementado, tanto que em 1962 a lei específica estabelecia que "do 4º dependente em diante, o salário-família seria elevado", estímulo extraordinário que, entretanto, não mais se reprisou ⁽⁷⁰⁾.

O povo brasileiro vê neste instituto um amparo legal ao crescimento numérico da família. Assinale-se, a propósito, que a legislação trabalhista é pródiga em incentivos ao aumento da natalidade. Só como exemplo, dela se verifica que a gestante pode se ausentar por 4 meses, para o nascimento e amamentação do filho, período que geralmente as mesmas gestantes anexam ao das férias; o trabalhador recebe, na sua folha de pagamento, 5% sobre o salário-mínimo regional por filho menor de 14 anos ou por filhos maiores, inválidos; a rescisão do contrato de trabalho é proibida durante a gestação e a mulher grávida, no interesse salutar próprio ou da criança que leva no ventre, tem regalias como a de não mudar de função; pelas despesas referentes à hospitalização para o parto, ganha-se ainda o auxílio-natalidade, conforme disposto no Regulamento Geral da Previdência Social.

Claro que todos os benefícios que estão a cargo da Previdência Social são conquistas humanas inalienáveis. Por mais que óbvio, nenhum deles poderá jamais ser retirado da orgânica previdenciária. Seria até uma crueldade limitar algum deles. Mas, entenda-se, eles se repetem vezes demais e ninguém, em sã consciência, dirá que não se os possa, em caráter exclusivamente preventivo, nunca punitivo, regulamentar a quantidade de suas aplicações. O excesso de filhos de muitos dos casais brasileiros seria minimizado se eles tentassem entender, pelo menos, a filosofia contida na lei civil, cujo art. 231 prescreve:

"IV - Sustento, guarda e educação dos filhos",

(70) - Em decorrência da Lei 3.373/58, o orçamento da União, no que se referia ao pagamento do salário-família, aumentou em 100% (1966/1968).

como deveres de ambos os cônjuges. Ao nosso trabalhador de baixa renda, ao nosso funcionário público mal remunerado, não são dadas as condições mínimas de educar convenientemente os seus filhos, pois não foram eles próprios educados para isto. Nem mesmo, talvez, apenas um só de seus filhos, quanto mais todos eles. Com honrosas exceções, à custa de sacrifícios, sustentam-nos deficientemente, guardam-nos inseguramente e os educam quase que exclusivamente transferindo toda a carga de responsabilidade instrutiva à escola. Todavia, é fato mais do que sabido, suas famílias são exatamente as mais numerosas, mais desprotegidas e mais, portanto, marginais ao ideal societário.

Na esfera penal, a mancha dos abortos ilegalmente praticados, puníveis na consonância dos arts. 124 a 127 do Código de 1940 ainda vigente, punições repetidas no ante-projeto do de 1969, permanece entre nós. Com todas as proibições legais e sanções morais⁽⁷¹⁾, sabe-se que muito mais do que 2 milhões de abortos são processados por ano, a metade ilegalmente. Se não há como corrigir esta situação, que se legalize então o aborto. Isto permitirá, pelo menos, duas coisas: ausência do medo de punição e amparo social.

Pois o que poderia ser incisivo para afastar a pessoa humana da prática do delito? Basicamente, pelo menos duas coisas: a punição certa e a educação, isto é, a pena, como repulsão ou castigo pelo mal cometido e a educação como remédio antecipado, preventivo, para evitar o fenômeno anti-social. Aos que desejarem relacionar também os preceitos e ensinamentos religiosos, adiantamos que para nós se incorporam ao conceito de educação. Daí, estamos em que há necessidade de maior ênfase penal e publicidade ao poder de sanção legal, como de aumentar - e aumentar bastante - os mecanismos educacionais para corrigir defeitos e evitá-los, antes que muitos deles se pronunciem evidentes.

A tônica noticiosa dos últimos meses do ano de 1977 girou em torno de discussões e pronunciamentos a respeito dos direitos humanos. No que concerne ao planejamento familiar, parece forçoso admitir liminarmente uma estreita equivalência entre o possível direito que o Estado tem em regular nascimentos e os direitos das pessoas em querer decidir, por si mesmas, tal questão; o problema é um só e a distinção será estabelecer'

(71) - O aborto só não é ilegal quando pretende salvar a vida da gestante, ou quando a gravidez é resultado de estupro. Se praticado sob a responsabilidade de uma entidade, a punição é incabível; só a pessoa é imputável.

quem será o sujeito da oração.

A posição interpretativa a destacar aqui se refere ao que contém o disposto no art. 153 da Constituição de 1967/69, que assegura a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. É que os três últimos direitos, legalmente garantidos, são corolários óbvios do primeiro deles, já que se não garantisse a vida, desnecessário garantir-se os demais ou qualquer outra coisa. Na realidade, liberdade e propriedade são atributos dos cidadãos. Embora sob o ponto de vista ideológico cada qual seja o sumo de uma filosofia, as duas, politicamente, se conciliam mais estreitamente com o conceito de regime governamental vigente. Já segurança e vida ajustam-se a qualquer tipo de regime ou a qualquer filosofia, sendo, portanto, mais perenes. Segurança, como nos referimos em outra parte deste mesmo trabalho (aspectos ecológico-políticos), está por demais envolvida com a natureza e as agressões que a ela se fazem, posto que quanto maior for a população, maior a necessidade de se transformarem os meios naturais extinguíveis em produtos consumíveis. Por isto, antes de se cogitar se o poder do Estado feriria direitos humanos quando tratasse de controlar a explosão populacional, há que se colocar na balança e considerar muito seriamente a responsabilidade que se atribui ao Estado pela sobrevivência de seus cidadãos e pela qualidade de vida que lhes deve proporcionar.

Por isto, os direitos humanos têm sua reciprocidade patenteada na obrigação que cabe ao Estado de garanti-los. Do mesmo modo e em contrapartida, o Estado deve ser o detentor inquestionável do poder de zelar pela integridade de seus cidadãos para o que há de estar implicitamente autorizado a utilizar os mecanismos jurídicos e políticos disponíveis, para exercer com eficiência tal mandato.

RESUMINDO:

- Seja qual for o regime governamental instituído, o Estado tem poderes extraordinários, inerentes à sua grandeza pública, os quais deve oportuna e sabiamente utilizar para garantir efetiva proteção aos seus súditos;

- Tendo em conta que a técnica do planejamento é uma forma de alterar o futuro, a intervenção estatal planejada se auto-justificará quando trocar o evento certamente nocivo pela esperança de uma real proteção;

- Retiradas as áreas comprometidas, o território brasileiro não é tão vasto e desabitado quanto se afigura ao simples olhar de seu mapa físico. Além disto, estes espaços não crescerão, mas irão ficando diminuídos cada vez mais se não houver controle, de cima para baixo, do número de pessoas que habitarão estes espaços;

- O tempo moderno, de crescimento econômico, é apenas uma fase rápida da vida nacional. Ele será substituído por outras fases. O povo, no entanto, é mais constante e só se moderniza se permite a si mesmo ingressar no processo não como simples platéia, mas como figurante, ator de uma peça que, tudo indica, poderá se transformar em drama;

- A predição dos eventos, mais especificamente a lei preventiva, é o meio mais eficiente de se obter educação global a curto prazo;

- Manter a posição defendida em Bucarest é teimosia em permanecer no passado. O acervo de informações levado para lá em 1974 já está modificado. Ademais, o problema demográfico não pode ser encarado apenas internamente;

- Como todo o conhecimento científico, a lei deve prever. Acomodar-se às suas funções reguladoras de fatos comuns é fugir ao verdadeiro papel que representa na sociedade.

- O Estado não dita direitos humanos: Ele os reconhece. E tem o dever de garanti-los.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Não estaria tecnicamente completa esta dissertação se não condensasse, ao seu término, as conclusões a que chegamos, nascidas tanto da demorada leitura das obras que moldaram o que se poderia chamar de conhecimento teórico específico sobre o tema, como do próprio desenvolvimento do assunto, das idéias pré e pós concebidas e resumos de cada módulo aqui apresentado.

Para sermos precisos, as conclusões já estão implícitas ao longo da dissertação e o leitor atento as perceberá, pois a se admitir os fatos apontados como preocupantes, suas antíteses seriam soluções.

Fórmulas exatas, não as temos. Elas, neste caso, não existem. É preciso elaborá-las segundo o modelo político adotado e o interesse da sobrevivência. As hipóteses que com mil limitações tentamos levantar, gravitam todas em torno do caráter público da questão e pretendem chamar a atenção de quem se digne repensar conosco, no sentido de obter algumas soluções para assegurar um futuro no qual as pessoas que ainda nem nasceram deverão ou viver com dignidade, ou padecer a blasfemar contra o tempo ora presente. Todas as pessoas. Do mundo todo.

Chegamos à conclusão geral de que as medidas políticas que resguardarão o porvir de uma situação caótica e poderão deixá-lo em condições vivenciais, serão vincadamente influenciadas pela ciência e dependerão de um muito bem estruturado sistema legal preventivo dos males sociais, a nível de colaboração planetária.

Contudo, um sistema legal de defesa que esteja divorciado da realidade e montado às pressas, seria anti-científico, uma simples experimentação utilizando cobaias humanas, especulação inconsistente e absurda. As ações viáveis deverão ser estudadas com afinco e planejadas com estratégia. As leis ou os acordos internacionais que obrigarem as ações deverão estar instruídos com os conhecimentos que a ciência política reconhece como fundamentais.

As leis oriundas do acervo científico deverão ser políticas na acepção mais ampla do termo. Não se pode pensar em sobrevivência dos sistemas terrenos, enfrentando o problema só à ótica de interesses localizados. As leis políticas devem ser amparadas sociologicamente e não de se

pautar pela organização de condicionamentos sociais por um prazo bem longo para dar tempo a que as mudanças se sedimentem. As leis não são boas quando interferem na liberdade intrínseca do homem, como não são igualmente benéficas quando deixam o homem na posição de detentor de tamanha liberdade que leve ao limiar do sério risco a segurança da sociedade. Fala-se de equilíbrio, de harmonia. A comunidade política é uma grande composição de ideais que tanto mais resultados obterá quanto mais harmônicos se mostrarem os seus fatores variáveis. E, convenhamos, a Demografia é uma variável de muito peso em tal contexto, sustentada por duas condicionantes: quantidade e qualidade. Quantidade de recursos, quantidade de pessoas, qualidade de vida e qualidade de orientação política. É necessário evitar que se a deixe amoldando a dúbias situações. Radicais conceitos nacionalistas, válidos em outras ocasiões, não têm lugar neste contexto: A soberania, por exemplo, é um dos mais arraigados princípios político-jurídicos, mas não merece reflexão crítica quando a questão não se restringe a um país determinado e sim envolve a sobrevivência de toda a humanidade. Nas abalizadas palavras de C. Journet⁽⁷²⁾ quando tenta explicar os fins da sociedade, "a comunidade política forma um todo e um todo não é uma simples soma de partes; é uma adição de partes, em certa ordem". Dê-se à qualidade de vida futura a importância que tem e conceda-se à Demografia o cuidado planetário que merece; entregue-se à Ciência o direito de opinar e de contribuir; outorgue-se ao Direito o papel de fornecer alguns princípios vivenciais que, através da lei, servirão de molas para os instrumentos de uma justiça continuada, mas verifique-se que a grandeza comparativa, aqui, não é referente só a nação.

Os aspectos que focalizamos sobre as coordenadas demográficas nunca estiveram e nunca estarão fora de tempo e eles serão levantados cada vez que se pesquisar o assunto. Esta é uma problemática que será sempre moderna, sempre atual; daí, a importância de mantê-la sob constante controle. Se falamos de evitar dificuldades sócio-políticas provindas de crescentes excessos demográficos ou de carência energética, se pedimos preservação ecológica em níveis mundiais ou se requeremos melhor qualidade de vida, se pretendemos simultaneamente ter liberdade e estar seguros e transferir esta segurança a cada um de nossos descendentes, devemos manter vigilância constante. O futuro do homem e portanto das instituições

(72)- JOURNET, Charles. *Exigences Chrétiennes en Politique*. Paris, Egloff, 1945, p. 28.

até agora conseguidas, não depende só do crescimento econômico, como não depende apenas de melhorias sanitárias ou somente de sua menor ou maior fertilidade. Depende, isto sim, de sua criatividade. E de muita colaboração.

O tipo de medida que o governo brasileiro trouxe a público, visando diminuir o número de crianças mal nutridas e de mães receptivas a quadros médicos insalutares, mesmo que louvável valendo como sã profilaxia sanitária não é, datíssima venia, suficiente para abranger a problemática da demografia. É só um começo, não uma mudança. O programa' contra a gravidez de alto risco diminuirá por certo os índices de mortalidade infantil ou, pelo menos, impedirá que estes índices cresçam a taxas explosivas e, só por isto, é um bom programa. Mas é imediatista, pois em contrapartida, tal programa é uma reafirmação da posição do Brasil em Bucarest, contra o planejamento familiar a nível planetário e é evidente que pouco muda, já que a população continuará crescendo ainda mais, pelo de cr ê s c i m o da taxa de mortalidade. Como se disse, é uma pequena abertura, não uma mudança. O modelo, permanece sem alterações substanciais. Longe de nós dizer que o aspecto médico-sanitário seja irrelevante e se não o abordamos nesta dissertação, não o fizemos por não estarmos qualificados' para adentrar nessa área. Seja qual for a linha política a ser adotada um dia por quem estiver no poder, este ângulo será forçosamente ativado. Mas queremos ressaltar que é incorreto utilizá-lo singularmente, desassociado, como paliativo. Uma questão de tamanha envergadura merece um tratamento bem mais amplo, zeloso e cientificamente estudado, ouvidas as posições religiosas, considerados os fatores éticos, pesada a importância da preservação da Natureza, reformulado o crescimento econômico a passos compatíveis com a realidade brasileira e com a visão de quem prediz a existência de um povo educado a ponto de se auto-regular mesmo não sendo tão desenvolvido quanto algumas seculares civilizações do Velho Mundo. E, acima e além de tudo, tratamento mundial. Melhor do que nós, diz Tofler (obr. cit., p.377), cujo socorro buscamos:

"Quer desejemos evitar o choque do futuro ou controlar a população, obstar a poluição ou fazer parar a corrida ar m a m e n t i s t a, não podemos permitir que as decisões de importância que alcançam toda a Terra sejam tomadas desconcertadamente, sem sabedoria, sem planejamento".

Sendo assim, far-se-ia necessário criar um bem formado sistema preventivo de superpopulação e/ou sub-recursos, que conviesse aos modelos brasileiros, sem desconsiderar os interesses de outros povos que na mesma nave finita conosco viajam pelo espaço, evitando assim que indesculpáveis egoísmos com outras terminologias redundem em suicídio coletivo.

Em palavras mais diretas, mudar a nossa ótica do problema.

Ao Estado, com seu poder, caberia então estabelecer novos padrões a partir de aprofundado estudo da matéria, a ser realizado por grupo de trabalho específico que tivesse acesso a todas as possíveis fontes de informação nas áreas adjacentes. Teria, como tem, para isto, amparo legal. Das conclusivas recomendações emanadas desse grupo de alto nível, emitiria o Estado, pelos meios competentes, legislação modificadora de alguns comportamentos nossos, que estão comprometendo o futuro, legislação esta que destinasse substanciais recursos técnicos e financeiros para obter educação a prazo mais curto do que os normais e conscientizasse o povo do aspecto mundial de que se reveste a problemática, com suas implicações nesta dissertação ressaltadas.

Resta-nos, do exposto, a convicção de que as abordagens que fizemos apontaram aspectos básicos da problemática, de forma a ser percebida inclusive pelos iniciados no tema, já que, para melhor dizer o que registramos na Introdução, não esperamos mudar arraigados pontos de vista de hoje, que isto seria muita ventura, mas, pelo menos, abrir os olhos de alguns interessados, amanhã.

Esta, a nossa exposição.

LUIZ HENRIQUE GOUVÊA
Mestrando

BIBLIOGRAFIA

a) - LIVROS BÁSICOS

- ANDRADE, M.C. Oliveira. Geografia, Região e Desenvolvimento. Recife, ICPS, 1967
- BALANDIER, Georges. Antropologia Política. SP, Difel, 1969 - trad. O.M.Cajado - USP
- BALBY, Édouard. Brasil, País Chave do Terceiro Mundo. Rio, T.Brasileiro, 1967
- BASTIDE, Roger. Brasil, Terra de Contrastes. SP, Difel, 1973 5ª edição
- BAUER, Cath. et alii. Aspectos Sociais do Crescimento Econô- mico. Salvador, Progresso, 1958
- BEAUJEAU-GARNIER, J. Demogeografia. Barcelona, Labor, 1972
- BEYER, Glenn H. et alii. Explosão Urbana na América Latina. Rio, VIP, 1969
- BONNEFOUS, Édouard. El Mundo Superpoblado. Barcelona, Labor, 1973
- CAMARGO, J.Fco. de. Demografia Econômica. Salvador, Progres- so, 1960
- CASTRO, Josué de. Geopolítica da Fome. Rio, C.Est. Brasil, 1951
- COSTA PINTO, L.A. Sociologia e Desenvolvimento. Rio, Civi- lização Brasileira, 1973 - 3ª edição
- DAHL, Robert A. A Moderna Análise Política. Rio, Lidador 1970
- DAVIS, Kingsley et alii. Cidades. Rio, Zahar, 1972 - 2ª e- dição
- DOLLFUS, Olivier. O Espaço Geográfico. SP, Difel, 1972
- DORST, Jean. Antes que a Natureza Morra. SP, E.Blücher- USP, 1973

- DOUGLAS, Paul H. Ética de Governo. Rio, Forense, 1964
- DRUCKER, P. Ferdinand. Uma Era de Descontinuidade. Rio , Zahar, 1974
- DUQUE, Hélio. As Contradições no Desenvolvimento Brasileiro. Rio, Paralelo, 1972
- DUVERGER, Maurice. Sociologia Política. Rio, Forense, 1968
- FALK, Richard A. Morte e Sobrevivência da Terra. Rio, Arternova, 1972
- FREYRE, Gilberto. Além do Apenas Moderno. Rio, J. Olympio , 1973
- FREITAS, José Itamar de. Brasil, Ano 2000. Rio, Gomes de Souza, 1968
- GEORGE, Pierre. Geografia da População. SP, Difel, 1974-; 3ª edição- trad. M.U.R.
- GEORGE, Pierre. O Meio Ambiente. SP, Difel, 1973
- GINI, Corrado. Teorias de la Población. Madrid, Aguilar 1952
- HEILBRONER, Robert L. As Perspectivas do Homem. Extraído da Revista Expansão de 17.04.74
- HERTZLER, John Oramel. The Crisis in World Population. Lincoln, U.Nebraska Press, 1956
- HUGON, Paul. Demografia Brasileira. SP, Atlas, USP, 1973
- JACKSON, Barbara Ward. An Urban Planet ? Philadelphia, Girard Bank, 1971
- JHERING, Rudolf von. A Luta pelo Direito. Rio, Forense, 1972
- JOURNET, Charles. Exigences Chrésiennes en Politique. Paris, Egloff, 1945
- KARDEC, Allan. O Livro dos Espíritos. Rio, FEBras., 1976 - 39ª edição
- KELSEN, Hans. La Paz Por Medio Del Derecho. Buenos Aires Ed. Losada, 1946

- HAURIOU, André. "A Utilização, em Direito Administrativo, das Regras e Princípios do Direito Privado", in REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, volume I, fascículo II, abr/45, páginas 465 e seguintes
- MENEZES, Djacir. "Problemas de Arte Política", in REVISTA DA CIÊNCIA POLÍTICA, volume 19, set/76, páginas 115 e seguintes
- MONTESQUIEU, (C.Secondat). Livros 14, 24, 25 e 29 de "O ESPÍRITO DAS LEIS", Coleção Abril Cultural
- RAMALHETE, Clóvis. "Problemas da Urbanização da Sociedade Brasileira", in ANAIS DA V CONFERÊNCIA DA OAB, Rio, CFOAB, 1974, páginas 229 e seguintes
- SALLES, Dom Eugênio A. "A Igreja na América Latina e a Promoção Humana", in REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, Petrópolis, Vozes, 1968, volume 28, fascículo 3, páginas 538 e seguintes
- SIMONSEN, M. Henrique. Brasil, 2001. Rio, Apec, 1974 (Parte em que se refere aos incentivos).
- VASSALI, Filippo. "A Missão do Jurista na Elaboração das Leis", in REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, abr/jun/52, volume 28, FGV, páginas 38 a 50, 1952
- VELLOSO, J.P. Reis. "Brasil, Emergência de Uma Sociedade" conferência publicada em CIAP, 1972
- VERDU, Pablo Lucas. "La Construcción Científica Del Derecho Político", in REVISTA PENSAMIENTO POLÍTICO, México, nº 55, volume XIV, páginas 391 e seguintes
- VERVIER, Jacques. "Propósitos Antimalthusianos", in REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, nº 36, fascículo 144, dez/76, Petrópolis, Vozes, 1976, páginas 859 e seguintes
- SEM AUTOR (A EDITORA). "Carros nascem mais", in REVISTA MOEDA E FINANÇAS, nº 26 - Edit. M.FAZ., nov/dez/75, página 35

- KENNEDY, Robert. O Desafio da América Latina. Rio, Ed. Lau-
des, s/data
- LESTAPIS, Stanislas de. La Limitation des Naissances. Paris,
Spes, 1958
- MALTHUS, Thomas Robert. Ensayo Sobre El Principio De La Po -
blación. México, FCEcon., 1946
- MORAIS, Benjamin. Aspectos Jurídicos do Planejamento Fami -
liar. Rio, Benfam, 1974
- MORTARA, Giorgio. Estudos Brasileiros de Demografia. Rio ,
Kosmos, 1947
- NEVES, J. Madeira. Ciência e Demografia. Florianópolis ,
UFSC, 1954 (opúsculo)
- REGIS, O. de Medeiros. Aspectos Demográficos do Trabalho.
Florianópolis, UFSC, 1960
- SINGER, Paul Israel. Economia Política da Urbanização. SP ,
Brasiliense, 1973
- SINGER, Paul Israel. Dinâmica Populacional e Desenvolvimento.
SP, Cebrap, 1970
- STEIN, Eckehart. Derecho Politico. Madrid, Aguilar, 1973 -
trad. F.S.Moreno
- TOFLER, Alvin. O Choque do Futuro. Rio, Artenova, 1973 - 9a
edição

b) - ARTIGOS OU BREVES TEXTOS, UTILIZADOS

- BONNOT, Gérard. "Demographie: vers l'equilibre", artigo in
L'EXPRESS nº 1330, jan/nov/76, paginas 44 a 47
- FISCHLOWITZ, Estanislau. "Subsídios para a política demogrã-
fica", in REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, volume 97, nº 2 ,
abr/mai/65
- GOMES, O. e VARELA, A. Direito Econômico. SP, Saraiva, 1977,
só algumas páginas

SEM AUTOR (A EDITORA). "Explosão Demográfica: Política e
Consciência", in REVISTA PERGUNTE E RESPONDEREMOS, Rio ,
Laudes, 1976, páginas 51 e seguintes

c) - REVISTAS E JORNAIS, CITADOS NO TEXTO

O Correio da Unesco, Rio, FGV, ano 2, números 9 e 10, 1974

Revista Carta Mensal, Rio, CNC, 1976

Revista Manchete, edições de 17.01.76 e 31.01.76

Revista Visão, edições de 27.08.73, 28.06.76 e 23.05.77

Revista Veja, edições de 04.05.77 e 25.05.77

Revista Isto É, edição de 27.04.77

Jornal O Estado de São Paulo, edição de 25.02.77

Jornal do Brasil, edições de 26.04., 27.04 e 28.04/77